

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS:** =====

===== *Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro - Oliveira de Azeméis**, reuniu, em Sessão Ordinária sobre a Presidência do Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário, Secretariado pela Senhora **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e pela Senhora **Maria Helena Soares de Oliveira Lestre** e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação da ata n.º 20;*=====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto três:** *Certificação legal das contas do Município - Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;*=====

===== **Ponto quatro:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2015;*=====

===== **Ponto cinco:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015 – Aprovação;*=====

===== **Ponto seis:** *1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2016 – Aprovação;*=====

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2015 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =*

===== **Ponto oito:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2015 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação;*=====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de cooperação a celebrar com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas em prol da sensibilização do mundo académico para a importância da empregabilidade – Aprovação;*=====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade do Porto, com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas em prol da sensibilização do mundo académico para a importância da empregabilidade – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, com vista á colaboração na organização do programa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...” – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Abraço, para desenvolvimento do Projeto + ABRAÇO AVEIRO – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Protocolo de cooperação a celebrar com a Área Metropolitana do Porto (Candidatura à medida 3.15 do POISE – Formação de Públicos Estratégicos) – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Protocolo de cedência de instalações a celebrar com o Clube Desportivo Meia Ponta – Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Cedência de instalações à Freguesia de Carregosa – Revogação de deliberações;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Cedência de instalações à Freguesia de Ossela – Revogação de deliberações;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Contrato interadministrativo de apoio e cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, com vista à implementação da Componente de Apoio à Família dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Adenda ao contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito das comemorações dos 500 anos do “Foral Figueiredo e Bemposta” – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Dissolução/ extinção e liquidação da Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Indústria Aroumadeiras, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto vinte e um:** Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação da versão final; =====

===== **Ponto vinte e dois:** Comissão de acompanhamento da concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis – Autorização de assunção de compromissos plurianuais; =====

===== **Ponto vinte e três:** Fornecimento de refeições e de fruta para alunos do 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho, para o ano letivo 2016/2017 e de 2017/2018 - Autorização de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Fornecimento de energia elétrica no mercado liberalizado – Aprovação de peças - Autorização de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Aquisição de serviços de seguros, pelo período de 36 meses - Autorização de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e seis:** Aquisição de combustíveis a granel – Gasóleo rodoviário e Gasolina Sem Chumbo 95 (36 meses) – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e sete:** Proposta de sinalização vertical no estacionamento da Av. Comendador Ângelo da Silva Azevedo, Cesar – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de sinalização horizontal de proibição de estacionamento na Rua Nossa Senhora da Conceição, Cucujães – Aprovação, =====

===== **Ponto vinte e nove:** Proposta de atribuição de um lugar de estacionamento para deficientes motores na Rua Conselheiro Boaventura de Sousa, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta:** Proposta de colocação de lombas na Rua de Samil, S. Roque – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e um:** *Proposta de sinalização vertical na Rua Joaquim Pinho Costa, Santiago de Riba-Ul – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Proposta de sinalização na Calçada dos Cadavais, Nogueira do Cravo – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *PI/3545/2014 – Maria Adélia Castro Neto Silva – Pedido de isenção de pagamento da compensação em numerário pelos lugares de estacionamento não criados – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *PI/270/2014 – Maria Luísa de Sousa Aleixo Duarte – Pedido de isenção de pagamento de taxa devida pela ocupação do espaço público com esplanada coberta – Aprovação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *José Filipe da Silva Carvalho, António Manuel da Costa Alves Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Sérgio Manuel Esparrinha Leite, José Francisco Brandão de Oliveira, José Domingos Campos Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernando Pires, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues dos Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Ana Raquel Simões Teixeira (PS).* =====

===== O Senhor Presidente da Mesa em exercício verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva e Sérgio Manuel Esparrinha Leite, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António da Silva Xará, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== Antes de dar início à sessão, o Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, solicitou à deputada Helga Correia – Segunda Secretária da Assembleia Municipal para ler uma carta enviada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e também pediu à professora Helena Lestre o favor de entregar duas cópias a cada Grupo Parlamentar. =====

===== Seguidamente pela senhora Helga Alexandra Freire Correia – Segunda Secretária foi lido seguinte ofício: - Muito boa tarde a todos. “Ofício nº 48 - D – 2016, de 28 de abril de 2016. Excelentíssimos senhores, junto remeto a vossas Excelências o nosso ofício nº 47- D- de 2016, acompanhado de 12 cópias. Solicitamos que o mesmo seja lido na Assembleia e seja distribuído pelos vários grupos parlamentares. Com os melhores cumprimentos e consideração - a Direção, Professor António de Almeida Gomes.” “Ofício nº 47 – D – de 2016, data de 27 de abril de 2016. Excelentíssimos senhores, a Direção desta Associação Humanitária analisou na nossa reunião de 21 de abril a intervenção da Bancada do CDS/PP na última Assembleia Municipal e a votação de dois dos membros contra a adenda ao protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, dessa análise resultou o lamento e repúdio unânime pelas seguintes razões: Ponto 1 – O Apoio da Câmara Municipal a esta Associação espinha dorsal da Proteção Civil reporta aos anos 80 e 90. Ponto 2 – Ao celebrar-se o protocolo de parceria e cooperação procurou-se transpor para o papel a prática que já vinha a ocorrer anteriormente entre as duas entidades representadas por outros elencos Executivos da Câmara Municipal e Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis que antecederam esta. Ponto 3 – Com vista a acompanhar a evolução legislativa foram-se efetuando adendas ao mesmo protocolo contemplando igualmente a evolução verificada em termos de aumento substantivo no número de serviços e a qualidade dos mesmos prestado às populações que servimos. Ponto 4 – O fornecimento de gasóleo veio substituir o subsídio mensal de dois mil novecentos e trinta e três euros (2.933,00€) atribuídos em numerário. Ponto 5 – Os considerandos feitos relativamente aos Bombeiros Voluntários e seu enquadramento legislativo deveria merecer uma leitura mais atenta, uma Portaria, um Decreto não pode sobrepor-se à Lei. Ponto 5.1 – A referência ao “Core” (termo em inglês que significa a parte central de um negócio), também

não está corretamente aplicado quando se trata de Bombeiros Voluntários, bem como a citação do Decreto-Lei nº 38/92 de 28 de março, porque os Bombeiros não têm como finalidade o negócio, pois, são uma entidade sem fins lucrativos. O Regulamento de transportes de doentes visa essencialmente as regras de concessão de alvará e os Bombeiros e a Cruz Vermelha estão isentos e já exerciam essa atividade antes da publicação da regulamentação. O Regulamento visa mais concretamente definir o funcionamento tendo em atenção o alargamento a privados: Esses sim, empresas com fins lucrativos. E não é emanado no Ministério da Saúde, mas, também no Ministério da Administração Interna. Ponto 6 – A atividade e financiamento das Associações de Bombeiros Voluntários respeita o estritamente consignado na Lei 32/2007 de 13 de agosto, aí se encontra devidamente definido essa atividade, no seu artigo nº 2, onde pode ler-se, no ponto 1 – “As associações humanitárias de bombeiros, adiante designadas por associações, são pessoas coletivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos,” Ponto 7 – A definição de ambulância tífica a ambulância de transporte múltiplo destinado ao transporte de doentes em cadeiras ou em cadeira de rodas. Ponto 8 – Recomendamos igualmente uma atenta leitura aos estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis elaborados, aprovados e registados em respeito pelo consignado no artigo 51 da referida Lei nº 32/2007. Finalmente, lamenta-se que pessoas eleitas pela população possam assumir atitudes atentatórias a um dos seus bens essenciais ou saúde – acesso ao transporte. Quanto aos motivos que originaram a intervenção do CDS/PP na Assembleia Municipal, para além da luta política partidária que lhes compete terá, provavelmente, outras razões. Mas essa, coibimo-nos de comentar aqui e agora em pleno respeito pela Assembleia que Vossa Excelência preside. Nesta carta serão entregues cópias aos grupos parlamentares da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, à Liga dos Bombeiros Portugueses e Autoridade Nacional de Proteção Civil sem embargo do mesmo a outras entidades; Segue igualmente uma compilação das horas prestadas em serviço à Câmara Municipal. Com os nossos melhores cumprimentos e considerações - A Direção.” =====

===== *O Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à Sessão.* =====

===== *Muito obrigado à Secretária Helga Correia. Estamos agora em condições de iniciar o período de “Antes da Ordem do Dia”. Temos doze inscrições, temos trinta e quatro pontos e eu pedia a todos que sejam sucintos para que não estejamos aqui numa verdadeira maratona até altas horas da noite. Vamos então iniciar o período de “Antes da Ordem do Dia” e dou a palavra á deputada Ana Sofia Pinho (PS).* =====

===== *Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente em exercício. Chegou ao conhecimento desta bancada e penso que á data também já*

é do conhecimento da população oliveirense que o parque de estacionamento subterrâneo situado junto á Praça da Cidade fechou. A empresa que explorava o parque encerrou-o, de um dia para o outro, sem qualquer explicação prévia aos seus utilizadores diários. Há que ressaltar a questão dos utilizadores fixos que pagaram uma avença mensal à referida empresa para terem um lugar de estacionamento cativo. Para além deste incumprimento, aos seus utilizadores diários, a Costa parques incumpriu também com a Autarquia. Pergunto ao Senhor Presidente: Se foi previamente informado sobre o encerramento do parque de estacionamento? E, se sim, qual a explicação oficial por parte desta empresa? Pergunto ainda: Quais as medidas que a Autarquia está disposta a tomar a fim de tentar minimizar os danos para estes utilizadores que já pagaram esta avença mensal? Existindo à partida, como parece, um incumprimento contratual, por parte da mencionada empresa: Quais as medidas que serão tomadas a fim de acionarem esse próprio incumprimento e, no sentido, de ressarcir a Autarquia face aos danos possíveis? =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde. Senhor Presidente em exercício, Senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social. No pretérito dia 8 de janeiro foi dado o pontapé de saído por um ano que se quer verdadeiramente “Castriano”. Foi na biblioteca Municipal ferreira de Castro que decorreu a abertura das comemorações do centenário da vida literária do escritor Ferreira de Castro. Ao longo de 2016 vão ser levadas a cabo dezenas de iniciativas, para perpetuar as suas obras literárias em parceria com diversas instituições do concelho e de outras partes do país, no sentido de assinalar condignamente os 100 anos da vida literária de Ferreira de Castro. Das várias iniciativas que estão previstas para este ano destacam-se, por exemplo, o lançamento de um selo e de uma medalha comemorativa do centenário, bem como, a concessão da sua edição eletrónica, conferências, apresentação pública do vinho “Bouça”, etc.... É chegada a altura de render a devida homenagem aquele que é inegavelmente um dos autores portugueses com mais obras traduzidas em todo o mundo e é a figura mais marcante da nossa literatura local. Trata-se de um grande vulto da literatura portuguesa e a melhor homenagem que lhe podemos prestar é, sem dúvida, lermos os livros com que ele enriqueceu e valorizou a cultura portuguesa e que escreveu para nós. Decorreu, no passado dia 4 de março, no Cine Caracas, o segundo congresso do envelhecimento “Bem Viver, Bem Envelhecer” organizado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, tendo como painéis de discussão “O papel das instituições no bem-estar das pessoas idosas e a importância da felicidade”, que incluiu o contributo de técnicos especializados, tendo como objetivo alertar a comunidade para o processo natural de desenvolvimento humano que é o envelhecimento. O envelhecimento populacional é um fenómeno municipal que se acelerou nas últimas décadas. A vida cada vez mais prolongada, tem

sido alvo de questões e preocupações no sentido de que esse prolongamento seja vivido com qualidade e vitalidade. Neste último século verificaram-se alterações que se traduziram na modificação e inversão das pirâmides etárias, refletindo o envelhecimento da população que vieram colocar aos responsáveis governamentais, às famílias, à sociedade em geral e, em particular às Autarquias, desafios para os quais não estavam preparados. Hoje em dia, envelhecer com qualidade prolongando autonomia e independência por períodos tão longos quanto possível, constitui um desafio à responsabilidade individual e coletiva. Todos estamos ligados por afetos a idosos e todos queremos ter o privilégio de envelhecer alegres e felizes. No momento da passagem do septuagésimo aniversário da morte de Alfredo Cortez a Câmara Municipal prestou a devida homenagem ao dramaturgo colocando uma placa alusiva na casa onde viveu na Rua António Alegria, nesta cidade, a homenagem envolveu ainda deposição de uma coroa de flores no jazigo onde se encontra sepultado, a inauguração de uma mostra biográfica e terminou com a conferência “Evocação de Alfredo Cortez”, na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Citando o Senhor Presidente da Câmara Municipal - “Esta é a forma justa de, todos os anos, lembrarmos uma personalidade incontornável da cultura do município e do teatro. O dramaturgo Alfredo Cortez, escreveu inúmeras peças de teatro e sátiras, foi no século XX um dos autores dramáticos portugueses com maior projeção e vai ter o seu nome associado a um prémio na área teatral que será entregue no âmbito do festival de teatro “Entoa” e passará a integrar a lista de galardões culturais já existentes no município.”=

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS.=====

===== Boa tarde a todos. Um cumprimento, a todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal. Em 2009, por altura da campanha eleitoral para as autárquicas de então, durante a apresentação da candidatura do PSD à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, o então candidato à Câmara dizia o seguinte – e passo a citar: “... Ele ainda tem um sonho por realizar e um daqueles que, eu hoje aqui posso, eu e a minha equipa podemos assumir o compromisso para o senhor Ramiro ver esse sonho que o senhor tem realizado nos próximos quatro anos. É que, a nossa candidatura para além de projetar novos horizontes vai também investir muito na qualidade de vida de todos os oliveirenses. E, para isso, é imprescindível, é fundamental que nós possamos investir numa rede de distribuição de água ao domicílio e também no saneamento básico. Portanto, meu caro Ramiro Rosa, eu sei que esse é um dos sonhos que o meu amigo tem por realizar, eu queria assumir o compromisso solene perante si, a sua equipa, e perante todos os presentes, que nos próximos quatro anos o concelho de Oliveira de Azeméis vai ter uma cobertura de rede de distribuição de água e saneamento básico a 100 %” – fim de citação. Ainda na mesma campanha, no debate realizado com os restantes candidatos, o mesmo candidato do PSD dizia – e passo novamente a citar: “... não é acenar com o papão da privatização porque ninguém está

a privatizar nada. Está só a fazer uma concessão. E está-se a dar uma garantia através desse concurso público internacional que o preço a levar, é o preço que é definido à partida pelo executivo camarário aprovado em assembleia municipal e, obviamente, fruto de uma grande discussão e o resultado desse concurso público internacional. E. portanto, dizer-vos que, é perfeitamente possível, aproveitando o que está feito, escolhendo este caminho que nós apresentamos é perfeitamente possível chegar no final dos quatro anos com uma rede de saneamento básico a rondar os 100%” – fim de citação. Em 2013, aquando da assinatura do contrato de concessão das redes à Indaqua, dizia novamente o então Presidente de Câmara; garantindo que desde a primeira hora que o Município teria feito tudo para que as tarifas do serviço fossem, – cito:”... socialmente comportáveis ...”, tendo em conta as dificuldades económicas das famílias. Mais uma vez, volto a citar: “... não poderíamos de um momento para o outro ver aumentar de forma brutal os preços da água e do saneamento, pelo que, desde o caderno de encargos até ao contrato de concessão, está devidamente definido aquilo que é o controlo da tarifa e o seu aumento nunca ultrapassando este, em nenhuma circunstância, aquela que é a taxa de inflação” – fim de citação. Em fevereiro de 2014, poucos dias antes do início no terreno da conceção, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis garantia que essa é a solução para: - nova citação - “... recuperar o tempo perdido e os atrasos na implementação das redes de água e saneamento com o objetivo de, em seis anos, se atingir os 90% de cobertura que são a meta do PEASAR. ” – fim de citação. Já se passaram dois desses seis anos e nada. Quanto à mudança que a concessão implicará na fatura final a apresentar aos municípios? O Presidente da Câmara assegurava que – novamente cito: “Realisticamente os novos preços são socialmente comportáveis. A Indaqua não poderá nunca fazer os aumentos que lhe apetece.” – fim de citação. Porque o Município vai controlar o tarifário. Nova citação: “... e se as Águas do Douro e Paiva que abastece a rede em alta aumentar o preço que cobra à Indaqua? Claro que essa vai ter que repercutir no preço que faz ao consumidor. Assegurando contudo que o aumento nunca pode ser superior à taxa de inflação e tem que passar sempre pelo aval da Câmara” – fim de citação. Em janeiro de 2016 o Instituto Nacional de Estatística divulga o valor final para a taxa de inflação de 2015: 0,5%. Assim, temos para 2016 os seguintes aumentos: Tarifas fixas: 5,3%, - nada que se pareça com 0,5%. Tarifas variáveis: 1º Escalão de consumo – utilizadores domésticos - 16%; - Famílias numerosas com deficientes ou idosos acamados – 20%; Famílias de rendimento reduzido – 20%. Termino com um proverbio da nossa sabedoria popular: “ A mentira dá flores, mas não frutos”. Disse. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD, que prescindiu. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Manuel José Tavares, do PS. ==

=====
Boa tarde. Senhor Presidente em exercício, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia, comunicação social, público, boa tarde. No exercício legislativo Autárquico, as Juntas de Freguesia ocupam o lugar de órgãos com autonomia. No entanto, a realidade desmente este estatuto: Os meios são escassos, os poderes atingem um curto raio de ação. Sendo o rosto Autárquico mais próximo da população, a sua dependência face às Câmaras Municipais é evidente estendendo a mão constantemente aos recursos financeiros e matérias numa atitude que roça a subserviência. Refira-se que, ao abrigo da Lei Fundamental deste País que emergiu da revolução que recentemente comemoramos, diferentemente a constituição corporativa do Estado Novo não estabelece qualquer tipo de hierarquia ou dependência entre os tipos de autarquias. A inerência mútua deve caracterizar a relação entre os órgãos autárquicos, trata-se no fundo de estruturas sobrepostas independentes. Uma interrogação se impõe – Em que ponto de desenvolvimento estariam as nossas freguesias se tivessem sido proporcionado os meios necessários? Autonomia e a delegação de competências nas Juntas de Freguesia será sempre um ato de gestão mais eficiente fruto da proximidade com as populações. Este é um desafio permanente a encarar que, pode ser mais aprofundado, Senhor Presidente de Câmara, dada a complexidade cada vez maior dos problemas a resolver. Muito obrigado. =====

=====
Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Senhor Presidente em exercício e demais Mesa, cumprimentar os Senhores deputados municipais, os Senhores Vereadores, comunicação social, público presente. Procurar, naturalmente, responder às questões que foram colocadas. Relativamente à senhora deputada Ana Sofia Pinho: Efetivamente, nós tivemos conhecimento de alguns munícipes que, contactaram a Câmara Municipal, depois de terem recebido uma carta dando nota da decisão de encerramento do parque subterrâneo do Geminin por parte do operador (Costa Parques). Dizer-lhe que a Câmara Municipal, já analisou o problema em sede de reunião de executivo, procurou também junto das entidades encontrar, por um lado, esclarecimentos, mas acima de tudo o que nós queremos é encontrar soluções. E encontrar soluções para que o parque de estacionamento possa voltar à sua missão principal que é receber automóveis, estacionamento. Não ser uma central de recolha, mas ser efetivamente um parque de estacionamento disponível para as necessidades que temos naturalmente. Nós fomos confrontados com uma questão que tem a ver com as empresas e com a exploração do negócio e por um abandono do ramo de atividade da empresa Costa Parques e procuramos naturalmente ir à procura da casa mãe. E a casa mãe é a empresa Soares da Costa. Já tivemos uma reunião de trabalho com a Soares da Costa e manifestamos a nossa estranheza, discordância e manifestamos a nossa vontade de, o mais rápido possível, o parque de estacionamento voltar aquela função e missão para que foi

construído. O processo está a ser conduzido e acompanhado pelo Senhor Vice-presidente – Dr. Ricardo Tavares. E eu espero que, durante o mês de maio, nós possamos ter uma resposta. E a resposta seja naturalmente voltar a ter, porque efetivamente ele encerrou, o parque de estacionamento ao serviço dos oliveirenses e, se possível, - é um acrescento meu, com outra dinâmica de gestão que efetivamente acontece em muitas outras cidades e por muitos outros operadores que possa também de alguma forma dinamizar estimular a utilização do parque. E, estamos inclusive, já dissemos, disponíveis para junto da Associação Comercial de Oliveira de Azeméis procurar encontrar formas de conjugação de esforços e concertação de estratégias para que efetivamente o parque volte a estar à disposição dos oliveirenses. Chamo no entanto à atenção que, é uma questão do ponto de vista jurídico com alguma delicadeza e, portanto, nós não podemos, aqui, correr muitos riscos porque, efetivamente, alguma coisa menos bem-feita, pode-nos trazer custos elevados. Eu queria dizer que possivelmente durante o mês de maio e, se entretanto se realizar uma assembleia municipal, nós podemos voltar a discutir o tema. Agradeço a sua questão naturalmente porque é uma questão que nos preocupa. Já agora dizer que nós fomos confrontados com uma cópia de uma carta de um das pessoas que, (não sei se é um contrato), pagava um aluguer do espaço, veio à Câmara dizer-nos: “Eu recebi esta carta.” E, nós, a partir desse momento iniciamos logo os mecanismos. Nós não fomos avisados: – Olhe que vamos fechar o parque”; ou: - “ A nossa intenção é fechar o parque.” O que nós soubemos é que efetivamente a empresa Costa Parques era uma empresa que estava a abandonar a atividade dos parques de estacionamento. E portanto nós procuramos junto das entidades responsáveis procurar uma solução. Por isso, senhora deputada agradeço a questão e espero que durante o mês de maio possa ter uma resposta que seja positiva. Porque já percebi que a sua intenção é também que o parque esteja ao serviço da comunidade oliveirense, mas que isso não acarrete um aumento de gastos ou despesa por parte do Município e que as coisas voltem à normalidade. Quanto à intervenção da senhora deputada Ana Neves: Dar-lhe nota que efetivamente nós estamos a dar um grande enfoque – eu acho que é um enfoque merecido – aos 100 anos da vida literária de Ferreira de Castro. E temos sentido um aumentar do interesse relativamente à obra literária de Ferreira de Castro com este reforço que tem vindo a ser feito de valorização daquele que é o nosso maior ícone cultural. São já diversos municípios que se estão a associar: uns de forma mais evidente, que têm já ligações; outros através das suas escolas. Ainda ontem tivemos em Oliveira de Azeméis o encerramento da fase distrital do Concurso Nacional de Leitura. E os jovens do distrito de Aveiro, todos eles, nas provas que prestaram, tiveram que mostrar efetivamente conhecimento sobre a obra literária de Ferreira de Castro, entre outros autores. Mas houve um enfoque muito especial nessa questão aproveitando os 100 anos. Como sabem, nós temos um objetivo nessa matéria que é: que se possa fazer alguma justiça com o trajeto literário de Ferreira de Castro, nomeadamente naquilo que diz respeito à área da educação. E por isso é que tem havido um envolvimento grande das escolas, do pelouro da cultura, do pelouro da educação, através dos senhores vereadores Gracinda Leal e professor Isidro Figueiredo, para que efetivamente nós consigamos aqui o melhor dos mundos.

E isso passava por nós conseguirmos que o escritor Ferreira de Castro, pudesse passar a pertencer aos currículos escolares e académicos, para que passasse a ser mais lido. Porque isso é dito por toda a gente. E não é por favor. Quanto à questão do envelhecimento ativo: É uma preocupação muito grande, os senhores presidentes de junta também estão muito sensíveis junto das IPSS. E, portanto, nós procuramos naturalmente implementar políticas que permitam que a população sénior tenha hoje outras condições e que tenha mais qualidade de vida, porque o aumento da esperança média de vida é bom mas traz-nos um conjunto significativo de problemas e de novas questões que precisam de novas respostas e felizmente que o Município tem respondido de forma muito positiva. Este congresso do envelhecimento ativo é já uma referência e nota-se até pelas pessoas que vêm de fora e também pela qualidade dos especialistas que são convidados para as palestras. Quanto ao Prémio Alfredo Cortez, insere-se também no ponto de vista da atividade cultural - nós temos vários prémios que instituímos - eu lembro-me: do “Prémio Fernando Paúl”, “Prémio Dr.^a Leonilda Aurora da Silva Matos”; E este foi também mais uma forma de enaltecer o trajeto e a carreira espetacular de um dramaturgo invulgar que foi Alfredo Cortez, que não nasceu em Oliveira de Azeméis mas viveu em Oliveira de Azeméis morreu e está sepultado. E nós entendemos que realizando-se o encontro de teatro, também num aspeto de mobilização com os grupos de teatro de Oliveira de Azeméis, pudéssemos também atribuir-lhes um prémio, tal como fazemos para a fotografia, também ter o nome – Alfredo Cortez. E portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. O senhor deputado Nuno de Jesus fez uma descrição factual; - Eu agradeço-lho o cuidado que teve nas citações fez entre 2009 e a atual situação. Permita-me só acrescentar duas ou três coisas que, seguramente, o senhor deputado Nuno de Jesus, não foi por maldade, foi por esquecimento, na sua cronologia se esqueceu de fazer referência: Fez referência ao ano de 2016 e esqueceu-se de fazer referência ao aumento da água em 2015, não o fez na sua intervenção, eu estive atento, falou de 2009, e tal, do senhor Ramiro Rosa e tal, e tal, e depois passa para 2016 e esqueceu-se de 2015. Não sei, se calhar não houve aumento de água em 2015? Se calhar não houve? E por isso não está aí. Senão seguramente o senhor tinha dito que tinha havido um brutal aumento de água que se traduz em 0,90€ e um 1.19€. E esqueceu-se também, – o senhor deputado Nuno de Jesus, - mas eu digo, seguramente por esquecimento, de ter falado na fusão das águas; Falou nas águas de Douro e Paiva mas esqueceu-se que, entretanto, houve uma deliberação do governo à qual a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis foi contra, da fusão das águas com a criação das Águas do Norte. E esqueceu-se também de dizer que, essa fusão, levou a um aumento da água em alta para os municípios do Litoral, levou a um ajustamento tarifário, em outros municípios houve uma redução mas, nos municípios do Litoral nos quais nós nos incluímos houve um aumento. Portanto, como o senhor sabe, independentemente de haver Indaqua ou não haver Indaqua, a água aumentou em todo o lado, fruto dessa situação. Como lhe disse – isso são questões que o senhor fez bem em colocar e escreveu muito bem. Agradeço-lhe as citações, mas convinha que quando estamos a fazer uma cronologia faze-la toda direitinha e não darmos saltos cronológicos porque era importante: Faltou-lhe essa de 2015; E

faltou-lhe também essa questão da fusão das águas. Quanto às tarifas socialmente comportáveis: É isso que nós procuramos defender naturalmente. E temos neste momento já garantido um conjunto significativo de investimentos e depois cá estaremos para eu ouvir atentamente o senhor deputado Nuno de Jesus a enaltecer esses mesmos investimentos de aumentar as taxas de cobertura. O senhor deputado Manuel José: Sabe que é um trabalho diário a melhoria das relações entre os poderes instituídos, como o senhor deputado falou, é uma preocupação diária. É uma preocupação do Governo central relativamente ao poder Local e poder intermédio – Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitanas, e isto depois é em escala: E uma preocupação também das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia. E deixe-me dizer-lhe, por muito esforço ou por muito mérito do legislador, nunca haverá nenhuma forma de contratualização com as Juntas de Freguesia que seja uma forma de contratualização perfeita, porque cada caso é um caso. Agora, há uma coisa que eu lhe vou dizer senhor deputado Manuel José: E posso-vos dizer que, esteve previsto para hoje uma reunião com os senhores presidentes de Junta mas ainda bem que não foi marcada porque era absolutamente impossível, tendo em conta o prolongar das reuniões que houve de manhã, reuniões que tínhamos de participar fora do concelho de Oliveira de Azeméis, mas possivelmente na próxima terça ou quarta-feira os senhores presidentes de Junta vão ter uma reunião com a Câmara Municipal onde vai haver mais um sinal, mais um sinal, importante de boa relação e de instrumentos e mecanismos que permitam às Juntas de Freguesia resolver uma série de problemas que têm neste momento pendentes. E refiro-me concretamente à requalificação da rede viária. Que é um problema transversal e é um problema que diz respeito a todas as Juntas de Freguesia. Eu sei. Mas tenho que o dizer: Felizmente que todos os Presidentes de Junta têm sido altamente compreensivos. E hoje são os próprios a dizer, todos eles, eles para mim não têm nenhum partido, - são eles próprios que reconhecem e dizem: “Presidente, não vale a pena estarmos a gastar dinheiro.” Porque tem a ver com a tentativa de minimizar os impactos procurando tapar buracos quando está a chover. Estão aqui todos. Já todos fizeram isso. A Câmara Municipal também faz. Mas também já todos reconhecem que, as vezes, é preferível aguentar mais uma semana. Eu quando dou esta justificação da intempérie – não chove só em Oliveira de Azeméis, não é? Mas a rede viária não está só esburacada em Oliveira de Azeméis. Porque às vezes parece que os buracos são só em Oliveira de Azeméis. E nós temos feito um esforço, quando eu digo nós é as Juntas de Freguesia, têm feito um esforço notável, notável, de aplicação do betuminoso que a Câmara Municipal lhes disponibiliza para serem aquela brigada de primeira ação. E nós aquilo que estamos a fechar e a concluir é uma intervenção – Aliás, eu já tive a oportunidade de dizer isso à senhora vereadora Ana de Jesus na última reunião de Câmara, - uma intervenção transversal, uma intervenção em todo o concelho. E também dizer-lhes que, pela análise técnica que foi feita pelos técnicos da Câmara Municipal sem qualquer interferência política e portanto estou à vontade para o dizer, o início desta intervenção mais profunda vai ter início na União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. E depois estende-se. E vamos ter, em princípio, três brigadas (grupos). Porque se estivermos à

espera da intervenção nas dezanove, a décima nona, a décima oitava e a décima sétima desespera, não é? Portanto não vai ser uma de cada vez. Portanto, ela vai ter início e ficou decidido, porque os nossos técnicos nos deram essa indicação – Como sabem esta União de Freguesias (União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca) tem uma extensão enorme; Portanto o início vai ser nessa freguesia (União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca) e vai depois estender-se a todo o concelho sem exceção. Paralelamente, a estas intervenções de requalificação da rede viária, também estão ser fechados procedimentos de empreitadas para algumas estradas que não vai ser só pela requalificação e tem que haver mesmo uma repavimentação completa. Uma última nota, que é seguinte: Não é correto dizer-se; Não há nenhum Presidente de Junta; Deixe-me dizer-lhe isto com toda a franqueza Dr. Manuel José: - Não há nenhum Presidente de Junta que ande de mão estendida. Não há. Não há essa relação. Os Presidentes de Junta têm uma relação civilizada com a Câmara Municipal. É verdade que nós não respondemos a tudo com a prontidão que, se calhar, se exige. Não fazemos tudo o que eles querem, é verdade. Também não meios financeiros que permitam fazer isso. Mas não há aqui nenhuma relação de subserviência ou do estender de mão, não há. Há, é, efetivamente, algumas dificuldades; É verdade. Às vezes os recursos e os meios não são todos aqueles que nós queremos e a própria Câmara também não tem todos os meios. Porque, se as doze unidades territoriais nos pedirem todas ao mesmo tempo uma retroescavadora: Nós não temos doze retroescavadoras; Não temos doze motoniveladoras. E às vezes acontece que todos pedem a mesma coisa e aí os técnicos é que depois decidem qual é a que mais prioritária. Mas queria-lhe dizer que, nós, – como disse – já durante a próxima semana teremos notícias que são positivas e boas para todas as Juntas de Freguesia. Porque, como disse, reconhecendo naturalmente o estado das nossas vias mas também o esforço enorme e gigantesco que as Juntas de Freguesia têm feito ao longo dos últimos tempos aguentando o primeiro impacto e procurando numa primeira e pronta intervenção minimizar os problemas. Senhor Presidente, muito obrigado, peço desculpa se me alonguei, julgo que dei todos os esclarecimentos que me foram solicitados. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente em exercício, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores deputados. Quatro pequenas notas sobre algumas atividades que acontecem em Oliveira de Azeméis. Primeira: Relativamente ao “Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette”: Registamos com imenso agrado a dimensão qualitativa e quantitativa do Concurso de cariz já Internacional. Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette que já vai na sua XI Edição e conta com a participação de 250 músicos de 87 concelhos. Salientar a levada participação de jovens músicos Portugueses e de outros Países, comprovando o prestígio que o

concurso já alcançou dentro e fora do País. Esta iniciativa promovida pela Câmara Municipal e pela FAMOA (Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis) passou depressa da dimensão local para a nacional e da nacional para a internacional. É com certeza um bom exemplo cultural e artístico para quem diz que em Oliveira de Azeméis nada acontece e não há cultura. Segunda nota – “Queima das Fitas”: São poucos os municípios com a dimensão ed Oliveira de Azeméis que se podem orgulhar e presenciar a tradição estudantil do ensino superior que, normalmente, se designa pela – “Queima das Fitas”. Mais uma vez, Oliveira de Azeméis marca a diferença nesta matéria, comparado com alguns concelhos vizinhos. Numa semana de grande festa os oliveirenses puderam assistir à “Monumental Serenata”, ao “Cortejo Académico”, ao “XI – FETUA (Festival de Tunas” e à “Missa da bênção das Pastas e, ainda, destaca-se a participação de músicos consagrados. Os ingredientes não faltaram numa grande semana de festa académica em Oliveira de Azeméis. Terceiro ponto, já virado para o empreendedorismo, Business Center - Centro de negócios instalado na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro. Mais uma obra, mais um investimento que a Câmara Municipal realizou. O novo espaço destina-se a apoiar a atividade industrial através de um conjunto de serviços potenciadores da sua competitividade e cooperação. Este é, também, - como diz o Senhor Presidente da Câmara, um bom exemplo de empreendedorismo para Oliveira de Azeméis. Na ótica do PSD, isto é, claramente, um bom exemplo de gestão autárquica. É uma demonstração que no passado Oliveira de Azeméis progrediu no setor empresarial e que hoje somos, apesar de muitos não quererem ver, um concelho dinâmico e pujante. Pois, também, os autarcas do PSD souberam apoiar dinamizar e criar condições necessárias para o desenvolvimento e crescimento dos nosso empresários. Como afirmou o Senhor Presidente há pouco tempo, O Business Center é um equipamento estruturante para o polo industrial, localizado junto à A29 e à A1, ajudando as empresas a crescer e a ser ainda mais competitivas. Queremos tornar a Área de Acolhimento Empresarial numa plataforma de excelência com todas as condições para as empresas, oferecendo o acesso rápido a serviços de apoio, formação e ainda a partilha de informação e conhecimento. Com isto, o PSD subscreve claramente. Pois, á assim que se apoia o empreendedorismo e as empresas do nosso concelho e assim podemos criar emprego. Por fim, e para não fugir do empreendedorismo, uma palavra também para o evento “Aqui há Futuro”: Este ano realizado no concelho vizinho (Vale de Cambra). É assim a intermunicipalidade e as boas relações entre municípios que demonstram claramente a maturidade da democracia. É também um bom exemplo de atividade politica mas, acima de tudo, um exemplo salutar de maturidade democrática. Deixa-mos esta nota para, mais uma vez, dizer que Oliveira de Azeméis faz bem e os oliveirenses sabem que Oliveira de Azeméis está em boas mãos. Parabéns a esta iniciativa que visa alargar os horizontes além do concelho e partilhar conhecimentos, experiencias e desenvolver sinergias de cooperação. Com tudo isto, podemos dizer que em Oliveira de Azeméis há futuro e Oliveira de Azeméis é vida. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS.* =====

===== *Muito obrigado. Senhor Presidente, restante Mesa, Executivo, Vereadores, colegas, público, comunicação social. Em 2014, foi publicado e apresentado um estudo elaborado pela Plans Consulting em que se fez refletir um ranking nacional dos melhores municípios para se viver. No referido estudo foram analisadas três categorias: Negócios – na vertente investimento; Visitar – na vertente turismo; Viver – na vertente talento. Nestas diferentes dimensões foram integrados indicadores importantes para a medição dos processos de desenvolvimentos dos municípios, como por exemplo: Crescimento empresarial; número de empresas por habitante; Taxa de ocupação hoteleira; Poder de compra; Taxa de desemprego; Variação; Taxa de crescimento populacional; Número de Hospitais, entre outras; Tem-se procurado responder ao que uma pessoa procura num município. Posteriormente, estes dados foram cruzados com a comunicação online de cada município: ou seja, como esta comunica e a quem chega essa informação; usando para isso os websites e redes sociais oficiais das câmaras municipais. O Portugal City Brand Ranking, designação dada ao estudo em questão, mediu a marca e o respetivo posicionamento dos 308 Municípios Portugueses tendo colocado: Lisboa - primeiro lugar, Porto - segundo lugar e Braga – terceiro. Neste contexto, a cidade de Oliveira de Azeméis ocupada a honrosa posição de quinquagésima sétima (57) do ranking nacional entre 308 municípios e décima sétima (17) classificada a nível da região norte entre 86. Ainda nesse estudo, é feita uma pequena nota: Em que, apesar do quinquagésimo sétimo (57) lugar de Oliveira de Azeméis, a nível nacional, esta cidade tinha tido uma excelente classificação em empreendedorismo. Pois bem, era isto que o PSD queria saber. Porque tudo serve para validar a sua gestão dos últimos quarenta anos. Logo trataram de lançar contra a dita oposição que está sempre contra tudo e contra todos, que afinal estavam errados, que Oliveira de Azeméis afinal é uma das melhores cidades para se viver. Centrados na crítica à tal oposição, o PSD ignorou que o estudo baseado em dados estatísticos como o desemprego, número de dormidas, poder de compra, taxa de criminalidade, etc..., não incluiu aspetos quase sempre determinantes na fixação de população como são a qualidade e o arranjo dos espaços urbanos, assim como, a existência de infraestruturas básicas. Por sua vez o PS, não deixando de reconhecer a importância deste trabalho, assim como eventuais efeitos positivos para o concelho, não deixou de manifestar reservas o mesmo, mantendo a convicção de que importam lugares cimeiros quando a realidade nos mostra exatamente o contrário? Volvidos dois anos, e dois estudos apresentados pela mesma entidade, a cidade de Oliveira de Azeméis foi perdendo folego para outras cidades descendo no ranking no ano de 2015 para septuagésimo (70) lugar a nível nacional e vigésimo segundo (22) lugar na região norte, ainda mais, no ano seguinte de 2016 (corrente ano) para octogésimo primeiro (81) lugar a nível nacional e vigésimo oitavo (28) lugar na região norte; ou seja: uma queda de vinte e quatro (24) lugares, face a 2014. Senhor Presidente, se tratarmos agora tão bem estes dados como o PSD local gosta de fazer, que*

importa dizer agora perante esta situação de descalabro? Será que, de certa forma: - O documento confirma tudo aquilo que temos vindo a dizer ao longo do tempo? - Que alicerçados nos censos de 2011 evidenciou que Oliveira de Azeméis foi quem mais perdeu população no Entre Douro e Vouga e é o concelho que apresenta uma das taxas mais baixas de natalidade bruta da região? Aliás, neste indicador estamos mesmo abaixo da média nacional com menos 1.6 pontos e abaixo da média dos concelhos da EDV (Entre Douro e Vouga) com menos 0.8 pontos. Não será isto também um reflexo da busca por parte dos jovens oliveirenses de melhores cidades para viver? Face a isto, ousa questionar: Que comentário merece, da parte do senhor Presidente, face a esta realidade cruel aqui demonstrada? O que pretende a Câmara fazer face a isto? Processar o estudo por ser falso? Ou, sendo o estudo verdadeiro, pedir desculpas aos oliveirenses pelo fracasso da gestão PSD ao longo dos últimos 40 anos? Sinceramente espero que o executivo municipal capitalize todas as indicações referidas no estudo, tome medidas para reverter as dinâmicas supra citadas e abandone o ambiente de conto de fadas onde tem colocado a nossa terra nos últimos anos pervertendo ostensivamente a nossa trajetória de desenvolvimento. Por fim, Senhor Presidente, podemos contentar-nos com estudos que valorizam as nossas potencialidades mas isso não transforma a realidade do concelho, sobretudo não esconde a incapacidade da Autarquia em proporcionar padrões de qualidade que o tornem mais competitivo e atraente para fixar população e em especial os casais mais jovens. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas, imprensa e público aqui presente. Com alguma mágoa, vinha apresentar aqui um voto de pesar, que passo a ler, em meu nome e da Junta de Freguesia de Fajões (que aqui represento) venho apresentar à Mesa da Assembleia Municipal o seguinte voto de pesar: “ No passado dia 25 de março (do corrente ano) faleceram, em França, dois Fajoenses que vinham passar a Páscoa junto da sua família os quais através de um fatídico acidente pôs termo às suas vidas. Estes Fajoenses de nome Manuel da Rocha Pinho, natural de Fajões, Oliveira de Azeméis, e José Luis Magalhães Dias da Silva, natural de Macieira de Sarnes, mas que escolheu pelo casamento a nossa freguesia (Fajões), eram pessoas humildes e trabalhadores exemplares. Estavam na sua Suíça à procura de melhorarem o seu quotidiano e condições de vida para as suas famílias. Porém, escolheram mal o dia, quis o destino que as suas vidas terminassem dessa maneira. A Vila de Fajões acordou em sobressalto, pois, as notícias que iam chegando causaram muita indignação e tristeza no sossego familiar de muitas famílias. Nesse conspecto a Junta de Freguesia partilha da mesma dor e do sentimento que atingiu as familiares destes Fajoenses. Assim, vem a Junta de Freguesia propor à Assembleia

Municipal de Oliveira de Azeméis um voto de pesar, bem como se guarde um minuto de silêncio em suas memórias, pela morte trágica e que seja dado conhecimento após a aprovação às respetivas famílias.” Senhor Presidente peço licença também de solicitar a todos os líderes de bancada parlamentares que façam deste voto meu e da Junta de Freguesia de Fajões, mas também que seja extensivo a todos vocês. Porque de certeza que também aceitam o mesmo sentimento e partilham da mesma dor. Muito obrigado. Tenho aqui mais um assunto: Fajões, tal e qual as outras freguesias, tem as suas ambições no ambiente, na saúde e ordenamento integrado das suas construções. Na rede viária, desde há anos que se vislumbra um significativo tráfego, nomeadamente pesado, que tem prejudicado a forma de viver dos meus concidadãos tirando-lhes o sossego. Como ainda na última sessão desta Assembleia falei na Via do Nordeste IV Fase que, desde 98, tem sido uma miragem de promessas e anseios mas, tudo emperra, pese a boa vontade no papel. Senhor Presidente o que me faz falar aqui hoje, neste local, é precisamente a Via do Nordeste e com bastante tristeza o faço. Como é possível não serem respeitados os pedidos da Junta de Freguesia de Fajões que representa o anseio de toda uma população bairrista e laboriosa? Como é possível, embora respeite as decisões da Câmara Municipal, não darem a conhecer à Junta de Freguesia o licenciamento de obras que, pela sua natureza, vão bloquear e atrofiar o desenvolvimento futuro? Pois, sabemos que da nossa parte só temos de emitir pareceres e não decisões. Também sabemos que o que vou falar é da opinião das Estradas de Portugal o seu parecer; mas o seu licenciamento é da Câmara Municipal: Falo, como é evidente, do restauro de uma casa de habitação que, há cerca de 14 anos, está em situação de ruínas. Mas era e é da nossa opinião mais do que justa a saída natural da Via do Nordeste no centro de Fajões. Pois, era e é nossa modesta mas mais do que justa e afirmativa opinião que deve ser aí, para deslocar ou receber o trânsito que vem de Escariz, Castelo de Paiva e outras origens, que se contrua uma rotunda de forma a controlar o denso movimento, quer de ligeiros, quer de pesados, que por aí se movimentam. É aí que deve ser construída a rotunda e não no meio dos campos. Como se alterou, não sei, com que interesse e a mando de quem. É na nossa opinião, pese embora a falta de dinheiro que atualmente se verifica um pouco por toda a parte, mas que se deve, tal e qual, fazer tudo por tudo para se adquirir a casa ora em construção. E não tenho dúvidas que, devidamente estudado e exposto, nada oporá às Estradas de Portugal. Já tenho a opinião da senhora diretora das Estradas de Portugal, engenheira Angela Sá, a esse respeito. Senhor Presidente - Será que os terrenos que a nossa Câmara já adquiriu não são já uma mais-valia para se tomar uma decisão? Porque não se pediu opinião à Junta de Freguesia de Fajões, quando todos já sabiam das nossas reais intenções para desenvolver e fazer crescer de forma harmoniosa a Vila de Fajões? Senhor Presidente – o povo de Fajões já foi num passado recente penalizado com más políticas, o que não teve o retorno a que tinha direito. O Povo de Fajões interroga-se, diariamente, como é possível ser licenciar uma obra que sempre se ouviu dizer por parte da edilidade que não seria licenciada? E, agora, de uma forma sorrateira foi dado ordem de recuperação. Pergunta-se: E as pessoas que diariamente ali transitam para o trabalho, para a escola secundária, e o trânsito porque sempre

lutamos em desvia-lo do nosso centro e da freguesia vizinha de Cesar? Gostaria pois de obter uma explicação capaz de me satisfazer por forma a levar a mensagem aos meus concidadãos. Tenho dito.=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.*==

===== *Senhor Presidente em exercício, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas deputados desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social. O que em trás aqui, hoje, a esta Assembleia, nesta primeira intervenção, é um ponto essencial e que devemos fazer agora um relatório intercalar da atividade realizada pela Comissão de Trabalho IC2 durante o tempo em que ela foi empossada. Em tempo oportuno esta Assembleia criou, por iniciativa da bancada do PSD e que foi aplaudida por todos os partidos aqui presentes, uma Comissão para a IC2. Como sabemos, a primeira e grande tarefa desta Comissão foi levantar, fazer estudos, ver as circunstâncias e os pontos onde frequentemente podiam ocorrer acidentes. O trabalho foi elaborado e fizemos chegar às instâncias superiores entre elas a Câmara Municipal, mas também às Infraestruturas de Portugal, (anteriormente, Estradas de Portugal, Junta Autónoma das Estradas), estes organismos normalmente são muito rápidos e eficientes a mudar de nome, mas muito lentos e com algum retardo na operacionalização de intervenções. Todavia, o grupo de trabalho reuniu diversas vezes para debater esta problemática e dessas reuniões fizemos este relatório, que vai ser entregue ao Senhor Presidente, com a atividade realizada pela Comissão. Lembro que, a Comissão, em 20 de outubro de 2004 foi efetuada a primeira reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal onde foram apresentadas as linhas gerais da ação da Comissão. No mesmo dia foi pedido ao Comando da GNR – Aveiro o registo de ocorrências de acidentes na zona de Oliveira de Azeméis. Foram com certeza realizadas ainda muitas reuniões informais de forma a debater esta problemática. Em 29 de outubro de 2014, o Comando Territorial de Aveiro (GNR) através do seu ofício 5896-14-OP, Processo 040-05-04, da data referida, envia o primeiro registo – relatório de ocorrências relativamente ao troço identificado; Este registo de ocorrências citava apenas os anos de 2011,2012 e 2013; Esta informação foi fornecida ao Senhor Presidente da Câmara. No dia 19 de março do mesmo ano, o Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Comissão e às entidades as diligências efetuadas perante as Infraestruturas de Portugal. Em 28 de abril e 07 de setembro de 2015, tendo em conta as informações anteriormente dadas pelo Senhor Presidente, a Comissão solicitou, também, qual era o ponto de situação da inspeção da IC2 e, do ponto de vista da informação do Senhor Presidente, dizendo que estava a aguardar a vistoria e visita das Infraestruturas de Portugal. Em 5 de outubro de 2015, o Senhor Presidente da Câmara Municipal envia para a Comissão um ofício das Infraestruturas de Portugal com a seguinte informação: “Senhor Presidente, no seguimento dos contactos anteriores, informo que o resultado da inspeção rodoviária realizada*

no troço Estrada Nacional 1, em apreço, foi decidido várias medidas de intervenção ...” (não vou aqui descreve-las, mas está aqui neste relatório). Em 12 de novembro de 2015, depois de realizada a intervenção referida no ponto anterior, a Comissão reuniu e, em 1 de dezembro, fez chegar ao Senhor Presidente a sua preocupação e um conjunto de propostas com contributo dos seus membros, daqui destacamos Jorge Melo pela sua formação nesta atividade ao nível da segurança, e enumeramos um conjunto de pontos que constam deste relatório que seria pertinentes efetuar neste troço. Em 22 de março de 2016, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, realizou-se uma reunião para analisar o ponto de situação das diligências entretanto realizadas com as Infraestruturas de Portugal. O senhor Presidente informou todos os contactos formais e informais com a direção deste organismo e disse também que no dia 29 estaria agendada uma reunião, com este organismo, para ver o estado atual da rodovia. Foram também apresentados relatórios da Autoridade Nacional do qual o senhor Presidente fez uma análise dos acidentes ocorridos. No dia abril 06 de 2016, o Senhor Presidente remete a esta Comissão um ofício enviado pela Direção da Comunicação das Infraestruturas das Portugal, cujo teor está aqui transcrito e não o vou ler porque é longo e do qual relata aquilo que se irá fazer em termos de intervenção na referida zona do IC2. Depois da visita técnica realizada, a primeira intervenção será ao nível do pavimento nos dois sentidos; A avaliação da iluminação da via de lentos no sentido crescente a pós o nó de Oliveira de Azeméis; E reforço da sinalização em ambos os sentidos. Prevê-se que estas intervenções sejam implementadas em vários locais do troço acima referido e prevê-se que esta execução ocorra até ao final de maio. Senhor Presidente, fica aqui este relatório da atividade da Comissão onde tem os fax(s) os email(s), neste caso, e toda a documentação que foi solicitada e também enviada para o Senhor Presidente e todos os relatórios da Autoridade Segurança Rodoviária com incidência do distrito de Aveiro, mas especialmente no concelho de Oliveira de Azeméis. Outro assunto que gostaria de trazer aqui à Assembleia era o “Programa Aproximar a Educação”. E falo de uma situação concreta, porque foi alegria pessoal e também penso que coletiva ver o Senhor Vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a participar no congresso da Universidade Católica onde, defendeu e, onde, apresentou o “Projeto Aproximar a Educação”, que é de facto timoneiro em Oliveira de Azeméis. Portanto, é um tema que conhecemos porque foi amplamente discutido aqui em Assembleia, foi discutido pelos Agrupamentos e não vou relembra esta história aqui. Mas, é importante referir que, se houve um tema que teve tanta participação abrangente e este é o verdadeiro exemplo daquilo que podemos designar por ampla partilha de discussão. Aliás, até podemos referir que mesmo esta conversa chegou a ser feita com as estruturas Sindicais a nível nacional. Senhor Presidente, a Câmara Municipal através do Senhor Presidente e do Senhor Vereador soube, como em outras matérias, que o tempo haverá de dar razão atempadamente prover o futuro. E prover o futuro é muito mais do que prever o futuro, é mais do que ter uma visão do futuro, é ter uma visão para o futuro. Enquanto uns fazem previsões, Senhor Presidente, o Senhor fez provisões. E Programa Aproximar a Educação é também nesse sentido uma exemplara demonstração do saber prover, isto é: do saber fazer e

não só de prever. O saber prever é só saber dizer. Entre o dizer e o fazer existe o saber. Mas, acima de tudo, também, o saber fazer. E a Câmara Municipal dialogou: - Soube dizer; A Câmara Municipal apresentou um projeto: - Soube fazer; A Câmara Municipal colocou em prática: - Soube fazer, fazer. Três dimensões da atividade humana em que muitos ficam apenas pela primeira. Palavras que nem sempre são as palavras corretas: Porquê? Senhor Presidente, as palavras corretas nem sempre são as agradáveis e as palavras agradáveis geralmente não são as corretas. Os homens bem informados não discutem sem fundamento e os que discutem sem fundamento estão mal informados. O pensa saber tudo não é necessariamente o mais instruído e o mais instruído não também necessariamente o mais sábio. O instruído é aquele que usa as palavras corretas e não apenas as palavras agradáveis e é aquele que sabe que nada é seu mas serve a todos com todos e com todos possui e também acredita porque se dá a todos e a tudo e, no fim, não conquista o que desejou mas aquilo que desejaram. Senhoras e senhores deputados a simplicidade e a defesa corajosa do Projeto Aproximar a Educação, são valores que todos nós devemos intuir na medida em que podemos verificar que o seu principal promotor, a Câmara Municipal e o seu Vereador da Educação, nada pediu para si, nada desejou para si, mas para todos e porque foi para todos que tudo alcançou: Um projeto universal e um compromisso com todos e um consenso par todos. E é aqui que entram, claramente, aqueles que usam as palavras corretas: os que criam condições não para serem pisados pelos outros, mas também nunca se poem em bicos de pés. São os que nunca procuram tarefas ou responsabilidades para os quais não se sentem preparados, mas tentam cumprir pela palavra e ação correta integralmente aquilo que são incumbidos e que sempre se sentem iguais quer, perante os que escolhem outro caminho e que toleram as falsas demonstrações e sabedoria e, até, desonestidade intelectual, mantendo-se sempre disponíveis para encontrar o conhecimento e o caminho verdadeiro. Considerei, aqui, que o Programa Aproximar a Educação de Oliveira de Azeméis é o exemplo da capacidade da Câmara Municipal não apenas de previsão, mas de provisão. E considerei bem. Se nesta Assembleia, em tempos, referi que o controlo da redução da dívida é um caso de estudo; Também este Programa tem qualidades excelentes para apresentar como tal. A apresentação do projeto de Oliveira de Azeméis numa conferência sobre o futuro da educação na Universidade Católica por parte do Senhor Vereador da Educação Isidro Figueiredo mereceu as melhores referências e interesse por parte dos congressistas. No futuro, poderá mesmo figurar em casos futuros na investigação da área e em teses de doutoramento nesta área. São apenas resultados primários mas são um bom indicador. E os cominhos e os resultados não são os finais. Mas estão à vista. Do projeto que parecia ser de poucos e de uma facção política; Agora colhe nota positiva de muitos e de diversas forças políticas. De um projeto piloto local, localizado; Agora, a Associação de Nacional de Municípios tem a vontade política que passe para projeto nacional nacionalizado. E bem. De um projeto local e comunitário, com características próprias de cada região; Agora querem que o projeto nacional seja decretado. Temos aqui algumas reticências, quando vem por Decreto as coisas não são tão bem como parecem. Senhor Presidente, Senhor Vereador fica aqui o registo

da bancada do PSD. Após cerca de oito meses de execução, registamos com agrado esta mudança de visão para o futuro, não só, local, mas também, nacional. É uma execução ainda incompleta que será com certeza completada. O que estiver ainda por fazer será feito. O vazio certamente será preenchido. O gasto será renovado. O insuficiente será aumentado. O excessivo será dissipado. É uma execução eu brilha porque é evidente. E porque é evidente tem mérito. E é por esta razão que o Programa Aproximar Educação abraça a unidade de um Programa local e torna-se num Programa nacional. O modelo que era, à primeira vista, um modelo particular passou agora quase a ser um modelo universal. Senhores Presidentes, Senhores Vereadores, Senhores Deputados este é um exemplo de como em área de gestão Autárquica, apesar das diferenças que nos possam separar, devemos pugnar pela unidade que não significa unanimidade, mas unidade pelas causas. E esta é uma causa que vale a pena lutar. Senhor Presidente, com grande honestidade intelectual, e já aqui o referi uma vez, o Senhor não escolhe lugares para as pessoas mas as pessoas certas para os lugares certos. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A intervenção do senhor deputado Filipe Carvalho dando nota das questões que têm sido, naturalmente, objeto de destaque da nossa vastíssima comunidade empresarial, merece aqui uma nota de atenção mas é importante também valorizar outras questões e outras vertentes, como foi o caso do Concurso de Instrumentos de Sopro de Terras de La-Salette, é um Concurso Internacional, que, naquele escalão etário, faz a diferença e uma vez mais se realizou trazendo a Oliveira de Azeméis pessoas de outros países e de vários pontos do nosso Portugal. Quanto á questão da “Queima das Fitas” e do “Cortejo Académico” e de toda a festa e animação que houve no nosso Município: Na resposta que vou dar ao senhor deputado José Lourenço, eu vou fazer referência a isso. Mas queria aqui uma vez mais enaltecer, efetivamente em Oliveira de Azeméis nós somos diariamente, e ainda bem que isso acontece, confrontados com soluções de empreendedorismo. A nossa comunidade empresarial é verdadeiramente notável. Peço desculpa de o dizer: Porque durante a tarde de hoje e o dia de ontem ...; Eu, ontem recebi um telefonema de um empresário de Oliveira de Azeméis que estava no Irão. Estava no Irão á procura de um negócio. Estava prestes a concretizar o negócio mas precisava em meio ano aumentar a sua fábrica. E telefonou do Irão a dizer: - Senhor Presidente, o terreno é meu, eu meio ano consigo fazer um pavilhão, e, consigo ganhar este negócio do Irão, posso ir para lá criar mais postos de trabalho, aumentar a riqueza do Concelho? E nós respondemos-lhe: Que sim. Que podia. Que podia fechar o negócio e que, quando chega-se a Oliveira de Azeméis, na próxima semana, se sentava com o Dr. Ricardo Tavares e que ia seguramente encontrar todas as soluções dentro da legislação para que numa luta contra o tempo pudesse aumentar a capacidade da sua empresa. Pouco antes de aqui chegar de uma empresa da área

alimentar, fixada na Vila de Loureiro, uma empresa que exporta muito, ligou-me o empresário a dizer: - Acabei de comprar mais 16 mil. E, tendo em conta o volume de exportação, (estamos a falar de camaras de congelação de produtos alimentares), eu preciso de aumentar porque senão posso perder o negócio que tenho. Eu estava aqui a chegar e, marquei uma reunião para a próxima terça-feira, com esse empresário, para procurar naturalmente encontrar uma solução para que ele possa crescer e possa aumentar os postos de trabalho e possa criar riqueza. E podia estar aqui várias horas a dar exemplos – como disse – onde enaltecer o espirito empreendedor da nossa comunidade empresarial, mas também, da nossa disponibilidade. E não fazemos mais do que a nossa obrigação para criar condições objetivas para essas empresas possam crescer e possam aumentar a já sua fortíssima vocação exportadora. E ai é que entronca também o “Aqui há Futuro”. O “Aqui há Futuro” vai na sua III Edição; Para o ano é a IV, ficou combinado que se realizava em Oliveira de Azeméis. É um exemplo de colaboração e articulação entre as escolas, as empresas e as autarquias: A oferta formativa das Escolas; A necessidade das empresas em ter mão-de-obra qualificada em setores muito específicos, para que não esteja a ser feita formação que depois não tenha saída profissional. E é esta articulação com o poder local, com as empresas e com as escolas que torna este território um território diferente. Diferente para melhor – na nossa opinião. E eu sei que lá no fundo, no fundo, é isso que todos pensamos. Porque efetivamente todos temos orgulho nestas situações. E por isso procuramos, às vezes, pequenas coisas para tentarmos colocar a chamada areia na engrenagem. Por isso, meu caro deputado José Lourenço, deixe-me dizer-lhe o seguinte: Nós (este Executivo camarário) trabalhamos para as pessoas, não trabalhamos para o ranking. O ranking é estudo privado, com todo o respeito. Também não vou gastar dinheiro a processar que fez o estudo, esteja tranquilo relativamente a essa matéria. É um estudo, vale o que vale. Há uma coisa que eu constato: É que, o senhor só fala do estudo quando o estudo diz mal de Oliveira de Azeméis, se o estudo disser bem, o senhor não fala. É um critério seu e ninguém vai estar aqui a discutir. Sabe que, se você fizer uma analogia, até mesmo na sua organização empresarial, quando eles começam a trabalhar par os rankings, a coisa começa a correr mal. O que é preciso é que as pessoas continuem a mandar cartinhas; Continuem a utilizar o expresso mail; Isso é que é fundamental; Quando está lá o ranking, há lá qualquer coisa que não está bem. Mas, olhe que, isto é valido para muitas outras coisas. Por isso não se preocupe muito lá com o estudo. Naturalmente é um estudo, tem que se ler. Nós lemos com certeza. É um estudo. Mas sabe que, a dinâmica local mostra o contrário do estudo, senhor deputado. Isto não é ranking, são os dados do Sindicato de Aveiro, - tem tudo menos qualquer relação com PPD/PSD, - União de Sindicatos de Aveiro - CGTP: também a semana passada publicou que Oliveira de Azeméis é dos concelhos do distrito de Aveiro onde o desemprego desce, dados comparados deste ano com os do ano passado. Olhe -Vale muito mais isso do que o estudo todo que o senhor aí falou e que o senhor leu com toda a atenção, ao qual o senhor dedicou uma especial e uma particular atenção. Se quiser eu até lhe dou a passe - sabe que nesse estudo há uma lógica e eu já uma vez aqui disse isso - mas eu dou- lha se quiser. Sabe que, o senhor não

teve acesso ao estudo todo, para ter acesso ao estudo tem que o pagar. (Está ver, esse seu gesto diz tudo.) Porque eu há tempos também tive aí uma prestigiada organização que pediu vinte mil euros à Câmara Municipal e garantia que a Câmara Municipal aparecia nos dez primeiros lugares. Acha isto normal? Ouça, esse homem foi pela porta fora; Ele ia fazer um estudo em que nós aparecíamos nos dez primeiros; Tínhamos era que pagar. Pode ser mais barato ou até pode não custar nada. Eles mandaram as passwords, eu até lhe dou as passwords e você investiga lá isso tudo e na próxima Assembleia Municipal volta cá com o estudo. Porque os dados da União de Sindicatos de Aveiro da taxa de desemprego são irrefutáveis. E, não são estudos, são factuais. Como há outra coisa factual para contrariar o estudo. Sabe que a Escola Superior Aveiro-Norte, os alunos da licenciatura deste ano, a escola está a trabalhar na segunda licenciatura, os alunos da licenciatura de uma escola politécnica, isto é invulgar, isto é dito pelo senhor Reitor da Universidade professor doutor Manuel Assunção – também insuspeito, foi a primeira escolha. Está a ver? Se Oliveira de Azeméis fosse assim uma terra tão fraca, tão má que não tivesse nada: O senhor acha que os alunos escolhiam na primeira escolha, todos, Oliveira de Azeméis? Isto também é factual: E, ouça, não fui eu quem os escolhi, eles estão cá de diversos pontos do País, vieram para cá. Gostam da escola e, logicamente, se a escolhem: eles querem tratar do futuro; querem ter emprego que é um dos principais problemas da nossa sociedade e da nossa juventude. E se a escolhem, é porque acham que isto tem futuro. Isso são indicadores importantes e factuais. Olhe: A Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, que fez uma “Queima das Fitas”, a sua Associação Académica, fabulosa aqui na nossa cidade, também tem um projeto na Câmara Municipal para ser aprovada:- para quê? Transformar a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis numa escola superior de saúde. Então, o senhor acha que se este concelho não prestasse para nada, se não tivesse nada, se ninguém quisesse vir para que eles queriam aumentar e ampliar a Escola e aumentar a oferta formativa? Eu acho que esta gente quando faz estes investimentos: eles estudam; a Universidade de Aveiro estudou; a Cruz Vermelha Portuguesa estuda. Se isso fosse assim, que aqui não se passa nada, que não temos: Eles não investiam. Está a ver: Isso é que são os tais dados diferentes que contrariam o estudo. Eu respeito os estudos todos. Já tivemos aqui discussão sobre um estudo da Universidade de Évora. Há um estudo que você ainda não falou, mas eu chamo à atenção, que é da Universidade do Minho, esse também se paga, que é feito com o “Público”, e o atual secretário de estado José Mendes era o pró-reitor responsável por isso, é um estudo também interessante, mas também se paga. A gente candidata-se: mas paga; A gente vai a jogo para se estudar se somos bons ou maus, mas pagamos. E por acaso nós este ano voltamos a não nos candidatar. Não é que não tenhamos projetos para se candidatar. Mas, ouça, também, acho que há outras formas de investir os nossos recursos financeiros. Já agora, também dizer-lhe que, é para depois o senhor deputado na próxima Assembleia Municipal não vir aqui dizer que foi depois da sua intervenção, que falou na questão demográfica, que o executivo decidiu fazer alguma coisa. Não. Ouça, é para já estar preparado. Eu julgo que estamos em condições de na próxima

reunião de Câmara aprovar incentivos à natalidade. Sabe porquê - Senhor deputado José Lourenço, seguramente que me acompanha nesta preocupação? O problema demográfico não é um problema de Oliveira de Azeméis é um problema do País, para não dizer do Mundo, mas é um problema do país, um problema gravíssimo do País. Aliás, há estudos, estudos completamente independentes e credíveis, esses sim, que apontam para um problema do decréscimo da nossa população “ a la longue” que é preocupante para o nosso País. Nós cá vamos fazer o nosso trabalho, naturalmente, para fixar jovens e atrair jovens e dar-lhes condições para que eles possam também poderem crescer em número de nascimentos. Portanto, dizer-lhe que, na próxima Assembleia Municipal o senhor deputado José Lourenço vai usar da palavra relativamente a essa matéria dos incentivos à natalidade. Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Fajões: Naturalmente que o acompanhamos na questão do voto de pesar. Porque, efetivamente, foi um momento muito complicado para aquelas famílias que afetou a freguesia de Fajões, em particular, mas também a freguesia de Macieira de Sarnes, uma das pessoas era de Macieira e vivia em Fajões. Permita-me fazer aqui um destaque que, eu acho que, nestes momentos também é importante fazê-lo quando eles são merecidos: Não vou falar das psicólogas da Câmara que elas estão naturalmente ao serviço mesmo em horas que não sejam horas de expediente, nem dias de semana, essa também é a sua vocação e a sua função mas, queria também aqui dar essa nota pública. Efetivamente disponibilizaram-se imediatamente para estar junto das famílias, mesmo até durante o funeral, e já depois disso sei que está a ser feito um trabalho de acompanhamento; Mas é ao Senhor Secretário de Estado doutor José Luis Carneiro. O Senhor Secretario de Estado das Comunidades foi impecável, atendendo à dificuldade da situação, nos contactos que teve a Câmara Municipal. Porque efetivamente mostrou preocupação. Infelizmente a confirmação de uma das vítimas foi via telefone: eu estava em linha com o Senhor Secretário de Estado e noutra telefone com o Senhor Presidente da Junta e, tragicamente, até parece que estávamos a ver ali os números, batia certo a data de nascimento, já só se conseguia identificar pela data de nas cimento e era a data de nascimento que ninguém queria ouvir que o Senhor Presidente da Junta teve que, infelizmente, dizer à filha de uma das pessoas que tinha falecido. Mas, eu queria aqui enaltecer esse contributo e essa postura do doutor José Luís Carneiro – Secretário de Estado das Comunidades que, no terreno, esteve permanentemente contactável e disponível para ajudar a resolver as situações. Quanto á questão da Via do Nordeste: Nós estamos a ultimar os pormenores para lançarmos a primeira fase da IV Fase da Via do Nordeste. Como sabe, ela foi feita em fases. Estamos a falar da primeira fase e eu já dei instruções ao Senhor Vice Presidente, na questão das empreitadas, que nós avançássemos o mais rápido o quanto possível do Lindolfo até à estrada. Portanto, aquele pequeno troço que está desbravado, inclusive até trás problemas porque vão ali deitar lixo e outras situações. E dizer-lhe o seguinte: Durante a próxima semana o Senhor Presidente da Junta vai dentro da sua agenda arranjar um dia, que tenha tempo, uma manhã, uma tarde, para poder com o Senhor Vice-presidente Ricardo Tavares e com a senhora arquiteta Filomena Farinhas tirar todas as dúvidas que tem relativamente

aquilo que aqui falou. Porque há por vezes situações e, hoje nós temos esse problema, nós nosso concelho somos atravessados por Estradas Nacionais; E há legislação que vai mudando, relativamente a estas matérias dos pareceres e das indicações e das intransigências das Estrada de Portugal, agora já nem é Estradas de Portugal é Infraestruturas de Portugal. Eu não estou aqui a adiantar nenhuma questão, o que eu quero é dizer ao senhor presidente da Junta que, para a semana se senta na Câmara Municipal, de acordo com a sua agenda, não vou estar a dizer em que dia porque na sua agenda o senhor é que manda, portanto, no dia em que o senhor puder vem à Câmara Municipal e, vê o processo, analisa o processo, não quero que tenha nenhuma dúvida relativamente a essa matéria. Quanto à intervenção do professor Costa Gomes: Também permitam-me que faça uma referência positiva á forma como os senhores membros da Assembleia, que foram indigitados por toda a Assembleia, professor Costa Gomes, Rui Luzes Cabral e o Jorge Melo Pereira enquanto representantes de cada uma das forças partidários com assento nesta Assembleia, na questão do IC2 e na forma como sempre trabalhamos. Importa não abrandar a pressão. Ou seja: Como sabem as Infraestruturas de Portugal garantiram, por escrito, que as obras eram feitas até ao final do mês de maio. Nós estamos a acabar abril. E portanto, importa não aligeirar. Ainda esta semana, quer o “Correio da Manhã”, o “Correio da Manhã TV” e o “Jornal Noticias” fizeram um trabalho, que é também um trabalho para além de ser um trabalho triste tendo em conta as mortes que ocorreram, é um trabalho que serve de pressão às instâncias, nomeadamente às Infraestruturas de Portugal, para intervirem rapidamente para evitar que estas situações, infelizmente, se repitam. Portanto, nós vamos voltar, até na sequência da discussão que estamos a ter aqui nesta Assembleia, durante a próxima semana, a fazer um alerta às Infraestruturas de Portugal a dizer: – Já estamos a entrar em maio e portanto é preciso obra no terreno. Porque não basta o compromisso escrito, o que precisamos é das medidas tendentes a diminuir a sinistralidade no troço do IC2, muito em particular naquela zona da curva do Estádio, mas, não só na curva do Estádio. Quanto á referência que fez à educação: No Plano Nacional de Reformas que o Governo apresentou: Que é um Plano ambicioso e que eu repito: e já o disse publicamente e parece que há algumas pessoas que ficam incomodadas com aquilo que eu digo, - é um programa positivo; e é um programa que o País precisa. São reformas estruturais e o País precisa. Mas o País precisa também de um ambiente de concertação política positivo, para que efetivamente essas reformas possam ser feitas sem grandes constrangimentos e sem grandes problemas. Uma das reformas é a questão da descentralização de competências, não só, na área da educação, mas em outras áreas. A vontade política do Governo, no Plano Nacional de Reformas, passa pela descentralização de competências. É verdade que nós já vamos á frente; há quinze municípios que aceitaram esse desafio. Mas vai haver outros setores que o Governo vai propor às Autarquias. E a Associação Nacional de Municípios está empenhadamente nesta matéria. E portanto, aquilo que nós vamos continuar é, sempre que somos chamados a dar o nosso exemplo – o Senhor Vereador Isidro Figueiredo tem-se desmultiplicado em deslocações ao País, dando nota disso mesmo, mas, a nossa atenção também a outros setores de oportunidades que o

Governo naturalmente queira descentralizar. Porque, é como eu digo – Nós (Autarquias Locais e isto é válido também para as Juntas de Freguesia) conseguimos fazer mais com menos recursos financeiros e conseguimos fazer melhor e também mais depressa. Por isso, cá continuamos atentos. Temos as nossas responsabilidades na área da educação, mas disponíveis para podermos juntamente com o Governo encontrar outras soluções de descentralização. Senhor Presidente, muito obrigado pela sua atenção, estão dados os esclarecimentos que foram solicitados. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente, pela sua compreensão. Eu não esperava que o Senhor Presidente tivesse tanta dificuldade para se justificar. E também pedir-lhe para ter calma porque, muitas das vezes, quando não se consegue justificar, tenta-nos encher com os seus motivos. Certamente o Senhor Presidente, e eu também posso fazer chegar se quiser o que escrevi e eu não disse nada daquilo que o Senhor Presidente quis fazer passar. Quem o ouviu julgará que valorizamos o tal estudo, que o achamos pertinente, e que fizemos valor dele. Aquilo que eu disse, em determinada altura, era que se tratasse o estudo tão bem como o PSD tratou naquela altura. Eu, na posição atual, acharíamos nós, utilizando a mesma metodologia achávamos nós que seria um descalabro face à queda abrupta que a cidade de Oliveira de Azeméis caiu no dito ranking. E obviamente que, face a isto, não se pode lançar foguetes quando as coisas nos são convenientes, porque, quando não nos são convenientes não nos podemos calar. Obviamente que estamos sempre sobre referendo. E, obviamente, senhor Presidente, aquilo que lhe procurei mostrar foi alguma coerência. Porque, como disse, e vou-me repetir – não podemos achar que quando tudo está bem vamos fazer aqui propaganda e, depois, vamos esquecer tudo o resto. Obviamente que o PS não acha e na altura também o referiu, não achava o estudo maravilhoso. Tem algumas pertinências; Pode ser útil em determinados aspetos mas não engloba determinados aspetos como, também o referi, nomeadamente, ao nível das infraestruturas e outras mais que não estão plasmadas no estudo e que isso obviamente que influenciaria o ranking do mesmo. Mas também queria lembrar aqui uma outra coisa, Senhor Presidente, como disse: quem o ouviu julgaria que eu estava aqui mesmo a defender o dito estudo. Eu não falei, em caso algum, sobre a capacidade e dinamismo dos nossos empresários. Oliveira de Azeméis é conhecidamente um concelho com muito dinamismo empresarial, muito dinamismo associativo e, obviamente que, eu não podia ser injusto e referir sobre isso. Falei, se bem entendeu, quis mostrar que a propaganda que se faz muitas das vezes também joga contra nós quando as coisas também não nos convém. Mas, por fim, Senhor Presidente, um último aspeto e que reflete bem a importância que o PSD, nomeadamente o Executivo deu na altura foi: honras de primeira página num boletinzinho que todos nós devemos conhecer, que se chama-

“Vida”, o dito estudo e a referência ao décimo sétimo lugar e a excelente qualidade de vida que se tem em Oliveira de Azeméis foi honra de primeira página do dito boletim. Portanto, o que me apraz dizer mesmo é que, quando convém, quando lhe é favorável: somos os maiores; quando não é: é um mero estudo sem validade científica, vale o que vale, para dizer melhor: não presta para nada. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Só para fazer um alerta: Acho que não haviam pedido nenhum esclarecimento. Está a correr muito bem e há última da hora surgiram mais inscrições. Eu, no período da Ordem do Dia, não vou permitir isso. Quem estiver inscrito, está inscrito. Logicamente têm todos os direitos que o Regimento permite, mas não vou permitir que há última da hora se façam inscrições. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente são só cinco segundos. Como o senhor deputado José Lourenço disse que eu tinha tido muita dificuldade em justificar; Eu acho que a intervenção do senhor deputado diz tudo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente, a minha intervenção é curta e rápida. Sintam-se todos, naturalmente, cumprimentados. Por uma questão de honestidade intelectual não poderia deixar de responder, naturalmente, ao senhor deputado Costa Gomes. O senhor é um castiço de facto. E aconselho vivamente, acho que pode ser um bom exercício para todos e para si em particular, no fim-de-semana, a ouvir o Fmi do Zé Mário Branco, há lá uma parte em que certamente se reconhecerá “... Palavras, palavras, palavras e não só. Palavras para si e palavras para dó ...” - Foi na verdade aquilo com que nos brindou. Senhor deputado: “enquanto uns fazem previsões os outros fazem provisões”. - Queira então o senhor deputado Isidro Figueiredo, porque acho que essas matérias são de tal forma sérias que não devem restar dúvidas: O que é que aconteceu, já, agora, como o Programa Aproximar a Educação tal como dizíamos, no caso das duas escolas Ferreira da Silva e de Fajões que deveriam ser entregues ao Município já requalificadas e que vão custar já ao Município três milhões de euros. Aqui está um exemplo de honestidade intelectual e daquilo que deve ser boa gestão. Não restem dúvidas

nenhumas Senhor Presidente, como sempre dissemos: Este Concelho presta e presta muito. O que não presta há muito tempo no Concelho de Oliveira de Azeméis e que nunca tivemos pejo em o dizer é a gestão Autárquica que lhe foi impressa. E podemos ter o exemplo claro com o que acabou de dizer. Sempre tivemos um Concelho que presta, em dinamismo empresarial, em dinamismo industrial; Está à vista. Sempre tivemos um Concelho com uma gestão Autárquica que não presta: Basta ver as zonas industriais que nunca foram pensadas e que nunca foram uma aposta séria e verdadeira do Município de Oliveira de Azeméis. Aqui tem o exemplo claro desta situação. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Boa noite Senhor Presidente, restante Mesa. Venho trazer aqui três questões. Duas dirigidas à Mesa e outra ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira prende-se com esta situação de que nós temos conhecimento de que há correspondência dirigida à Assembleia Municipal com menção de ser remetida, dar conhecimento, aos membros da Assembleia e tais situações não acontecem. Efetivamente temos hoje uma exceção, esta dos Bombeiros. E eu gostaria de perguntar à Mesa, se efetivamente é verdade ou não que é remetida correspondência dirigida à Assembleia com menção de dar conhecimento aos membros da Assembleia e tal não ser feito? É normal haver correspondência remetida à Assembleia. Portanto, acho que os membros da Assembleia deveriam ter conhecimento do que é enviado para a Assembleia. Outra questão que venho trazer é, se o Senhor Presidente da Mesa tem conhecimento das respostas que são dadas aos munícipes quando vêm aqui colocar questões? Porque, o mandato já vai quase no seu término e não temos conhecimento de nenhuma resposta. E isso viola o Regimento porque, no seu Artigo 27º, nº 4, diz que - "... até ao final da Sessão seguinte, com conhecimento aos membros da Assembleia." Estamos há dois anos e meio neste mandato e nunca está Assembleia teve conhecimento de uma única resposta que o Município deu a nenhum dos munícipes que aqui vieram colocar questões. A terceira e última questão que venho colocar prende-se com o orçamento participativo. Esta é mais dirigida ao Senhor Presidente da Câmara: Estamos já no final do mês quatro e a partir do momento em que o Senhor Presidente veio confirmar que para o Orçamento de 2017 iria ser alocado 5% do Orçamento para orçamento participativo, para que os cidadãos e a sociedade civil oliveirense pudessem participar nesse orçamento participativo; Até agora não temos, nem método, nem regulamento, nem nada, não sabemos rigorosamente nada de como se vai processar este orçamento participativo. Então, vinha perguntar ao Senhor Presidente se nos pode dizer já alguma coisa relativamente a esta questão? Por último, tocava na questão das obras que o Senhor Presidente veio dizer aqui, desta necessidade de obras em meio ano. É voz corrente de quem coloca projetos na Câmara, para serem aprovados, na morosidade no seu licenciamento. Eu sou apologista e defendo que o ideal será efetivamente agilizar procedimentos e levar a que, cada

cidadão ou cada pessoa que mete o projeto na Câmara ver o projeto aprovado o mais rapidamente possível. Eu percebo essa situação de, em meio ano, se tentar querer ver resolver uma situação. Senhor Presidente vamos então arranjar esses procedimentos para todos oliveirenses e para todos aqueles que estão interessados em investir em Oliveira de Azeméis, para que assim se possa permitir que haja um princípio de igualdade para todos. É essencial. A construção é importante e é um grande fator de desenvolvimento para o Município e isso, se Vossa excelência entender que isso é relevante, acho que todos nós devíamos também pugnar para que esses licenciamentos fossem o mais rápido possível. Muito obrigado.=====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:=====

===== Quero-lhe dizer, senhor deputado, que tomei boa nota e irei falar com o Senhor Presidente da Assembleia sobre os casos expostos e à Câmara Municipal para saber o que se passa e faço a promessa de que me encarregarei de tratar desse caso.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente em exercício – senhor António Grifo, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, senhoras e senhores. Eu queria, antes de mais, deixar aqui uma nota de registo da passagem do secretário-geral da União Geral de Trabalhadores, Carlos Silva, pelo nosso Concelho e destacar a sua preocupação de contacto com a realidade empresarial de Oliveira de Azeméis. Eu creio que foi público o seu reconhecimento da valia da capacidade empresarial e isso obviamente que é digno de nota e revela, sobretudo, um elevado sentido de responsabilidade no exercício das suas funções e reforça a evidência da dinâmica económica do nosso concelho. Fica o registo. O sentimento que registei no início deste mandato e que hoje aqui recordo, e que creio que deve nortear a nossa ação, a nossa atividade enquanto membros deste órgão Assembleia Municipal: Os temas centrais, devem ser pontos de conversão de todas as forças partidárias, a bem do interesse de Oliveira de Azeméis e a bem do interesse dos Oliveirenses. A história do nosso Concelho tem bons exemplos: o debate; a aproximação de posições; e a consequente ação com uma vontade conjunta tem trazido grandes e positivos resultados para Oliveira de Azeméis. Importa também recordar os temas em que, numa primeira fase, a sintonia de estratégia não reinou, desde a primeira hora, mas os bons resultados das ações tomadas levaram a uma alteração de sentido das opiniões e das vontades. A cobertura digna de água e saneamento à generalidade dos fogos do nosso Concelho é um destes grandes temas. Aliás, diria que é o grande tema que deve unir todas as vontades e contributos de todas as forças partidárias. A ironia, o achincalhamento, ou o ataque furtivo a nada conduzem. Creio

que é unanime o anseio pela urgência de uma rede de cobertura condigna, penso que, estamos todos de acordo, relativamente a este ponto. Creio que é inequívoco também que é um desejo de concretização difícil. Complexa. Somente reitero a convicção de que, o modelo de concessão que foi adotado é o que melhores condições reúne, para alcançar este objetivo. Mas vejamos: A prestação de serviços de água e saneamento tem sido feito historicamente efetuada a um valor abaixo do seu custo; O ajustamento é, inevitável, e é, na minha opinião, necessário. Não podem continuar a ser os impostos de todos, incluindo os impostos daqueles que ainda não usufruem destes serviços, a subsidiar a prestação dos mesmos. Sem dúvida que cremos que é premente acautelar um ajustamento, suave, suportável. Mas é, sobretudo, premente realizar obra que, de uma vez por todas, transforme este assunto num não assunto. E é por isso que peço, Senhor Presidente, que nos faça, hoje, só, um panorama do que nos reserva nos próximos tempos, em termos de execução de obra, no que respeita a água e saneamento para o nosso Concelho e para os oliveirenses. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque =====

===== Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público e jornalistas. Na última Assembleia Municipal dei conta, aqui, de algum desconforto aquando da aprovação do - protocolo de delegação de competências – Contrato Interadministrativo da componente de apoio à família. E fi-lo, um bocado constrangido, na convicção que tinha de que a tabela iria ser reestruturada. Efetivamente foi. E portanto comprometi-me. Aprovamos de maneira a agilizar os procedimentos. Ainda não percebi porque é que, desde setembro, da componente de apoio à família as Juntas de Freguesia que têm esse protocolo não estão a receber. Penso que são problemas processuais. Mas compraz-me saber que o problema está resolvido. Para este ano o problema está resolvido. Estou preocupado já é para o ano, porque com o número de alunos a decrescer nós não vamos conseguir fazer face a esta situação. Portanto, este ano dou como adquirido que está resolvido, agradecia que começássemos já a pensar no protocolo para o próximo ano. Boa tarde a todos. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu começava já por agradecer a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque: É verdade, tínhamo-nos comprometido, foi assumido esse compromisso. Vamos agora, naturalmente, procurar preparar. Já estamos a iniciar os procedimentos

relativamente ao próximo ano para procurar superar essas dificuldades e minorar os impactos junto, neste caso em concreto, das Juntas de Freguesia. Mas agradeço-lhe as palavras que teve. Quanto à intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, não vou fazer qualquer comentário, não fez qualquer questão. O senhor deputado Carlos Afonso Oliveira colocou aqui uma questão importante e ainda bem que a colocou. Porque me permite dar nota de que, nós já criamos no seio da Câmara Municipal uma equipa transversal que está neste momento a fazer estudos comparativos, já participou em seminários, colóquios, debates, relativamente aos orçamentos participativos. Portanto, é um compromisso que temos. Virá certamente à Assembleia Municipal em tempo útil. Vamos avançar com a questão do orçamento participativo. E, como lhe disse, a equipa que está no terreno a preparar tem feito muitas reuniões com outras Câmaras Municipais; Há modelos. Em todas as Câmaras Municipais que temos falado e até em alguns contactos internacionais, porque estiveram presentes num seminário nos Açores onde estiveram outras câmaras municipais de outros países a apresentar os exemplos de orçamento participativo. Há uma constatação, pelo menos foi esse o reporte que me chegou – eu não fui a nenhuma dessas reuniões, que é: em todos os casos há evolução ano após ano, ou seja, nunca é o modelo ideal. Ou seja, mesmo com as plataformas tecnológicas já mais avançadas que aprenderam com os erros de quem já começou a fazer isto, as próprias correções que são feitas, mas efetivamente há sempre ali um bocadinho de matéria a melhorar. Portanto, nós não queremos também fazer um orçamento participativo que seja complicado para as pessoas, como é evidente. Queremos que ele seja, - como diz, participativo e que efetivamente ele possa fazer face e corresponder às expectativas da população: que participe e queremos que participe ativamente. Porque isto depois obriga a uma logística complexa que é: estar no terreno, ir a todas as freguesias, apresentar em todas as freguesias para estarmos todos no mesmo patamar de igualdade (a tal igualdade que todos nós defendemos). Portanto, para lhe dizer que nós estamos a trabalhar. E o mais rápido possível até porque nós temos tempo, temos timings que temos de cumprir. Mas isso está a ser devidamente programado. Relativamente à questão, dos licenciamentos, que colocou. Eu percebo a sua pergunta. E também percebo e reconheço a sua honestidade intelectual porque não quis dizer que há aqui coisas que passam à frente de outras. O que o senhor deputado Carlos Afonso quis dizer é que: se nós conseguimos ser céleres a resolver umas situações, temos de ser céleres a resolver todas as situações. Isso subscrevo integralmente aquilo que disse. E deixe-me dizer-lhe que, eu acho importante que nós possamos na próxima reunião da Assembleia Municipal dar informação aos senhores deputados sobre os prazos médios de licenciamento. Nós tivemos uma avalanche de processos entrados na Câmara Municipal para aproveitar a janela da legislação e do PDM; 4000 processos que entraram. E, reparem, era humanamente impossível, tecnicamente impossível manter o mesmo nível de resposta quando há uma tão grande avalanche. Perfeitamente normal a oportunidade, como disse, que o PDM proporcionou. Está-me aqui o Senhor Vice-presidente já a dar um indicador, mas, nós temos de ser mais rigorosos, acredito naquilo que me está aqui a ser dito, eu acho que devemos ser mais profundos na informação que é importante para os senhores membros da

Assembleia Municipal; Está-me aqui o Senhor Vice-presidente a dizer que emitidos 60 licenças (média) de habitabilidade num mês. Como lhe disse nós tivemos uma avalanche de processos que, naturalmente, as pessoas e as empresas aproveitaram esta oportunidade para colocarem ou legalizarem as situações. Mas esse esforço de diminuir o prazo de licenciamento, é um esforço contínuo. E temos feito também investimento no ponto de vista das plataformas tecnológicas e dos instrumentos técnicos ao serviço dos nossos funcionários/colaboradores para que efetivamente nós possamos ainda ser mais rápidos no licenciamento. Há depois aqui sempre um problema: Já agora, senhor deputado Carlos Afonso, aproveitando a sua deixa: há aqui um problema que nós somos muitas vezes confrontados; Como disse há pouco o Presidente da Junta – Jorge Paiva: a licença é emitida pela Câmara Municipal mas, depois, a questão que se coloca aqui é: quando temos de estar à espera do parecer da EDP; quando temos de estar à espera da ARH; quando temos de estar à espera da Direção Regional da Economia; - aí é que temos efetivamente muitas vezes, e os nossos técnicos têm essa disponibilidade, de fazer insistência e persistência junto dessas entidades para que elas possam efetivamente responder com mais celeridade e nós possamos emitir o parecer final. Isto é válido para as estradas, é válido para pintar uns muros ou para colocar um tijolo ou qualquer coisa à face de um a estrada nacional; é logo uma complicação tremenda, mas é a legislação. E as pessoas às vezes: “Então, para um muro a licença para mim demora 15 dias e para o meu vizinho que é um muro igual ou até mais pequeno demora 3 meses”. Basta o muro estar à face da estrada nacional, ou não estar, para isto fazer a diferença. Portanto, eu acho que é importante, senhor deputado, nós termos uma folhinha e informar os senhores membros da Assembleia dos prazos de licenciamento. Quanto ao senhor deputado António Rosa: Nós tivemos a presença do senhor Secretário Geral da UGT, não só dele, mas a presença de uma delegação de sindicalistas da UGT e de um sindicato – SINDEQ, que é o sindicato que está muito ligado à indústria do vidro, dos plásticos e dos moldes. E foi uma visita de cortesia à Câmara Municipal. E foi gratificante ouvir a intervenção, não tinha concretamente a ver com o desempenho da atividade municipal da Câmara Municipal, mas sim com a dinâmica que o senhor secretário-geral da UGT sentiu no concelho, nomeadamente na ausência de conflitualidade laboral. Ele diz que os responsáveis, os delegados, da UGT que estão no concelho de Oliveira de Azeméis, nos diversos sindicatos, fazem um reporte mensal das situações e que este é um concelho que, - felizmente para todos nós, naturalmente, mas também para esta central sindical – UGT, não existe conflitualidade. Há sempre um pequeno problema, como é evidente. Mas do ponto de vista genérico não há conflitualidade laboral. Quanto à questão do saneamento que o doutor António Rosa falou: Nós temos, efetivamente, um conjunto de investimentos a estarem, muito brevemente, muito brevemente no terreno. Porque tiveram que vencer também uma tramitação burocrática elevadíssima. Nós na própria reunião de Câmara tivemos que aprovar as servidões para a passagem dos emissários e também para a construção da nova ETAR. E, portanto, isso está tudo ultrapassado. O terreno já tudo registado. Isto depois também implicava a senhora Notária que fazia um conjunto significativo de exigências. Também não por responsabilidade da senhora

(Notária) mas porque a legislação hoje obriga a que efetivamente haja um outro rigor em todo este processo. Tivemos também, entretanto, a bonificação (se assim podemos dizer) do Governo: O senhor Ministro do Ambiente, Dr. Matos Fernandes, anunciou 70 milhões de euros para projetos de saneamento e água em baixa: limite máximo por cada município 3 milhões de euros. Isso permite também que a Indaqua possa apresentar uma candidatura a estes 3 milhões para resolver problemas de água, por exemplo: Fajões; Madail; Cucujães; s. Martinho da Gândara; Travanca; parte de Ul; a questão da adutora Loureiro / Pinheiro; a questão da ETAR e os respetivos emissários; e, conforme sabem, a questão dos intercetores de S. Roque e do Cercal. Os projetos foram entregues na Câmara, foram apreciados pelos nossos técnicos e, portanto, como vos digo, aquilo que a Indaqua nos transmitiu na última reunião de trabalho que tivemos foi que, efetivamente estamos muito próximo de iniciar a obra no terreno. E, portanto, estamos convencidos que até 2020 nós estaremos a cumprir as metas do PEAASAR. É para isso que estamos a trabalhar. E, como vos disse, já tivemos uma reunião de trabalho com o senhor Ministro do Ambiente. Estamos a procurar que nesta fatia dos 70 milhões de euros o Município de Oliveira de Azeméis, tendo em conta o grau de maturidade dos seus projetos, possa ser contemplado no limite máximo dos 3 milhões. Foi essa a conversa que tivemos em reunião que tivemos recentemente, em Lisboa, na sede do Ministério. E vamos continuar a trabalhar naturalmente para que possamos cumprir e dotar o nosso Concelho de mais e de melhor qualidade de vida. Senhor Presidente, julgo que dei todos os esclarecimentos que me foram solicitados, muito obrigado pela sua paciência, compreensão e atenção. Peço desculpa Senhor Presidente, mas só uma nota que acho que é importante: O deputado Carlos Afonso falou numa questão regimental. E, se calhar, vamos ter de acertar aqui a metodologia, porque devemos naturalmente cumprir o Regimento. Algumas vezes o que acontece é que, na intervenção do público nós ficamos com os dados da pessoa que deixa sua morada, não é? E, em algumas das situações, não estou a dizer que seja maioria, mas, grande parte delas passam por reuniões de trabalho na Câmara Municipal para junto dos serviços resolver o problema e, portanto, não há propriamente uma comunicação escrita, um ofício. Que deve de haver seguindo o Regimento: e aí eu estou de acordo com a interpretação que é feita pelo dr. Carlos Afonso e ainda por cima fazendo ele parte da Comissão que redigiu-o. Pode dizer-se, comunicar-se: Foi feita uma reunião com o munícipe x e o problema está resolvido. E dá-se conhecimento. Mas muitas das vezes a resposta não vai em ofício, vai a reunião de trabalho e o problema fica resolvido. Ok, está resolvido. Mas essa informação está a falhar. Eu peço a dona Isabel Bastos que tome boa nota disto para, efetivamente, nós acertarmos a metodologia de fazermos chegar a informação aos senhores deputados municipais, cumprindo o Regimento conforme ele está aprovado. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS. =

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Antes do pedido de esclarecimento, eu gostava de deixar aqui uma consideração: O senhor deputado António Rosa disse, que, em matéria de cobertura de rede de água e saneamento, se assegura difícil. Mas em 2009 não era difícil? Em 2009 não era difícil? – Fica a questão. Senhor Presidente antes do esclarecimento que eu pretendia. Eu não me esqueci de que em 2015 a inflação foi negativa, foi de 0,3% negativa. E também não me esqueço de que há fatores externos, e acho que o Senhor também não se deve esquecer que há fatores externos que não é possível controlar, como por exemplo: o preço da matéria-prima. Além disso, o Senhor falou-me agora de outros fatores externos que é as verbas a atribuir ou as verbas a poder candidatar como os fundos comunitários. Eu não me esqueci disso. Nesta matéria dos fatores externos que condicionam as nossas tomadas de posição, acho que o Senhor também não se esqueceu. Esquece-se é, daquilo que promete, daquilo que prometeu em 2009, em 2013 e em 2014. Muito obrigado. O esclarecimento era: O Senhor afirmou 3 milhões de euros; Continua a reafirmar que, em 2020, temos cumpridas as metas do PEAASAR? - É esse o esclarecimento que eu pretendo.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS.* =

===== *Senhor Presidente, muito obrigado. Este assunto de facto, enfim, é um assunto que mexe profundamente connosco porque não tem nada de político e daí a minha interpelação à Mesa. Eu agradecia que pudesse voltar a distribuir numa próxima assembleia municipal, ou enviar por email, todos os documentos relativos ao contrato de concessão da rede de água e saneamento e, se possível, a respetiva ata, (se não estou em erro, a da Assembleia Municipal em Macieira de Sarnes), sobre este assunto. Porque isto é tal forma grave que nós não podemos deixar passar estas coisas em claro. E é importante que as pessoas voltem a reler os documentos que foram aprovados na altura. Porque dizerem, hoje, em 2016, que é um desejo de concretização difícil e complexo. É gravíssimo para qualquer oliveirense ouvir uma coisa destas. Porque só parece ser difícil e complexo no concelho de Oliveira de Azeméis que é um dos concelhos que está mais atrasados nesta matéria. Agora, digam isso às pessoas que tem, ainda hoje, de lidar com esgotos a céu aberto com dejetos – para não dizer outra coisa; Digam isso às pessoas que, não tendo ainda a ligação de água, no verão têm de pedir aos vizinhos água do seu poço e, enfim, ter que fazer gestão disso; Digam às pessoas que tem infeções bacterianas porque não tendo água canalizada e não fazendo tratamento das suas águas estão sujeitas a isso. É isso que os senhores estão dizer. É óbvio que é difícil e muito complexo, fazer rede de água e saneamento, em Oliveira de Azeméis. Mas isso, senhor deputado, é óbvio como o senhor disse. E porquê? É óbvio tal como nós sempre dissemos: Porque o senhor deixou uma dívida de 55 milhões no concelho de Oliveira de Azeméis, que justificou, e por isso que é importante dar os documentos que justificou, está escrito nos documentos, segundo a Câmara Municipal da altura, a necessidade de fazer a concessão deste serviço. O serviço foi concessionado, segundo*

justificação da Câmara Municipal, porque a Autarquia não tinha capacidade de fazer o investimento de 60 milhões de euros que era o que ainda estava em falta. Isto é muito grave. Tal como é grave Senhor Presidente, e portanto mais uma vez apelo para que possa fazer essa distribuição, agora, virem tentar tapar o sol com a peneira. Senhor Presidente, esses 3 milhões de euros estão previstos no contrato de concessão. E o que o Senhor sabe é que o contrato de concessão o que vai fazer é, sobretudo, ligar o que falta entre os 42% da rede em baixa e os 27% que estão tratados, sobretudo o que vai fazer é isso. O contrato de concessão em nenhum momento, em nenhum momento, prevê aumento de um metro de rede de água e saneamento. É o que está lá escrito. E é por isso que é importante o Senhor Presidente fazer chegar estes documentos. O que os senhores dizem agora, que não deixa de ser engraçado, é que vamos candidatar isto a fundos comunitários. E o que nós dizemos é: Então, são fundos comunitários, porque é que não é o concelho de Oliveira de Azeméis a fazê-lo? E porque é que não somos nós a poder ficar com essas receitas? Este tipo de coisas e a forma como vocês lidam com este assunto é que é muito grave, muito grave. E o senhor presidente não deixe de ficar assustado, é que em 2009 fazíamos garantidamente a 100% em 2013. E agora o senhor diz que é a 95%, são as metas do PEAASAR, em 2020. E isto dizendo: se tivermos fundos. Senhor Presidente, só para a rede em baixa nós precisamos de 25 milhões de euros. Agora, o senhor tem que me dizer, neste quadro de apoio, neste quadro de apoio onde é que está lá este valor. Não diga que já falou e que já reuniu. Não, não, Senhor Presidente: Nós andamos a ouvir essa história há anos e é por isso que o concelho de Oliveira de Azeméis está na cauda nesta matéria. E é por isso que – como diria o senhor deputado - isto devia ser, hoje, um não assunto. Isto é muito grave, Senhor Presidente. Muito grave. Portanto, eu apelava a que pudesse distribuir novamente esses documentos, para que as pessoas pudessem reler, o que foi dito na altura, até sobre o aumento o aumento da água. Senhor Presidente leia as suas declarações da altura, porque eu acho que o senhor não se vai reconhecer. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente em exercício, eu tinha acabado de elogiar o senhor deputado Carlos Afonso pela necessidade que temos de cumprir escrupulosamente o Regimento mas, efetivamente, há quem procure, naturalmente, desvirtuar a questão do regimento. A única coisa que eu quero dizer relativamente aa esta intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, é que, efetivamente, a constatação de que a obra está por dias no terreno deixa muita gente nervosa. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS, para uma interpelação à Mesa.* =====

===== *Senhor Presidente, eu sou uma pessoa paciente mas, como deve compreender, estas matérias são de tal forma graves, sérias, que nós não podemos deixar que estas coisas passem assim. Se queremos cumprir rigorosamente o Regimento: Pois, muito bem, cumprimos. Mas, então, tem que explicar ao Senhor Presidente de Câmara que o Executivo está aqui para responder à Assembleia Municipal; O Executivo responde à Assembleia, não opina sobre a Assembleia. E portanto, num caso como este, eu fiz uma interpelação à Mesa, nem coloquei nenhuma questão à Câmara, nem foi dada sequer a palavra ao Senhor Presidente e ele começou logo a intervir. Tem que haver regra nestas coisas. Porque senão, é óbvio que se dá este tipo de informação para criar ruído, dizendo: “Vocês estão assustados é com a obra no terreno”. Senhor Presidente: Essa obra está prevista na concessão; O que nós queremos é obra e o que nós queremos é obviamente saneamento a 100% no concelho de Oliveira de Azeméis; Nós nunca vamos ficar chateados com isso. Portanto, não atire essas coisas ao ar como se, o PS, o Partido Socialista, os oliveirenses ficassem chateados com obra. Senhor Presidente diga ao Senhor Presidente de Câmara que o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis, os elementos desta bancada e os oliveirenses nunca ficam chateados com obra. E essa obra que o senhor agora apregoa com mais um foguete, neste momento, foi um foguete na altura da concessão, foi um foguete em 2009, novamente agora um foguete, está previsto na concessão, senhor presidente. É realmente muito importante que a Assembleia possa distribuir esses documentos e que as pessoas voltem a ler a ata e a concessão. Muito obrigado.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi proposto e colocado à votação que o voto de pesar apresentado pelo senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões fosse alargado a todos os grupos parlamentares e fosse guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas do trágico acidente ocorrido em França, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Votação da ata n.º 20;* =====

===== *Presente para aprovação a seguinte ata: n.º 20 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 26.11.2015.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 20 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.11.2015 foi aprovada por unanimidade.*=====

===== ***Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. A informação foi distribuída e se houver alguma dúvida relativamente à informação que foi distribuída e que nós possamos esclarecer aqui em sede de Assembleia, estamos naturalmente disponíveis.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação.*=====

===== ***Ponto três:** Certificação legal das contas do Município - Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, José Ribeiro, Bruno Aragão, do PS; Nuno Pires, do PSD; e António Pinto Moreira, do CDS/PP.*=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Ribeiro, do PS.*=====

=====
Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Presidentes de Junta, caros colegas e público aqui presente. Apresentada que está a conta de gerência para o ano de 2015 chega agora o momento certo de analisar a situação económico-financeira do Município, bem como as obras e projetos realizados. Na última Assembleia foi ensaiado o foguetório habitual perante a excelência da gestão e dos números da dívida, apenas os números da dívida como se a isso pudéssemos resumir a gestão anual. Como somos responsáveis, não fazemos declarações precipitadas nem embarcamos em demagogias sobre aquilo que ainda não conhecemos ou para o qual ainda não dispomos todos os dados: Não fazemos exercícios como o que foi apresentado pelo senhor deputado José Campos; Não fazemos declarações como as do Dr. Pedro Marques sobre a Gedaz, que era um modelo de gestão a exportar e já fechou; Ou as do Dr. Ricardo Tavares sobre os estaleiros municipais e do estacionamento de superfície; Não fazemos declarações como as do professor Isidro, sobre as obras na Feira dos Onze, muito menos e as maiores de todos como as do Senhor Presidente sobre as taxas de cobertura da rede de água e saneamento, a que se juntam as do Hospital Privada, do Azeméis Grand Plaza, do investimento chinês na Área de Acolhimento Empresarial, e, se quiserem, até, declarações sobre um processo judicial que envolveu o anterior presidente da câmara, onde, mesmo antes do processo estar concluído, vossas excelências vêm antecipadamente opinar. Como sempre, tudo é excelência e rigor. Logo, um autêntico foguetório e propaganda publicitária do costume no jornal de campanha do município. O nosso silêncio resulta do facto que este é que é o momento certo para analisar as contas de 2015. E o que temos, é que não devíamos ter nenhuma razão para festas. Porque fomos incompetentes na gestão fomos obrigados a contrair um Plano de Saneamento Financeiro de 52 milhões de euros, que tínhamos de pagar em 12 anos e que nos custaria 16 milhões de euros só em juros. Não obstante, ainda tivemos de nos socorrer de um PAEL para acudir às dívidas a fornecedores. Tivemos um período de carência de 3 anos no Plano de Saneamento Financeiro, pelo que o esforço médio anual de amortização para os restantes 9 anos (plano financeiro dura 12 anos) seria cerca de 6,5 milhões - ano, com juros incluídos, ficando o passivo total em 2020 em cerca de 5 milhões de euros. Como os juros baixaram drasticamente vamos pagar menos 10 milhões em juros, quase 20% da dívida e a autarquia não teve nenhum mérito nisto. O que importa reforçar, é que a dívida criada foi gigantesca e, até hoje, de forma inexplicável. Sabemos quais são as consequências desta dívida para o futuro dos oliveirenses. Agora, não permitimos que o seu pagamento seja transformado num ato digno de homenagem pública, como aqui foi ensaiado na última assembleia em relação precisamente ao grande responsável pela criação de uma das páginas mais negras da história do nosso concelho. Senhores deputados, a expressão máxima de um orçamento vê-se na capacidade do investimento que potencia, que ideias, que projetos e sonhos é que permite. A expressão máxima de um relatório de contas vê-se no rigor da gestão e se permite cumprir o que previu. Por isso mesmo, para lá do rigor e da eficiência na gestão corrente, importa perceber o investimento realizado, em termos de PPI. O mapa de execução o PPI de 2015 apresenta-nos uma taxa de execução de 80,27%, o montante total

investido sete milhões novecentos e sessenta mil euros, nove páginas de intenções, meia página de obras. Das obras executadas, quatro, orçaram em cerca de cinco milhões de euros: Centro Escolar de Ul Área de Acolhimento Empresarial; Parque da La-Salette e Centro Cívico e Desportivo de Cucujães; Financiadas, é certo; Mas que absorveram a maioria da capacidade de investimento disponível; Com a agravante de se repetirem novamente em destaque neste documento: ou seja, mais uma vez, são as únicas obras em curso dignas de destaque pelo segundo ano consecutivo, mas que absorvem o grosso do investimento em mais do que um ano civil. É uma questão de prioridades – dirá o Senhor Presidente. É certo. Mas, repare-se: no resto: seis vias beneficiadas ou pavimentadas, seis; Gastamos quase tanto numa pista para bicicletas e na envolvente como em muros e conservação da rede viária de todo o concelho; Gastamos mais em hardware e software que no total das melhorias das nossa escolas. A este ritmo, corremos o risco de eternizar em documentos as necessidades do concelho: Obras que se arrastam, ano após ano, nos vários PPI(s) e nunca saem do papel nem passam de meras intenções. Obras de extrema importância e necessidade, obras estruturantes e que são anunciadas com o foguetório habitual, como sejam, os Paços do Concelho, a Casa da Cultura, a requalificação da Zona Industrial, o Centro Coordenador de Transportes, o PIC, a Casa Sequeira Monterroso, conclusão das Vias Estruturantes, etc..., etc.... Não passam do papel e da intenção e falo destas para não falar do restante das nove páginas e das obras porque anseiam as nossas freguesias, nomeadamente a recuperação do parque escolar e das vias de acesso e, claro, da miragem da cobertura a 100% das redes de água e saneamento. Senhor Presidente, desde que iniciou funções, nos sucessivos Orçamentos e PPI (s), o que verificamos é que as suas previsões têm falhado: As execuções ficam muito aquém do previsto e em vez de investir desinveste; A gestão rigorosa que o senhor vende significou ter previsto no início do mandato um investimento de 16 milhões de euros para 2015 e afinal tem executado metade; Desde que iniciou funções, a capacidade de investimento esgota-se nos fundos comunitários e que são destinados a obras já previstas ou iniciadas a que o senhor apenas teve que seguimento e inaugurar. É certo que a placa tem o seu nome: mas a obra e a ideia foram de quem? Senhor Presidente: Afinal onde estão os novos horizontes? Diga-nos, ao fim destes anos, que obras são o seu legado e quais as suas ideias para o concelho? Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Pinto Moreira, do CDS/PP. ===

===== Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, companheiros na Assembleia, público, comunicação social, funcionários da Autarquia. Na Assembleia de fevereiro passado, veio aqui o relatório do Revisor Oficial de Contas, relativamente ao primeiro semestre de 2015. Portanto, estamos em fevereiro de 2016 a analisar o primeiro semestre de 2015. Agora, hoje, estamos aqui a analisar as contas de 2015 e, acho estranho porque é que estas contas não vêm acompanhadas também do parecer do Revisor

Oficial de Contas relativamente ao segundo semestre de 2016. Já passaram quatro meses e não é suposto o ROC pronunciar-se tecnicamente sobre as contas? Há municípios vizinhos que não têm problemas em enviar o parecer do ROC para os deputados municipais. Pode-se perguntar se a lei do Estado Português não é igual para todos? Mais uma nota a dar razão à intervenção que fiz, anteriormente, nesta Assembleia Municipal, em fevereiro passado, a propósito do muito baixo nível de transparência municipal. Mais um indicador que vale o que vale. As contas de 2015 apresentam um superavit económico de 4.21 milhões de euros, um pouco aquém dos 4,55 milhões orçamentados. Este superavit vai direitinho para pagar e cumprir dívida acumulada. Vai para dar cumprimento aos objetivos fixados no Plano de Saneamento Financeiro e no Plano de Ajuste Financeiro no âmbito do PAEL e pagar juros e outros encargos financeiros de empréstimos bancários. Perdoem-me o que digo, mas, em segundo ponto, o anterior presidente da Câmara do Porto, que eu muito estimo, Dr. Rui Rio, homem de coragem, utiliza as palavras certas no momento certo, veio na semana passada a Oliveira de Azeméis numa palestra, aqui neste espaço, afirmar que nas Câmaras (com ironia) endividadas nem sequer deveria haver eleições: “Pois, se em campanha o partido (a) promete um jardim e na mesma campanha o partido (b) promete uma escola, mas se depois não há dinheiro, nem para o jardim, nem para a escola: porque é que vão a eleições? Seria melhor nomear uma comissão administrativa para a gestão corrente das receitas e das despesas” - Obviamente uma intervenção com ironia. E é isso, vamos à gestão administrativa: Em 28 de novembro de 2014, aquando da discussão e votação do Plano e do Orçamento para 2015, afirmamos que o caminho proposto não era o mais correto e que era necessária e passo a citar: “... a adoção de medidas de políticas económicas e financeiras sustentáveis, rigorosas e exigentes, para não colocar em causa investimento no Município”. Quanto ao Orçamento em que se previa o aumento de despesa corrente de 410.000,00€ e uma diminuição gigante do investimento: Tínhamos as nossas reservas e tivemos a coragem de o denunciar e votamos contra. O Orçamento para 2015 previa um aumento de 756.200,00€ na cobrança de impostos diretos. E o que se verificou: em relação a 2014, o aumento de impostos diretos foi de mais de 1.300.000,00€, passou de 10.953.000,00€ para 12.253.000,00€. Ou seja, um aumento de cobrança de impostos de 11,9%. Este aumento de 1.300.000,00€ foi chapa ganha, chapa batida. E explico: 1.017.000,00€, foram para aumento nas despesas com remunerações com o pessoal; 164.000,00€, foram para aumento de fornecimentos e serviços externos; Se estica de um lado falta no outro; Nas transferências e subsídios foram pagos menos 64.050,00€ que em 2014. Resumo da gestão administrativa: Mais despesas com remunerações, mais despesas com fse (fornecimentos serviços externos), e, menos despesas com subsídios atribuídos: associações culturais, recreativas e desportivas e por aí adiante. O Município demonstra falta de solidariedade com os seus munícipes numa altura de grande dificuldade para todos e tem o privilégio de aumentar os seus impostos e taxas no valor 11,9%. Aumentou em cerca de um milhão de euros os seus resultados positivos, ou seja: lucro. No lado das receitas, a execução orçamental veio validar este comportamento estrutural desfavorável. As receitas de capital, em 2015, tiveram um comportamento fraco, face ao que

estava projetado; Estava projetado 9.629.235,00€ e foram cobrados apenas 5.867.020,00€; As receitas de capital tiveram uma execução orçamental de 60,9%. As receitas correntes, por outro lado, superaram o que estava projetado 30.251.000 versus 30.575.000, isto é, as receitas correntes superaram em 101.1% o que estava projetado. No lado das despesas: O grau de execução das despesas correntes foi 89.5%. Destes 89,5%, o grau de execução com o pessoal foi de quase 100%, foi 95.31%. Restantes rubricas: Tudo abaixo. O que ficou penalizado foram as transferências correntes, mais uma vez, com menos 330 mil euros. O grau de execução das aquisições de capital, rubrica 7, foi de 80.71%, portanto menos 1.887.000,00€. Então, se houve menos aquisições de capital, ou seja, menos investimento capital fixo, onde é que estão então a diferença, onde é que está o grande défice? O grande défice de investimento, portanto o grande défice de desinvestimento de 1.888.000,00€, foi na rubrica: Viadutos, arruamentos e obras complementares; Grau de execução 62%, isto é, dos projetados 3.012.000€ foram gastos apenas em viadutos arruamentos e obras 1.884.000€. Os números não enganam. Não há investimento. Eu se não faço a manutenção do meu carro, claro que o meu carro vai avariar e não vai durar muito tempo. Em conclusão: só o desinvestimento em Viadutos e arruamento por si só é responsável por cerca de 60% do total de redução orçamental. O concelho tem uma extensa rede viária que, em muitos locais, carece de intervenção urgente em virtude da degradação existente. Como em todas as máquinas, se não fazemos a manutenção no tempo certo em vez de máquinas passamos a geringonças e aí é irreversível. Pode querer apresentar as contas sem o relatório do ROC mas os números são números e por isso tive que os explicar, tive que os trabalhar, por isso, perdoem-me se o consideram um tanto fastidiosos, os números não enganam e estão lá para os deputados municipais que se dão à responsabilidade de os analisar. As conclusões atentas aos factos, infelizmente, são as mesmas que vaticinamos em novembro de 2014, mas muito agravadas. Ponto um: Em vez de aliviar a carga fiscal aos oliveirenses aumentamo-la fortemente. Ponto dois: O executivo efetivamente fez aumentar as despesas correntes e apresentou um grau de execução orçamental de investimento muito fraco. Termino exatamente com a mesma frase com que terminei quando fiz aqui a minha apreciação sobre o Plano e o Orçamento para 2015 – Porque gostamos de Oliveira de Azeméis e porque Oliveira de Azeméis merece o melhor de todos nós, em nosso entender, este relatório de Contas não foi nada simpático para a vida e futuro dos oliveirenses. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dizer naturalmente que, nestas Assembleias, está autorizado a chamar-me “Bruno Paixão” porque, de facto, é isto que nos apaixona – Oliveira de Azeméis e, ao contrário da tontice que disse o Senhor Presidente da Câmara, nós queremos é ver as coisas a acontecer, ver a obra a realizar-se, portanto está naturalmente autorizado a tratar-me por “Bruno Paixão”. Pedir, naturalmente, autorização para os serviços

poderem fazer uma projeção. Minhas senhoras e meus senhores, números são números e números são factos, é sempre assim que o Senhor Presidente de Câmara inicia a intervenção sobre estes pontos. O Município de Oliveira de Azeméis reduziu, desde o início da gestão Hermínio Loureiro, quase 26 milhões de euros de dívida. Isto é um facto indesmentível. Pouco importará se para isso, as taxas de juro estão anormalmente baixas e se significam menos 10 milhões de euros, se as receitas de impostos tiveram um aumento colossal e significam mais 7,5 milhões de euros, se houve cortes nos vencimentos dos funcionários com uma poupança de 1,5 milhões de euros, ou a diminuição brutal das transferências para as Juntas de Freguesia, se temos um Plano de Saneamento Financeiro e se o estamos a obrigados a cumprir e se, mesmo assim, ainda precisamos de outro plano para pagar novamente dívidas a fornecedores. Minhas senhoras e meus senhores o facto é que a redução da dívida se aproxima de 26 milhões de euros. Já poucos recordaram quando foi aprovado o Orçamento, cuja as contas agora analisamos. Já poucos recordaram esse Orçamento. Este era o tal Orçamento de sucesso de que falávamos na Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, na Escola Superior Aveiro-Norte. Dizia na altura o Dr. António Rosa, que conhece cada cêntimo desta dívida, que o Partido Socialista deveria fazer um esforço para mudar de discurso. Como disse em tempos, aliás, que era possível resolver a situação financeira do Município sem sacrificar todos aqueles que seriam passíveis destas medidas a que o Município estaria obrigado, leia-se – a capacidade de investimento. Senhor Presidente, um Orçamento de sucesso gerou naturalmente uma execução de sucesso. De 2009 a 2015, reduzimos quase 26 milhões de euros de dívida. Pouco do que possa dizer vos convencerá ou, no mínimo, vos fará refletir. Já apresentamos o valor que, entre 2009 e 2014, coube a cada oliveirense de investimento mas também desta dívida, mostrando o custo de uma gestão irresponsável e quem realmente a está a pagar. Já apresentamos o valor de investimento per capita que o Município tem sido capaz por cada oliveirense, que é reiteradamente dos mais baixos de todo o distrito e que desmonta um discurso fácil e aborrecido de excelência. (demonstração gráfica) Oliveira de Azeméis aqui- como se recordarão deste gráfico – isto está por ordem crescente. Já apresentamos o esforço da redução da dívida Municipal em comparação com outros municípios do distrito e a média nacional. Ficando claro que o esforço está ligeiramente abaixo da média nacional e que por isso nada tem de extraordinário como sempre se vende. Já apresentamos os valores que foram sendo previstos no PPI para o ano de 2016, diminuindo de ano para ano, desde 2012, mostrando a capacidade de estar sempre a prometer e a falhar promessas. Para todos estes números, também factuais, fomos confrontados com o pagamento da dívida e o discurso da gestão rigorosa. Em nenhum momento, o argumento de que o pagamento obrigatório da dívida seria um entrave à capacidade de investimento pareceu merecer sequer atenção ou reflexão. Transformou-se um problema sério numa medida estratégica de gestão autárquica e, talvez caso único e isso não deixa de ser meritório da vossa parte, tivemos foguetes por ter dívida, foguetes por ter um Plano de Saneamento Financeiro, foguetes por pagar esse Plano de Saneamento Financeiro e foguetes por pagarmos penosamente. Pois bem, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, cinjamo-nos então

aos factos para que possamos ter todos o mesmo entendimento: Entre 2009 e 2015 o Município pagou quase 26 milhões de euros de dívida que na comunicação do Município e nos panfletos habituais aparece como um valor isolado. Continua a ser um facto que, nesse mesmo período (2009 a 2015), o investimento foi de aproximadamente 37 milhões de euros o que, mais uma vez, isoladamente, parece difícil de analisar. Sempre com factos. E para o mesmo período, as outras despesas do Município somam um valor de 178 milhões de euros. De facto, neste período em que a dívida foi amortizada em 26 milhões de euros e o investimento foi de 37 milhões, o Orçamento gerido foi de 241 milhões de euros. Esses números isolados podem não significar nada, factualmente este esforço de redução representou 11% de todo o dinheiro disponível. E que o investimento representou um valor pouco superior a 15%, para um total de 74% das outras despesas. Se preferirem, de forma mais gráfica, podem ver aqui (projeção gráfica). Senhor Presidente, genuinamente, num valor tão expressivo como 241 milhões de euros que o Senhor pode gerir, o seu slogan esgota-se em 11%. Valor a que estávamos obrigados pelo Plano de Saneamento Financeiro e, mesmo assim, já no tempo da sua gestão de rigor, nos obrigou a contrair outro empréstimo para pagar aos fornecedores. A capacidade de investimento representou neste período 15%. 15% para 11% de amortização da dívida. Senhor Presidente, olhar portanto para os outros 89% ou, se preferir, para os outros 74%, 178 milhões de euros com estes valores de execução fica mais claro o desinvestimento que sempre referimos, mas também mais difícil de o compreender. Afinal, porque nos fomos atrasando em relação aos Municípios vizinhos? 241 Milhões de euros depois e esclarecida de uma vez por todas a questão da dívida - 11%. Senhor Presidente, algumas questões simples para sua resposta também simples: Neste período, não encontrou espaço para recuperar o Museu Regional, ou a Casa Ferreira de Castro, como foram fazendo outros concelhos vizinhos? Não achou necessário ou não achou pertinente? Não encontrou espaço, neste período, para recuperar o Cineteatro Caracas, há anos à espera, como foram tentando os outros concelhos vizinhos? Não achou necessário ou não achou pertinente? Não encontro espaço também para criar um centro coordenador de transportes, há anos prometido, como foram tentando outros concelhos vizinhos? Não achou necessário ou, também, não achou pertinente? Não encontrou espaço para requalificar o Mercado Municipal, como foram tentando, também, outros concelhos vizinhos? Não achou necessário ou, também, não achou pertinente? Não encontrou espaço para criar um verdadeiro espaço verde ou um Parque da Cidade cada vez mais premente, como foram tentando outros concelhos vizinhos? Não achou necessário ou, também, não achou relevante? Não encontrou espaço para aumentar de forma substancial as transferências as Juntas de Freguesia? Não achou necessário ou, também, não achou relevante? E, por fim, Senhor Presidente, depois da discussão inicial acalorada, não encontrou espaço para aumentar a rede de água e saneamento quando temos das piores taxas de cobertura do país? Também não achou necessário ou não achou pertinente? Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em funções, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, oliveirenses. Ao longo das várias Assembleias Municipais onde discutimos este ponto, confesso que me tem dado um certo prazer defender o modelo de gestão que é praticado por este executivo. Cada vez fico mais é estupefacto com aquilo que vou ouvindo. Com isto, não quero que seja interpretado como mero ato de bajulação para com o Senhor Presidente ou os Senhores Vereadores. Gostaria ainda que também não fosse interpretado como uma provocação ao Partido Socialista por, mais uma vez, erradamente, condenar uma solução apresentada pelo Partido Social Democrata projetando quase o fim do mundo para o concelho de Oliveira de Azeméis. Recordo-me de tudo o que disseram acerca da solução apresentada pelo então vereador e agora colega de bancada dr. António Rosa: que não era possível cumprir; que havia estagnação; - Oliveira de Azeméis ia parar. Enfim, tantas outras coisas que eu hoje, passados oito anos, ainda não ouvi uma única palavra, bem pelo contrário, de reconhecimento daquilo que à data parecia a tal condenação e estagnação do Concelho e que, sinceramente, já se comprovou que não se verifica. Se me permitem, deixo aqui uma pequena passagem do então deputado, hoje vereador, Eng. Joaquim Jorge, na Assembleia Municipal que o senhor deputado Bruno Aragão falou há pouco, e que está disponível no site da Câmara Municipal a ata para consulta, e que dizia o seguinte: “ O Partido Social Democrata transformou Oliveira de Azeméis num espaço de uma geração, num concelho desordenado e descaracterizado, empobrecido, cuja as poucas referências públicas nacionais, como aqui já foi dito, quase sempre traduzem uma humilhação do nome Oliveira de Azeméis. Somos hoje um concelho cinzento” – fim de citação. A pergunta que vos coloco, aqui, hoje, a todos: é se acham que passados oito anos e com todas as condicionantes que já aqui foram referidas somos um concelho cinzento? Estou profundamente convicto, que não. Abro aqui um aqui parêntesis: há uma coisa que eu sinceramente ainda não consegui compreender: de facto nós tínhamos uma dívida; de facto nós estamos a pagar a dívida; na altura o Partido Socialista inclusive disse que o PSD queria empurrar com a barriga e não queria assumir as responsabilidades de pagar isto no que diz respeito o período de carência, quando era apenas uma parte técnica para ter uma margem nesses primeiros três anos para poder efetuar alguns investimentos. E continuo ainda sem perceber como é que seria possível fazer desaparecer a dívida para então ter um tipo de gestão completamente diferente daquilo que hoje é executado no nosso Município. O Plano de Saneamento foi projetado dentro das suas limitações, no entanto, permitiu que existisse uma margem para o concelho se desenvolver e naturalmente, volto a referi – naturalmente, que os fundos comunitários foram, são, e serão uma grande contribuição neste processo. Algo que se tem vindo a constatar ao longo dos anos. O PSD, tal como o engenheiro Joaquim Jorge em 2008 referia, transformou Oliveira de Azeméis naquilo que ele dizia; Eu faço um pequeno aparte: o PSD transformou*

Oliveira de Azeméis naquilo que é Oliveira de Azeméis porque o Partido Social Democrata sempre foi o poder em Oliveira de Azeméis. Mais ainda, toda a gente acusa que a gestão de Oliveira de Azeméis ao longo dos 40 anos de governação tem sido um desastre; o certo é que os oliveirenses têm acreditado e têm confirmado de 4 em 4 anos a credibilidade deste executivo. Acho que esse aspeto não pode ser colocado em causa. Conforme se verifica no gráfico, a dívida total do Município no final de 2015 fixou-se nos 26,2 milhões de euros. Só no ano de 2015 essa redução foi superior a 4,5 milhões. Este executivo lidera a Câmara Municipal desde 2009 o que é uma coisa que eu destaco porque nós não renegamos o passado mas temos que definir e perceber bem que as pessoas mudaram, os líderes mudaram, a gestão mudou, e a estratégia é feita por quem está no poder e no executivo. Eu recorro que o nosso Presidente de Câmara foi eleito em 2009. Não é por acaso que nós podemos olhar para um gráfico e verificamos: Sim, nós estamos obrigados a um Plano de Saneamento Financeiro. Mas às vezes parece tão fácil o cumprimento destas coisas e fazer-se mais e dar-se mais dinheiro às Juntas de Freguesias, que até fico com alguma dificuldade em perceber aquilo que o Partido Socialista um dia poderia fazer se fosse poder em Oliveira de Azeméis. Mas, como disse, verifica-se, efetivamente, a redução da dívida e o cumprimento daquilo que na altura parecia para o Partido Socialista uma coisa que seria impossível de cumprir. Recordo ainda que os recursos humanos que em tempos serviram de argumentação, hoje já não se fala nisso e vai-se percebendo porquê. Porque verificou-se um decréscimo no número de funcionários da Câmara Municipal, com a exceção do ano de 2015 em que se verifica um exponencial aumento resultante do “Programa Aproximar a Educação” e dos respetivos funcionários que transitaram para a Câmara Municipal, mas que estão contemplados com dotação financeira assegurada por verbas transferidas do Estado. Pagamento a fornecedores: Neste caso, recordo umas declarações, também, do atual senhor vereador Hélder Simões, na altura deputado, e passo a citar: “... mas sim, somos dos primeiros no ranking dos piores pagadores e dos mais endividados. Aliás, pagamos a 641 dias, algo que nos devia envergonhar a todos” – fim de citação. Primeiro, não percebo onde é que foi buscar os 641 dias; mas, pronto, isso é um aparte. Eu espero, (não está aqui hoje) mas espero que o senhor vereador Hélder Simões se sinta orgulhoso pelo executivo, liderado por Hermínio Loureiro, pagar a 32 dias. Pelo menos, isso devia deixar-nos orgulhosos a todos. A argumentação do Partido Socialista no ano passado acerca deste ponto que estamos a discutir hoje passou muito pelo investimento: Que o investimento era reduzido. Nós sabemos que temos as nossas limitações. Aliás, tínhamos uma dívida superior a 50 milhões de euros em 2008 e ninguém sabe para onde é que foi o dinheiro. Eu só achei curioso foi que ainda não ouvi esta noite, bem pelo contrário porque toda a gente diz que o investimento é sempre pouco, que de um ano para o outro o aumento da rubrica – investimento foi de cerca de 30%. É pouco? São 7 milhões de euros. É pouco? É. Mas, infelizmente, dentro das nossas limitações, é aquilo que conseguimos. Eu tentei fazer um levantamento dos diversos Planos Plurianuais de Investimento compreendidos entre 1994 e 2015, para poder, no fundo, justificar aquilo que vocês não vão aceitar. Porque certamente que não irão aceitar. Mas isso, será mais do mesmo. Mas eu farei

questão, até para deixar o esclarecimento aqueles que queiram ser esclarecidos para onde foi parte desse investimento: Área de Acolhimento Empresarial Ul/ Loureiro; Transferências participações e investimentos nas Freguesias; Arranjo Urbanístico do Largo do Gemini; Parque do Cercal – Campus Inovação Competitividade e Empreendedorismo; Biblioteca BM3; construções das Piscinas Municipais; Via do Nordeste III-Fase; Abastecimento de Água e Rede de Esgotos S. Roque/ Nogueira do Cravo I-Fase; Abastecimento de Água e rede de Esgotos Fajões/ Cesar/ Macieira de Sarnes - conclusão; Requalificação parque de La-Salette; Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente da Escola Bento Carqueja; Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis; Centro Escolar de S. Roque; Pedonização das Ruas Bento Carqueja e António Alegria; Parque Temático Molinológico; Via do Nordeste II - Fase; Abastecimento de Água do Pinheiro da Bemposta com reservatório; Centro Escolar de Azagães; Biblioteca/ Ludoteca Gulbenkian; Rede de Esgotos Residuais e Pluviais – Cucujães; Cartografia Digital; Centro Escolar de Ul; Construção do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal; Auditório de Cucujães; Via de ligação S. Roque/ Oliveira de Azeméis; Centro de Recursos e Auditório da Escola Secundária Soares de Basto; Centro Cultural Social de S. Roque; Remodelação do Mercado Municipal; Recuperação das Margens do Rio Caima. Poderia facilmente continuar aqui e dar-vos vários exemplos, desde, habitação social, ligações estruturantes, beneficiação e conservação da rede viária, restauro da Escola da Areosa, construção da Ponte Valmadeiros, centro Cívico Justino Portal, entre muitos outros, e facilmente conseguia demonstrar investimentos superiores a 170 milhões de euros, compreendidos no espaço de 1994 a 2015. Caros amigos, números são números. As coisas são como são. Estamos a cumprir um Plano de Saneamento Financeiro ao mesmo tempo que estamos a ter um desenvolvimento económico e social, um desenvolvimento industrial, um maior ordenamento do território e criação de espaços verdes e de lazer, um desenvolvimento turístico que dia para dia torna Oliveira de Azeméis num concelho mais atrativo. Pese embora a legitimidade da crítica, por vezes fico estupefacto com aquilo que vou ouvindo por parte do Partido Socialista que vai andando ao sabor do vento, - Hoje é isto, - Amanhã é aquilo, - Este executivo faz tudo mal, - Nós faríamos tudo melhor, mas sem nunca concretizar efetivamente as suas propostas alternativas, nem diz como faria diferente e supostamente melhor. Oliveira de Azeméis é hoje um concelho de referência, a marca “Azeméis” hoje reconhecida nacional e internacionalmente. Os tais rankings e as tais notícias que se falou e que foram citados em 2008, hoje são diferentes. Mas a coerência, que, por exemplo, o deputado Jose Lourenço aqui falou permite-nos dizer, por exemplo, que seria de todo agradável que alguém dissesse que a rubrica de investimento não era aquilo que desejávamos mas que de facto aumento cerca de 30%; Seria, por exemplo, também interessante perceber o que o senhor deputado Nuno de Jesus aqui também falou na questão do saneamento que a cobertura devia ser 100%; Ainda hoje o Partido Socialista não consegue dizer como é que fazia o saneamento; Ou, então, que diga que não o fazia. Porque não basta vir aqui dizer - aí é importante ter uma cobertura 100%. E depois não diz como é que fazia. Da mesma forma que, ainda relativamente ao ranking, eu tenho que dizer isto: o senhor deputado disse que nós perdemos muito..., até parecia mais uma vez o fim do

mundo. Nós descemos, do lugar 70 para o lugar 81, 11 lugares. Só tenho pena que se tenha esquecido que ficaram 227 atrás. Da mesma forma também tenho que o dizer, já o senhor presidente da câmara aqui o disse hoje, que as Freguesias no concelho de Oliveira de Azeméis, sendo o poder de proximidade e nunca terão as capacidades necessárias para aquilo que realmente conseguem implementar, muitas delas estão financeiramente bem. E também é curioso achar-se e criticar-se que em Oliveira de Azeméis não há investimento e vamos analisar em algumas freguesias e durante três anos não há investimento por parte de freguesias que têm meios para o fazer. Eu não estou a condenar. Só estou a perguntar se a estratégia é aquela que nos acusam a nós. Da mesma forma que, o doutor Carlos Afonso também falou aqui, relativamente à correspondência da Assembleia Municipal, - que eu concordo plenamente: Se há correspondência que é dirigida à Assembleia deve ser apresentada aqui e acho que essa preocupação deve ser estendida também aos Presidentes de Junta. Termino apenas para vos dizer que, por vezes penso que vivo num concelho diferente. Eu não tenho problemas de assumir isso, é a minha visão das coisas e, eu sou uma pessoa de proximidade das pessoas, eu ando na rua e falo com muitas pessoas, é óbvio que nunca será como todos desejamos. Sinceramente, acredito que temos de trabalhar todos dia a dia para que o concelho de Oliveira de Azeméis seja melhor. Tenho que vos falara acerca de muitas outras coisas que não tem a ver com os números, apesar de estar implícito também nos números, e tem a ver com política. Oliveira de Azeméis, - provavelmente não se recordam - enfim - às vezes não interessa recordar, mas Oliveira de Azeméis em termos de imagem, em termos de posição e em termos de dinamização de facto está reconhecida, é de facto importante para os nossos empresários. Mas eu tenho que vos recordar ainda que, por exemplo, o posto da GNR de Cucujães e de Cesar -, sim, e nós sabemos em que condições é que estão os postos em Cesar, - estiveram para encerrar. Acho curioso que após o trabalho desenvolvido pelo executivo, fosse ele qual fosse, nós não renegamos o passado, por isso não temos problemas em dizer, na altura o presidente de câmara nem sequer era o atual, o certo é que os postos da GNR não encerraram: Precisam de obras, precisam de mais efetivos, é verdade. Vou recordar ainda a ameaça do encerramento do Hospital S. Miguel: Sim, também sabemos que não tem as condições desejadas. Também sabemos que recente foi alvo de intervenção. Mas, mais importante que isso, o Hospital está aberto e está ao serviço dos oliveirenses. Provavelmente não se recordarão, mas, com as limitações orçamentais do Estado, todas as obras que estavam a decorrer no Parque Escolar foram suspensas. O certo é que no primeiro conjunto de 13 obras a arrancar incluía duas do concelho de Oliveira de Azeméis, Escola Secundária Soares de Basto e o Centro Escolar de Ul. A mais recente dificuldade prendeu-se com a reforma da Justiça e as ameaças ao nosso Tribunal. Mais uma vez o Partido Socialista mostrou-se mais preocupado com a falta de condições do que assegurar a manutenção do mesmo. Hoje, o nosso Tribunal mantém-se aberto e com mais-valias do que aquelas que tinha. Esperamos para ver o que o Partido Socialista, neste caso no Governo, diz que vai fazer ou poderá fazer. Não posso deixar de dizer aqui mais um aspeto: o Programa Aproximar a Educação foi tão contestado pelo Partido Socialista de Oliveira de Azeméis e ainda

hoje ninguém percebe porquê? A não ser por ser do contra. A comunidade escolar é que ainda me deixa mais surpreendido: É que a comunidade escolar foi informada, no fundo, recolheram a opinião a cerca daquilo que era o Programa Aproximar a Educação. E todos os agrupamentos de escolas, não estamos a falar de políticos nem de políticos nem de nada, estamos a falar de todos os agrupamentos de escolas votaram favoravelmente a entrada de Oliveira de Azeméis no Programa Aproximar a Educação. Isto para dizer que, por exemplo, o Partido Socialista do largo do Rato tem uma visão diferente coisas e até chega a elogiar o modelo e está a pensar alargar projetos-piloto a mais sítios. Verifica-se que tudo corre naturalmente e Oliveira de Azeméis está conotado como um grande exemplo na área da educação – como já aqui hoje foi referido. Curiosamente, o Partido Socialista volta a estar outra vez, erradamente, contra um projeto defendido pelo executivo do PSD que neste momento já se verifica que é um sucesso. O Partido Socialista tenta passar a imagem de que tudo está mal e tudo vai mal. Eu penso diferente: - Não está tudo bem; - Todos os dias temos de lutar por um concelho melhor. Em tempos, os concelhos vizinhos eram dados como exemplos, hoje, Oliveira de Azeméis é exemplo. E vou terminar por onde comecei, dá-me um certo prazer defender este modelo de gestão, porque estou convicto, profundamente convicto, que Oliveira de Azeméis é hoje um concelho melhor, um concelho moderno, e um concelho dinâmico. Não há maior cego do que aquele que não quer ver. Tenho dito. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu não vou entrar aqui na discussão política, até porque: subscrevo completamente aquilo que foi dito pelo engenheiro Pinto Moreira quando diz, que os números não enganam; e subscrevo também o início da intervenção do senhor deputado Bruno Aragão quando diz, que reduzimos a dívida e que temos a nossa dívida em 26 milhões de euros. Gostava no entanto, até porque estamos a falar da prestação de contas e é isso que nos trás aqui no ponto três, quatro, cinco, seis, sete e oito, centrar-me no cumprimento do Regimento e falar naquilo que é a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, as alterações. E dizer que, as contas de 2015, nós atingimos no Município um resultado líquido de 4.210.078,22€. E a redução da dívida, no último ano, ou seja, para que as pessoas em casa possam perceber, – a redução da dívida foi de 14.8%. Significa que baixamos a dívida em 4.547.210€ - quando eu digo baixamos – baixamos “Município”. E repito, citando deputados municipais: “ Contas são contas e os números não enganam”. Reduzimos também o endividamento líquido municipal em 6.453.511€. E reduzimos também o endividamento com empréstimos de bancários de médio e longo prazo em mais de 4 milhões de euros. Já aqui hoje se falou muito de investimento: Referindo-me à ordem de trabalhos, e a nada mais, comparando com 2014 o investimento aumentou 30%. O prazo médio de pagamento a fornecedores reduziu-

se, drasticamente, relativamente ao último exercício - comparando com o de 2014, e cingindo-me a comparar apenas com 2014, - estamos a pagar em média aos fornecedores a pouco mais de 30 dias. Nós somos um Concelho pujante, industrialmente forte, fantástico; É verdade. Mas ainda me lembro nesta sala, nesta sala e não noutros sítios, porque as Assembleias Municipais já se realizaram noutros sítios, em que o problema era: nós estávamos a dar cabo da economia local; a Câmara Municipal não paga aos fornecedores; os nossos pequenos comerciantes demoram meses a receber da Câmara Municipal: Isto não pode ser; Isto é um escândalo. Hoje, repito, nós pagamos a pouco mais de 30 dias, prazo médio de pagamento a fornecedores grandes e pequenos de Oliveira de Azeméis ou de outro ponto do País. Dirão os senhores deputados do partido Socialista, debaixo eloquentes princípios de gestão: que não fazemos mais do que a nossa obrigação; é para isso que cá estão, é para pagar aos fornecedores a tempo e horas. É verdade, estamos a pagar, temos de reconhecer que estamos a pagar. Permitam-me só fazer dois ou três comentários de coisas que eu fui ouvindo: O senhor deputado José Ribeiro disse várias vezes que o Presidente vende isto ou o Presidente vende aquilo. O Presidente não vende nada. O Presidente da Câmara não vende nada. As contas que estamos aqui a apresentar são as contas do Executivo. E já agora também, só por esquecimento, mas eu gostava de o fazer por acho que é de elementar justiça porque, para estarmos aqui hoje a aprovar estas contas, a discutir estas contas, acho que é merecida uma referência aos funcionários da Câmara Municipal que trabalharam para que estes documentos possam ser lidos atentamente por todos. Eles estão aqui e, portanto, sem estarem a receber horas extraordinárias, estão aqui por brio profissional, eu queria fazer essa referência ao Dr. Carlos Maia, ao Dr. Nuno Gomes e ao Dr. José Figueiredo Faria que estão aqui e que são os principais responsáveis pela elaboração destes documentos de prestação de contas que estamos hoje aqui a discutir. Nós estamos a afazer um grande investimento, já repararam, no município de Oliveira de Azeméis, estamos a terminar/concluir a primeira ciclovía, que vai fazer a ligação da Zona Escolar à Zona Desportiva. O senhor deputado José Ribeiro referiu-se: "... estão aí a fazer uma pista de bicicletas; ... estão aí a fazer uma pista de bicicletas". Nós vamos investir nas ciclovias e na mobilidade, mas não somos nós: - É o País, senhor deputado. O País através dos fundos comunitários tem, naqueles que são os planos estratégicos, também indicação comunitária comparativamente com aquilo que foi feito noutros Países, tem que investir na mobilidade suave. E isso passa pela construção e implementação de ciclovias. Mas para isso temos que criar também hábitos de prática desportiva, de participação desportiva. E é isso que nós estamos a fazer. Portanto, o que estamos a ali a fazer, goste-se ou não se goste, não é uma pista de bicicletas. Não é. Não é uma pista de bicicletas é uma ciclovía e vamos fazer mais. Vamos fazer quilómetros de ciclovias no município de Oliveira de Azeméis. Goste-se ou não se goste, é uma opção estratégica do Município e ainda bem que é da região também. Senhor deputado Pinto Moreira, eu vou perguntar – vou pedir ao Dr. Carlos Maia porque ele é que se relaciona: - Não conheço, nunca falei com o Revisor Oficial de Contas, nem com o Auditor Externo da Câmara, mas vou pedir ao Dr. Carlos Maia que lhe pergunte: porque é que ele não apresenta as

coisas que tem que apresentar; se ele tem que apresentar porque é que não apresenta? Parece que alguém lhe pediu para ele não apresentar. Para ele apresentar os relatórios mensais, trimestrais, semestrais, todos os que ele tiver de apresentar que é para eu dar aos elementos da Assembleia Municipal. Não há nenhum problema relativamente a essa matéria. Tudo o que a que tivermos direito; Tudo aquilo que foi contratado; Tudo aquilo que lhe pagamos: Ele que apresente. Se ele está em falta? Temos que apertar com ele. Ele tem que nos dar esses elementos, porque eu não quero que haja aqui nenhuma dúvida, relativamente a essa matéria da Sociedade Revisores Oficiais de Contas, eles estão devidamente acreditados, e é preciso perguntar-lhes se falta alguma coisa. Depois, deixem-me dizer-vos também outra coisa, senhores deputados nós podemos dizer o que quisermos. É verdade, estamos a analisar as contas e a Câmara Municipal está aqui para responder – como diz o senhor deputado Bruno Aragão: está aqui é para responder (ponto final, parágrafo). Mas, - meus caros, estamos a falar de despesas com pessoal, - ouçam, está escrito, em mais do que não sei quantos sítios, nos documentos que foram distribuídos aos senhores membros da assembleia municipal, que as despesas de pessoal aumentaram por causa do “Programa Aproximar a Educação”, porque os funcionários do Ministério da Educação passaram para a Câmara Municipal durante 4 anos. Estamos a falar de mais de 200. São 262 se a memória não me atraiçoa. E isso também tem a contrapartida financeira da Educação para lhes pagarmos os salários. Portanto, há aumento das despesas com pessoal, é verdade. Está dito, está escrito, é por via do “Programa Aproximar a Educação”. Depois deixem-me fazer uma reflexão conjunta, porque às vezes, sinceramente, parece que há aqui qualquer coisa que está a falhar. Eu penitencio-me, se a falha for minha ou for do executivo. Nós aprovamos aqui na Assembleia Municipal – ajudem-me ou digam se eu estou errado: Aprovamos aqui na Assembleia Municipal um IMI amigo das famílias, baixamos um escalão entre x e y. Portanto, nós baixamos a carga fiscal. Foi isso que fizemos aqui na assembleia Municipal. Nós não elevamos o IMI na taxa máxima. Nem elevamos a Derrama na taxa máxima. Eu acho ate que foi aprovado por unanimidade, salvo se a memória não me atraiçoa. Ora bem, se nós reduzimos a taxa: E agora somos acusados de aumentar a receita dos impostos? Ora bem, se a receita dos impostos aumenta, é evidente que nós estamos num concelho pujante. Ora bem, se a avaliação que é feita ao IMI, que não é feita por nós é feita pelo Ministério das Finanças, faz com que as pessoas paguem mais impostos, mas nós reduzimos as taxas, significa que nós estamos a viver num bom Concelho. É ou não é? Portanto, não fomos nós, nós não aumentamos os impostos. É verdade que aumentou a receita dos impostos. É verdade. Mas é diferente de aumentarmos os impostos. Nós reduzimos as taxas, aqui na Assembleia Municipal. É verdade, os números dizem: a receita fiscal aumentou. É verdade. Estamos de acordo. Está aqui, indesmentível, números são números, números não enganam. Mas, nós, fomos amigos das famílias no IMI, fomos amigos das empresas e dos empresários porque não aplicamos a taxa máxima da derrama. Portanto, as receitas dos impostos vêm do dinamismo empresarial e da pujança do nosso Concelho. Portanto, senhor engenheiro Pinto Moreira, não há aqui nenhuma falta de solidariedade, peço-lhe desculpa. Depois, eu ainda me

recordo, e referindo-me só aos pontos da ordem de trabalhos – repito, que um exercício de outros tempos, nesta Assembleia Municipal, discussões acaloradas com o deputado Francisco Valente, com o deputado Fernando Pais Ferreira, onde a discussão era bem diferente da que estamos a ter hoje aqui, porque diziam então os senhores deputados: “É verdade, os senhores reduzem a dívida, a Câmara Municipal reduz a dívida total. A Câmara Municipal faz um esforço para reduzir. Mas, – diziam então o deputado Francisco Valente e o deputado Fernando pais Ferreira -, mas os senhores não cumprem o Plano de saneamento Financeiro. Estão muito longe do Plano de saneamento Financeiro. E, portanto, nós não estamos de acordo com isso porque falta cumprir com o Plano de saneamento Financeiro.” Meus caros, se estivessem aqui o doutor Fernando Pais Ferreira e Manuel Francisco Valente eu tenho a certeza absoluta que eles diriam: - Ora bem, os senhores estão reduzir a dívida e finalmente estão a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro. Portanto, deixava de haver o – mas -. Mas eles não estão cá e isso são discussões que se faziam noutros tempos. Agora, não há duvidas nenhuma que nós- executivo estamos a reduzir a dívida. E também não duvidas nenhuma que estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro. Meus caros, o caminho faz-se caminhando e nós estamos a fazer o nosso caminho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== No mesmo espirito que há pouco gerou uma discussão mais acalorada, há coisas que não devemos permitir nem tolerar, porque de político não tem nada. Senhor Presidente de Câmara, se bem se recorda, em 2008 a Câmara Municipal estava efetivamente com um prazo médio de pagamentos de 671 dias. Se consultarem por exemplo, entre outros, o “Diário de Notícias” de 2 de maio de 2008: está lá esse valor 671 dias. Uma situação que se arrastava há anos. Senhor Presidente, o senhor tem noção do que isto significou durante anos para pequenos comerciantes que forneciam à Câmara Municipal? Senhor Presidente, o senhor sabe o que isso significou para empresas que realmente fecharam por causa desta situação? Senhor Presidente, nós temos 30 dias de pagamento e sobre isso de facto não temos nada a dizer, porque temos um Plano de Saneamento Financeiro, pagamos as dívidas, e porque neste momento não investimos. Senhor Presidente: se não investimos, não há dívida; se não há dívida, não se paga; se não se paga, não há prazo médio de pagamento. Isto é um raciocínio simples. Mas, sobre a forma leviana como falou desse tempo difícil para muitos comerciantes, senhor Presidente, tenho a certeza que encontrará alguns, ainda, cujo a experiencia foi de tal forma difícil que ainda hoje têm consequências disso. Senhor deputado Nuno Pires: O senhor disse várias vezes, que não percebia, que não percebia. Estamos de acordo - o senhor não percebeu; - Não percebeu a questão das contas; Não percebeu a questão da execução financeira da Câmara nos últimos anos. Mas digo-lhe: Bem-vindo às novas tecnologias, tantas vezes gozadas nesta Assembleia Municipal; E dizer-lhe, naturalmente, enfim, como ainda se está a iniciar nisso, damos-lhe de

barato alguns erros que cometeu. O senhor não deve dizer que investimentos feitos diretamente pelo Estado foram investimentos da Câmara, como ali colocou. O senhor deve dizer também que, esses 170 milhões de euros que referiu representam 25% da capacidade de investimento da Câmara Municipal na altura, para um valor global de 630 milhões de euros. E, repare, 630 milhões de euros para um investimento de 170 milhões, 25%; Os valores que eu apresentei davam 15% de investimento mais 11% de dívida, o que dá um valor próximo destes 25%. Percebe agora onde é que está a consequência da dívida e a dificuldade em fazer investimento? Esses 170 milhões de euros dão, no prazo em que referiu, um investimento de 8 milhões de euros. E portanto vê em orçamentos de 30 milhões na altura, ou ligeiramente abaixo, porque o orçamento foi crescendo, aquilo que estamos naturalmente a referir. Mas há uma coisa que é muito importante e não devemos deixar que passe porque aparece sempre esta ideia que o Partido Socialista só diz mal, só diz mal. Fomos sempre coerentes nesta matéria: Um Concelho que tem 40 anos, acima de tudo - Senhor Presidente - é feito por oliveirenses. Os oliveirenses fizeram o Concelho de Oliveira de Azeméis. Nestes últimos 40 anos, naturalmente de poder autárquico, Oliveira de Azeméis foi feito pelos oliveirenses. Sempre dissemos e continuamos coerentemente a dizer: o Poder Autárquico não esteve á altura de potenciar, de catapultar esse esforço imenso que os oliveirenses foram fazendo. Em 2007 uma dívida de 16 milhões passou, de facto, para 55 milhões. O grosso das obras que apresentou tiveram uma participação comunitária de 85%. Parece fácil, não é? Sabe o que é que isso significa? Significa que, se os 55 milhões, como muitas vezes dizem, fosse obra, fossem a parte camarária dessa obra, tinha que ter investido 245 milhões. Ok? O senhor falou em 170 milhões. Estamos longe desses valores. É isto que significa. E, mais, significa uma coisa muito simples e é aí que se percebe porque é que nós nos vamos atrasando aos concelhos vizinhos; É porque estes fundos comunitários todos os concelhos tiveram. Há uma coisa que é diferente: É a capacidade interna que cada município tem de promover receita própria. E portanto, o senhor disse várias vezes que não percebeu e nós vamos tentar elucidar: O Município de Oliveira de Azeméis endividou-se fortemente. A consequência dessa dívida que nós pagamos e, portanto, não tem nada de meritório, temos que dizer: estamos obrigados e ainda bem senão entraríamos em incumprimento e isso poderia ser muito pior. Portanto, temos que o fazer. Sempre dissemos isso: Vamos mesmo ter que pagar isso. E isso vai significar estagnação, diminuição, dificuldade. Hoje já falaram em dificuldade, em assuntos que já não deviam estar aqui. Estão aos poucos e poucos a aproximar-se. Fomos diminuindo cada vez mais a nossa capacidade de investimento. Ao mesmo tempo alienamos fontes de receita própria. O Município hoje consegue gerar receita própria muito menos do que o que gerava há uns anos atrás. Isto significa uma coisa, pegando nos impostos, é que o concelho de Oliveira de Azeméis e a sua estrutura orçamentária depende cada vez mais de transferências do Orçamento do Estado e de cobrança de impostos e do que vai havendo dos Fundos Comunitários que estão e são para toas as câmaras municipais. Ou seja, aquilo que depende de nós, da gestão autárquica, daquilo que nós poderíamos fazer para gerar receita e a partir daí investir; Nós fomos ao longo dos anos delapidando. E isto é que nos permite chegar a

um momento destes. Naturalmente que, os recursos humanos são sempre uma questão referida, não há muito a dizer dos recursos humanos. Dizemos em relação aos recursos humanos o que dizemos em relação à dívida e o que dizemos em relação aos impostos. E agora - Senhor Presidente - permita-me só esclarecer que esse IMI familiar, ou IMI amigo das famílias, que o senhor referiu, ainda não tem repercussão neste Orçamento ou nestas contas porque será só em 2016. O que dizemos em relação aos fornecedores, ao prazo médio de pagamento, ao pagamento das dívidas, aos recursos humanos e à cobrança de impostos é aquilo que dizemos há muito tempo: Não tem nada de rigor de gestão, nem tem nada de gestão camarária, por uma coisa muito simples, a dívida nós estamos obrigados a pagar - e pagamos. A dívida estamos obrigados a pagar; portanto não tem nada de rigor na gestão. O prazo médio de pagamento resulta da consequência do pagamento da dívida e da falta de investimento e não tem nada de rigor na gestão. Os recursos humanos resultam na impossibilidade de contratar e, portanto, não tem nada de rigor na gestão. A cobrança de impostos, enfim, é a aplicação das leis e não tem nada de rigor de gestão. Aliás, sempre que o Partido Socialista procurou mostrar que era possível haver, da nossa parte, na parte dos impostos que nós dispomos, algum alívio da situação dos oliveirenses; durante anos os senhores votaram contra essas determinadas propostas. Foi sempre isso que dissemos: Um concelho pujante, com empresários altamente dedicados, com um tecido industrial e empresarial altamente empreendedor, riquíssimo em associações; Sempre nos faltou uma coisa e isso é evidente: Foi um Poder Autárquico que fosse capaz efetivamente de apoiar e de incentivar isso. Mas há uma coisa que é verdade: é que, muitas vezes se confunde o concelho de Oliveira de Azeméis, que todos pertencemos com orgulho, com os executivos que ocuparam a Câmara Municipal. São coisa diferentes meus senhores. Portanto, é errado, como se faz muitas vezes, apresentar o dinamismo que depende dos empresários do seu esforço, das coletividades, das famílias, como se fosse esforço camarário ou se fosse diretamente promovido pela Câmara Municipal. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Eu começo por fazer aqui um estado de espírito, estava a ouvir as intervenções e a pensar para comigo: esta assembleia Municipal sem o deputado Bruno Aragão funcionaria, seguramente, de igual modo mas não era a mesma coisa. Eu digo isto porque, sinceramente e, genuinamente, sem qualquer tipo de ponta de ironia, eu partilho inteiramente da ideia que aqui acabou de defender: de facto Oliveira de Azeméis é um concelho de que me orgulho profundamente ser seu filho e reconheço que os oliveirenses são pessoas excecionais e que são eles próprios que constroem este concelho que é um concelho de referência a nível nacional e a nível mundial. Agora, fazer o raciocínio de que somos governados por extraterrestres? Porque esse creio que será o raciocínio que estará subjacente a esta dissertação. É que são oliveirenses que gerem a Câmara Municipal. E há uma coisa fantástica que foi celebrada e que os senhores

são, obviamente somos todos – creio eu, defensores e acérrimos defensores até, é que há poucos dias celebramos a liberdade em Portugal e a democracia. E estes oliveirenses que têm gerido a Câmara Municipal, são oliveirenses escolhidos por oliveirenses. E isso é curioso. E isso, não é pormenor, é um facto, é uma verdade. E tem sido oliveirenses sucessivos, não somos sequer habitantes de um concelho de uma espécie de monarquia ou de uma sucessão de gestores públicos. São pessoas que se candidatam e que, curiosamente, tem ganho de quatro em quatro anos a vontade dos oliveirenses de que os representem. E isto não é de menor importância. E aproveito - não vinha cá fazê-lo; mas já que aqui estou, para ocupar um pouco mais do vosso tempo, aproveito também para vos dizer, e também aqui, de forma genuína, e sem qualquer ponta de ironia, que hoje senti que, pela intervenção também do Bruno Aragão - é aqui o protagonista e tem mérito por isso de facto – pela intervenção do Bruno Aragão eu estou convencido, e não sei se os restantes deputados me acompanham, que o tema da dívida em Oliveira de Azeméis é a partir de hoje também um não assunto. E digo isto porquê? Porque o Bruno fez-nos aqui a demonstração de que o peso da nossa dívida no nosso Orçamento e do nosso investimento é de, no caso da dívida, 10%. E dizia ele: “é muito pouco em relação a um Orçamento de 241 milhões”. E eu fico profundamente satisfeito, por um lado, pelo dever cumprido e por outro lado, por um olhar de esperança, de facto, para o futuro próximo para Oliveira de Azeméis. De facto de 241 milhões, apenas 10% ocupam o espaço da nossa dívida. De facto a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pode fazer serviço social, pode apoiar as freguesias, pode apoiar as instituições, pode tomar a decisão dura, responsabilizadora, mas firme, não contra tudo mas eventualmente não contra todos, que é de assumir um grande desafio que é gerir a educação nosso concelho e fazê-lo de forma exemplar, de forma reconhecida e obviamente eu creio que hoje já não estaremos com uma perspectiva em que nem toda a gente nos acompanha porque seguramente que hoje, ainda que em surdina, creio que ninguém se oporá a este processo. E isto não acontece por acaso. Houve condicionantes, de facto. Há um histórico de que o enorme investimento feito em Oliveira de Azeméis e, poderão não reconhecer, verbal e de forma audível, mas reconhecem-no seguramente que em Oliveira de Azeméis houve um enorme investimento ao longo dos últimos anos e que, obviamente, tem que ser pago. E ocupa nos seus 25% uma parte em investimento atual e uma parte é o pagamento do compromisso do investimento feito no passado. Felizmente estamos numa sala excepcional que faz parte da responsabilidade dessa mesma dívida que está obviamente a ser paga. E portanto, a dívida de Oliveira de Azeméis é um não assunto. Senhores jornalistas, por favor transmitam-no, porque estamos em sintonia todos, é um não assunto. Temos muitos outros assuntos agora a tratar para Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== *Eu vou ler o artigo 26º do Regimento. Estamos no terceiro ponto e, temos trinta e quatro pontos, faltam discutir trinta e um pontos. Eu peço, sem querer cortar a palavra a ninguém: - julgo que isto está a ser redundante, é chover no molhado, vamos voltar sempre ao mesmo caminho, é andar aqui em círculos, há réplica, há trepica, e estamos aqui e vamos todos com o mesmo resultado lá para fora. E portanto eu peço, apelando para o que está consignado no artigo 25º, para que sejam breves senão a partir de agora começa-se a praticar o que está no Regimento.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS.* =

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradeço a forma condescendente como, naturalmente, vai gerindo esta Assembleia. O senhor deputado António Rosa gosta sempre de terminar, foi uma coisa que também nos habituou a falar por último, porque normalmente isso tem outro significado. Eu já sabia que vinha falar isso das eleições. Felizmente, estamos todos de acordo nisso. Há eleições no País, os eleitores escolheram; está escolhido. Quanto a isso estamos todos de consciência perfeitamente tranquila e é isso que nos torna verdadeiramente democratas. A liberdade e os 40 anos trouxeram foi uma coisa também ainda mais interessante que foi a possibilidade e a liberdade de mostramos, de falarmos, de discutirmos, e tentarmos mostrar pontos de vista, sobretudo, quando nos tentam, como acontecia noutros tempos, vender determinadas realidades que depois não têm correspondência real. E sobre isso das eleições, senhor deputado, não tenho mais nada a dizer a não ser: não há bem que sempre dure - como diria o povo. Agora, há uma coisa que não posso permitir, ou não posso deixar de dizer, porque sempre o fizemos aqui: Continuam a dizer que a dívida e os 55 milhões são a obra que foi ali referida. Várias vezes pedimos, por favor, digam, então, destes 55 milhões onde é que está a obra? Continuo a dizer: o grosso daquelas obras foi esforço comunitário - 85% - o grosso. Se 55 milhões fosse a nossa parte, significava 245 milhões de euros de investimento. Eu sei que são números pesados. Mas é isso. Agora há uma coisa que o senhor não percebeu: 10% - senhor deputado, 10% é o que tem custado a dívida naquele bolo total. Mesmo assim, nós, andamos muito tempo andamos sem cumprir o Plano de Saneamento Financeiro – como sempre dissemos ao contrário do que vocês diziam. Estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro e só representa 10%; Ainda assim, só conseguimos investir 15%; E continuamos a dizer, como hoje já dissemos, que estamos a aproximar-nos, que de facto temos muitas limitações. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD.* ==

=====
 ===== *Eu vou ser muito breve, porque concordo que não interessa estar aqui a chover no molhado. Só acho que - andamos de assembleia em assembleia a dizer que nunca se investiu nada - apareceram 55 milhões de dívida. O Partido Socialista diz que podíamos ter feito muitas coisas; só não diz que pagava a dívida. Porque não dá para fazer desaparecer a dívida. Continuo a dizer se o Partido Socialista fosse poder como é que conseguia aumentar investimento, seja em transferências para as juntas; como é que conseguia baixar impostos, aumentar receitas próprias e, acima de tudo, cumprir o Plano de Saneamento? E as vezes, sinceramente, deputado Bruno Aragão, - eu tenho dúvidas que respeitem que há eleições em Oliveira de Azeméis. Porque o PSD foi sempre tão incompetente ao longo de 40 anos e os oliveirenses continuam a dar as vitórias ao PSD. E não estou com isto a dizer que daqui por dois anos, ou um ano, ou cinco anos, as coisas não possam mudar. Podem mudar, a democracia é assim. Também percebo a ideia de que pode ser difícil nunca ter ganho uma Câmara Municipal. Eu percebo essas coisas todas. Mas quem vota são os oliveirenses. De contas eu não percebo nada, eu não percebo nada de contas. Por acaso, se há coisas que eu não percebo é de contas. Mas também não vou entrar por esse caminho porque isto é mais político do que técnico. Obrigado.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Senhor Presidente é mesmo só um esclarecimento, é uma questão semântica, para tranquilizar os senhores membros da Assembleia Municipal e que eu prometo não voltar a repetir “o rigor da gestão”; É uma questão semântica - eu assumo esse compromisso: Eu só passo a falar em gestão. É gestão. E depois as pessoas é que entendem se é rigorosa, se não é rigorosa. Eu não vou criar mais nenhuma urticaria a ninguém em falar rigor de gestão. Vou falar só em gestão (ponto final, paragrafo). Um esclarecimento importante: Por isso é que eu tinha pedido para falar antes, pelo seguinte: Em nome do rigor e, um contributo positivo, entendam como um contributo positivo. Nós não podemos fazer uma avaliação – deputado Bruno Aragão desculpe lá dizer-lhe isto mas, é construtivo, Não leve isto a mal. É que o deputado Bruno Aragão faz uma conta sobre tudo o que foi investimento de fundos comunitários como se fosse tudo financiado em 85%. E não foi. Com todo o respeito, entenda isto de forma positiva, não pense que eu estou sempre zangado consigo. Porque não estou. Deixe-me só dizer-lhe isto: O QCA, o QREN, QCA I, QCA II, QCA III, verbas do Overbooking, fundos comunitários não significa sempre financiamento de 85%. Há verbas que foi de 40%, de financiamento, 50%, 60%, e há mais, também há 90% e 95%. Chegou a haver verbas de financiamento de 95%. Você estava a dizer, aos duzentos e pouca coisa vezes 85, pronto.... Nem sempre é assim. Se calhar mais ou menos pode andar por aí, está a ver? Era só esse esclarecimento, não vou ripostar mais nada, não quero atrapalhar, só quero ajudar.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =====

===== **Ponto quatro:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2015;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; 7- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas".* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido apreciado e deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2015, com a seguinte votação: - a favor: dezasseis votos do PSD, o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões; - contra: onze votos do PS; - abstenções: duas do CDS/PP, a abstenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== **Ponto cinco:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 4.210.078.22 Euros. - Propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 210.503.91 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 3.999.574,31 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto seis:** *1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2016 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Esta revisão orçamental deve-se às seguintes situações: 1- à utilização do saldo da conta de gerência do ano anterior. De acordo com o definido no POCAL e referido na Ficha de Apoio Técnico nº 1/2004 – SATAPOCAL – CCDRN: “Após o apuramento do saldo de gerência e a apreciação e votação da prestação de contas pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL).” Ainda na mesma Ficha de Apoio Técnico refere-se: “O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado, no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, em “outras receitas” (classificação económica 216.01 saldo orçamental desagregado em 16.01.01 Na posse do serviço e 16.01.02 Na posse do serviço – consignado). A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental, decorre do artigo 25º, nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respetivas revisões. Pelo exposto, propõe-se a apreciação do órgão Executivo da revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação”.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2015 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =*

===== *Para cumprimento do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Assembleia apreciou o referido documento. =====*

===== **Ponto oito:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2015 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =====*

===== *Para cumprimento do artigo 12º da Lei nº 43/2012 foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Assembleia apreciou o referido documento. =====*

===== **Ponto nove:** *Protocolo de cooperação a celebrar com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas em prol da sensibilização do mundo académico para a importância da empregabilidade – Aprovação; =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que o ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa pretende desenvolver mecanismos de cooperação que tornem possível e promovam a participação conjunta de atividades de carácter técnico-científico, bem como pedagógica e cultural; - O papel do ISCSP na formação académica, científica e social de profissionais, ao nível da graduação, pós-graduação e da formação ao longo da vida, nas mais diversas atividades da sociedade moderna, e que o mesmo pretende assegurar o estreitamento da relação com os diversos agentes sociais – as pessoas, as organizações e as empresas; - O interesse manifestado pelo ISCSP em estabelecer uma cooperação com o Município de Oliveira de Azeméis, nos domínios específicos de ambas as partes, atendendo os pressupostos supra; - As atribuições dos Municípios nos domínios, designadamente da: Educação, Ensino e Formação profissional, bem como da Promoção do Desenvolvimento; - Que se reveste de interesse público as ações que visam fomentar a aproximação entre o universo das autarquias locais e os institutos superiores-universidades, de forma a permitir a valorização, partilha de conhecimentos e ainda uma cada vez maior convergência das aprendizagens dos jovens do mundo académico com a sua entrada na vida profissional; Ao abrigo da als. d) e m), nº 2 do Artº*

23º, conjugado com a al. k) nº 2, do art.º 25º e als. r) e ccc), nº 1, do art.º 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações, propõe-se : - A aprovação da minuta de protocolo de cooperação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; - Se remeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o protocolo de cooperação a celebrar com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas em prol da sensibilização do mundo académico para a importância da empregabilidade. =====

===== **Ponto dez:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade do Porto, com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas em prol da sensibilização do mundo académico para a importância da empregabilidade – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Universidade do Porto tem um projeto destinado a estimular os estudantes candidatos a terem uma perspetiva real do mundo do trabalho, construindo parcerias entre a Universidade e as empresas, proporcionando opções de formação e experiências académicas completas que preparem os seus alunos para uma melhor integração em empresas que crescentemente procuram profissionais dotados de um conjunto alargado de competências e que deles esperam um contributo forte para o desenvolvimento sustentável das organizações; - Que o município manifestou interesse em participar neste projeto porque tem atribuições relacionadas, pretendendo identificar quadros qualificados das empresas do Município para as ações em que tal participação seja solicitada pela Universidade do Porto, procurando garantir a participação de quadros com um perfil tão adequado quanto possível aos objetivos da Universidade do Porto e/ou licenciatura/plano curricular em questão; - As atribuições dos Municípios nos domínios, designadamente da: Educação, Ensino e Formação profissional, bem como da Promoção do Desenvolvimento; - Que se reveste de interesse público as ações que visam fomentar a aproximação entre o universo das autarquias locais e os institutos superiores-universidades, de forma a permitir a valorização, partilha de conhecimentos e ainda uma cada vez maior convergência das aprendizagens dos jovens do mundo académico com a sua entrada na vida profissional; Ao abrigo da als. d) e m), nº 2 do art.º 23º, conjugado com a al. k) nº 2, do art.º 25º e als. r) e ccc), nº 1, do art.º 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; Propõe-se: - A aprovação da minuta de protocolo de colaboração, documento este

que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Universidade do Porto; - Se remeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o protocolo colaboração a celebrar com a Universidade do Porto, com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas em prol da sensibilização do mundo académico para a importância da empregabilidade.* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, com vista á colaboração na organização do programa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...” – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis tem promovido, juntamente com a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, a iniciativa “Ciclo de Conferências Às Quartas Com...”; - O ciclo de conferências tem tido a capacidade de captar oradores de excelência nas mais diversas áreas profissionais - política, assuntos sociais, saúde, inovação, marketing, indústria - mobilizando a sociedade oliveirense; - Que este é um projeto iniciado no ano rotário de 2014/2015, que teve seguimento em 2015/2016, e ao qual o clube gostaria de dar seguimento no ano rotário de 2016/2017; - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Promoção do Desenvolvimento (alíneas e), f) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, ou outra de interesse para o município (alínea u) do n.º 1 do art.º 33 do citado anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); Propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis que se anexa, tendo em vista a continuação da colaboração institucional, que promoverá um diálogo e um debate de ideias com os munícipes oliveirenses; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”*==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Nuno de Jesus, do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente é só uma interpelação à Mesa: Então, o Senhor Presidente da Camara não explica nenhum dos pontos? Não é preciso? Avança diretamente para a votação? E o público não tem direito a ouvir?*=====

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para efetuar uma explicação sobre os pontos.*=====

===== *Esta interpelação do deputado Nuno de Jesus é muito séria. Eu estou aqui no cumprimento de uma missão – como disse o senhor deputado Bruno Aragão - de dar os esclarecimentos que os senhores entenderem. Agora, não vou estar aqui a pedir a palavra se não ma dão. Portanto, quem conduz os trabalhos da Assembleia Municipal é o Senhor Presidente da Assembleia Municipal; o senhor deputado Bruno Aragão ainda há bocadinho chamou à atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que eu falei e que não devia ter falado. Portanto eu estou aqui caladinho e quando me derem a palavra eu falo.* =====

===== *(A votação deste ponto ocorreu a seguir à votação do ponto número treze.)* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Abraço, para desenvolvimento do Projeto + ABRAÇO AVEIRO – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O empenho do Município de Oliveira de Azeméis na inclusão social, na implementação de atividades e projetos que contribuam para o desenvolvimento social, privilegiando a linha da prevenção e promoção da qualidade de vida da população, a melhoria das condições de saúde, o combate à doença e a opção por estilos de vida saudáveis, bem como, a dinamização de respostas adequadas às necessidades da comunidade; - Que, a 20 de novembro de 2014, foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal e, a 28 de novembro de 2014, em Reunião de Assembleia Municipal, o Protocolo de constituição da Comissão Municipal para a Promoção da Saúde, com o objetivo de elaborar e implementar o Plano Municipal de Promoção da Saúde 2015/2017; construir uma rede local de respostas integradas e complementares com parceiros públicos e privados e aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção; - Que o Plano de Desenvolvimento Social concelhio 2016-2018 considera prioritário promover campanhas de sensibilização sobre a temática dos comportamentos aditivos, dependências e problemáticas associadas, bem como, reforçar a criação de novas respostas na área da saúde, particularmente, no que respeita aos comportamentos aditivos; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Que os municípios dispõem de atribuições, nomeadamente, nos domínios da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento*

[alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; - Que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa ou outras de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção da doença; - Que o Projeto +ABRAÇO AVEIRO consiste na promoção ao acesso à prevenção primária e secundária da infeção por VIH/Sida e outras Infeções Sexualmente Transmissíveis, garantindo o acesso atempado à informação, meios de prevenção, diagnóstico e cuidados de saúde especializados junto de populações vulneráveis, nosso público-alvo: Trabalhadores do Sexo, HSH, População sem-abrigo, Imigrantes e Minorias Étnicas, e Utilizadores de Drogas Intravenosas. - Que o projeto vai ser desenvolvido durante o período de 24 meses (1 de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017), financiado pela Direção Geral da Saúde, no Distrito de Aveiro. - Que face ao número de casos diagnosticados de doentes infetados com VIH/Sida se torna emergente a criação de estruturas descentralizadas e próximas das populações que correspondam às suas reais necessidades de acesso aos cuidados de saúde; - Que Aveiro é o quinto distrito com mais casos de infeção VIH/Sida diagnosticados (5,7%) e que, segundo informação disponibilizada pelos Serviços de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), Aveiro é um dos distritos onde se regista uma tendência crescente da prática de consumos por via endovenosa. - Que a parceria entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Associação Abraço vai permitir uma aproximação à população alvo, através da presença em palestras informativas, realização de tertúlias temáticas dirigidas a grupos específicos, como forma de transmissão de informação e divulgação do projeto, possibilitando o acesso aos testes rápidos disponibilizados pela equipa técnica. - As atribuições dos Municípios no desenvolvimento e consolidação de programas e projetos de interesse municipal em parceria com outras entidades consignadas pelos art.ºs 13º e 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, conjugado com o art.º 64º, n.º 4, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; Ao abrigo da alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º e alínea r) e u) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores alterações), Propõe-se a assinatura do protocolo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) com a Associação Abraço - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/Sida, Instituição Particular de Solidariedade Social e o compromisso que daí resulta, para desenvolvimento do Projeto +ABRAÇO AVEIRO, incorporando-se as medidas e ações nos Planos de Ação da Divisão Municipal de Ação Social. Submeta-se à aprovação da Assembleia Municipal para os devidos efeitos e ao abrigo da alínea h) do n.º 1, e k) do n.º 2, do art.º 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

==== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
O que está aqui em causa é um protocolo a celebrar com a Associação Abraço delegação de Aveiro, com a nossa Rede Social, e a senhora vereadora entendeu ser importante que aprovássemos este protocolo em reunião de Câmara, tem a ver com o muito trabalho que é desenvolvido pela Associação Abraço naquilo que diz respeito às questões relacionadas com a SIDA. E, portanto, também é uma exigência ter que ser aprovado em sede de Assembleia Municipal e por isso trazemos cá este protocolo, Senhor Presidente.
=====

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.
=====

=====
O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Abraço.
=====

=====
Ponto treze: *Protocolo de cooperação a celebrar com a Área Metropolitana do Porto (Candidatura à medida 3.15 do POISE – Formação de Públicos Estratégicos) – Aprovação;*
=====

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, define como área estratégica a Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local, como requisito de boa governação, e com as medidas 10 e 11 pretende promover a formação em igualdade de género, cidadania e não discriminação para os/as conselheiros/as locais para a igualdade, bem como, para dirigentes e restante pessoal autárquico e promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais; A implementação da estratégia de integração da perspetiva de género nas políticas e ações promovidas pelas entidades intermunicipais e autarquias, não só contribui para promover uma igualdade efetiva entre mulheres e homens e responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de munícipes, mas também terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da democracia; As entidades intermunicipais, em geral, e as autarquias locais, em particular, pela sua proximidade com as populações e com as organizações, se configuram como impulsionadoras e agentes de desenvolvimento e se apresentam, por isso, como entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que tenham como objetivo a promoção da política de Igualdade de Género e de Oportunidades; O Município de Oliveira de Azeméis tem em funcionamento, desde o ano 2014, o Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município 2014-2016 que pretende trabalhar a integração da dimensão da igualdade de género ao nível da autarquia e organizações da Rede Social; Considerando, ainda, que o Município de Oliveira de Azeméis, promotor da Rede Social, constitui uma parceria local efetiva que visa garantir maior eficácia e
=====

eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e suas famílias, que integra nos seus princípios de ação o Princípio da Igualdade de Género (Decreto Lei nº 115/2006, Artigo 10º), propõe-se: - A aprovação da minuta do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Área Metropolitana do Porto, ao abrigo do disposto no Art.º 33º, nº 1, alíneas q) e ccc); Art.º 71º, nº 1, alínea j); Art.º 76º, nº 1º, alíneas g) e z), do anexo I, da Lei nº 75/2013. - Que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos e ao abrigo do art.º 25º alínea h) do n.º 1 e da alínea k) do n.º 2º, do anexo I, da lei nº 75/2013.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Só para dar nota que é um protocolo com a Área Metropolitana do Porto no sentido de podermos estar em condições de apresentar uma candidatura para Formação de Públicos Estratégicos no âmbito da medida do POISE. E portanto carece também de aprovação em sede Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração do protocolo de cooperação com a Área Metropolitana do Porto (Candidatura à medida 3.15 do POISE – Formação de Públicos Estratégicos). =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== E agora fazemos um recuo ao ponto onze porque devido à interpelação à Mesa, - eu peço imensa desculpa -, não foi votado. E aproveito este recuo para perguntar ao Senhor Presidente se quer prestar qualquer esclarecimento sobre este ponto. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos sobre o ponto número onze (Protocolo a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, com vista á colaboração na organização do programa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...” – Aprovação.) =====

===== *Como sabem, o Rotary Clube organiza um ciclo de conferências às quartas-feiras. Não sei com que periodicidade, se é mensal, se é bimensal? Ultimamente tem sido mensal. E é um protocolo que existe da cedência de instalações desta Biblioteca (precisamente no lugar onde estamos). E o Rotary Clube solicitou novamente à Camara Municipal a disponibilidade deste espaço para organizar as “Conferências Às Quartas com....”*=====

===== *Seguidamente o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração do protocolo de cedência de instalações com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, com vista á colaboração na organização do programa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...”* =====

===== ***Ponto catorze:** Protocolo de cedência de instalações a celebrar com o Clube Desportivo Meia Ponta – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se pretende responder às necessidades desportivas de lazer e bem-estar dos munícipes que, individualmente ou de forma coletiva, aspiram à prática de diversas modalidades desportivas, incluindo acompanhamento pedagógico, inseridas no projeto de apoio ao desporto; - Que foi pela CDMP – CLUBE DESPORTIVO MEIA PONTA, solicitada, à semelhança dos anos anteriores, a cedência de utilização de equipamentos desportivos de forma a facultar uma resposta social e educativa (conforme ofício anexo); - Que as atividades desenvolvidas no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira (sala Bruno Neves) devem ser norteadas pelo princípio do desporto para todos; - A crescente importância do desporto e das atividades físicas como fator de promoção de saúde, de bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, o que vincula e responsabiliza as autarquias locais na oferta de condições que satisfaçam tais expectativas; - A prática desportiva é um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social, contribuindo para a construção de estilos de vida saudáveis; - Os equipamentos desportivos de recreio e ocupação de tempos livres municipais têm, designadamente, como objetivos gerais: a) Incrementar hábitos de participação continuada da população em atividades desportivas, num ambiente seguro e saudável, que contribua para o bem-estar da comunidade, promovendo diretamente para a melhoria da qualidade de vida, bem como da qualidade dos serviços prestados à população; - Que o aproveitamento das instalações desportivas municipais, se enquadra na política integrada e de rentabilização de recursos que subjaz à ação da autarquia; - O Plano Municipal da Igualdade e Responsabilidade Social (vertente externa); Ao abrigo das alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se. - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações a celebrar com ao CDMP – Clube Desportivo Meia Ponta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo*

I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização Pavilhão Municipal Prof. António Costeira (sala Bruno Neves), para desenvolvimento de atividades desportivas; - Que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Clube Desportivo Meia Ponta solicitou a disponibilidade de um espaço no Pavilhão Municipal – António Costeira que não estava a ser utilizado nestas horas que são pedidas. Nós decidimos na reunião de Câmara atribuir e votar favoravelmente esta proposta. Mas dando nota que, evidentemente, quando existir mais pedidos ou pedidos de outras associações para o mesmo espaço, tem que haver depois um critério. Mas como neste momento isso não existe, ficou o compromisso, (logicamente que isto não é para toda a vida), se existir mais algum pedido que se sobreponha a este ser analisado e ser aprovado em reunião de Câmara e depois vir também à Assembleia Municipal. É uma cedência. Neste caso, está disponível, não há outros pedidos. Quando houver: Ponderaremos e decidiremos em conformidade.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o protocolo de cedência de instalações a celebrar com o Clube Desportivo Meia Ponta.* =====

===== **Ponto quinze:** *Cedência de instalações à Freguesia de Carregosa – Revogação de deliberações;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - As deliberações dos órgãos executivo e deliberativo de 4 e 19 de dezembro de 2014, respetivamente (I/91646/2014), respeitante à aprovação da minuta de protocolo de cedência de instalações do edifício sito no lugar de Teamonde, daquela Freguesia (onde funcionou a EB1); - Que por acordo entre as partes, já não se mantêm os pressupostos que fundamentaram as referidas deliberações, propõe-se: - A revogação da deliberação do órgão executivo de 4 de dezembro de 2014; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O ponto quinze e dezasseis são semelhantes. Estamos a falar de duas escolas, uma em Carregosa e outra em Ossela. Se o Senhor Presidente autorizar e se Assembleia aceitasse fazíamos a discussão conjunta. A explicação é igual. Portanto, foram escolas que já foram cedidas às Juntas de Freguesia e que agora a Câmara Municipal solicitou de novo o regresso dessas mesmas escolas para efeitos de candidatura a fundos comunitários no âmbito da inclusão social. Portanto, para serem candidaturas a serem efetuadas pela Câmara Municipal, ela tem que ser a detentora do espaço. Isto foi conversado com as Junta de Freguesia. A oferta é uma oferta social, para um caso e outro. Mas para a Câmara Municipal se candidatar tem de ser ela a detentora do espaço. Como tinha sido cedida à Junta de Freguesia, para que a Junta de Freguesia pudesse dinamizar aqueles espaços, temos que voltar a esta situação. Esta explicação é assim um pouco complicada mas é formalismo de o dono das instalações poder candidatar-las, neste caso Ossela e Carregosa.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Cedência de instalações à Freguesia de Ossela – Revogação de deliberações;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As deliberações dos órgãos executivo e deliberativo de 20 e 27 de fevereiro de 2014, respetivamente (I/8177/2014), respeitante à aprovação da minuta de protocolo de cedência de instalações do edifício sito no lugar de Santo António, daquela Freguesia (onde funcionou a EB1); - Que por acordo entre as partes, já não se mantêm os pressupostos que fundamentaram as referidas deliberações, propõe-se: - A revogação da deliberação do órgão executivo de 20 de fevereiro de 2014; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *(Este ponto analisado e discutido em conjunto com o ponto quinze).* =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** Contrato interadministrativo de apoio e cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, com vista à implementação da Componente de Apoio à Família dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do email da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail de 16 de Abril de 2016; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - Os encargos resultantes do presente contrato interadministrativo de apoio e cooperação financeira estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível nº 2075/2016, conforme a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decretp- Lei nº 127/2012, de 21 de Junho Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; Propõe-se: - A aprovação da minuta do contrato interadministrativo de apoio e cooperação financeira, que se anexa, a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, nos

termos e condições ali estabelecidas. - Se submeta ao órgão deliberativo, para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Ele é autoexplicativo. Estamos a falar de um contrato com a União das Freguesias (Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail) para a componente de apoio à família. Nós já fizemos isso noutras situações. O senhor vereador Isidro Figueiredo, do pelouro da educação, em acordo de concertação com a União de Freguesias (Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail) entende haver a necessidade de fazer este contrato interadministrativo, para fazer face às necessidades que foram identificadas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o contrato interadministrativo de apoio e cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail, com vista à implementação da Componente de Apoio à Família dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Adenda ao contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito das comemorações dos 500 anos do “Foral Figueiredo e Bemposta” – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi celebrado em 7 de outubro de 2014, contrato interadministrativo de cooperação financeira com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito das comemorações dos 500 anos do “Foral Figueiredo e Bemposta”; - O teor do ofício enviado pela União de Freguesias acima identificada (E/8575/2016), no qual solicita a alteração ao referido Contrato interadministrativo nos termos e fundamentos nele constantes; - Que na sequência do mesmo e em função dos documentos justificativos apresentados, há intenção de alteração da redação das cláusulas 1.ª, al. a), 3.ª e 13ª do referido Contrato Interadministrativo; - O constante da cláusula quarta do referido contrato interadministrativo de cooperação financeira que prevê a modificação, por acordo entre as partes, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo de cooperação financeira, documento este que*

fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Os encargos resultantes da presente adenda serão suportados, em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 1813/2016, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. - Se submeta ao órgão deliberativo, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto tem a ver com as comemorações do Foral e com uma verba que já foi atribuída e já foi aprovada em reunião de Câmara e em reunião de Assembleia Municipal. E a União das Freguesias (Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz) provou-nos que, efetivamente, a verba não chegava para fazer face às despesas e aos compromissos que tinham sido assumidos. E, portanto, havia aqui uma diferença de 3.063,00€ que tinham sido assumidas pela Junta de Freguesia e era importante a Câmara Municipal cumprir com a sua palavra se tinha feito esse compromisso de pagar. Mas para o pagar tem que se aprovar esta adenda, - se a Assembleia Municipal estiver de acordo -, para nós depois procedermos ao pagamento à Junta de Freguesia que está à espera ansiosamente deste dinheiro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a adenda ao contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito das comemorações dos 500 anos do “Foral Figueiredo e Bemposta”. =====

*===== **Ponto dezanove:** Dissolução/ extinção e liquidação da Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Por deliberação da reunião de câmara de 04.dezembro.2014 e da assembleia Municipal de 26.fevereiro.2015 bem como da Assembleia Geral da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra de 29.novembro.2014 (ata n.º 101) foi aceite os termos da dissolução / extinção e liquidação da UAC- Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, nos termos e para os efeitos do art. 25.º n.º 2 alínea a) e b) e art. 32 e 33.º n.º 1 alínea ccc) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e art. 148.º do CSC, nos precisos termos deliberados em Assembleia Geral (I/92889/2014); 2) Com vista ao desenvolvimento do processo de dissolução da mesma, por despacho do Presidente da Câmara

Municipal de 07.abril.2015 (I/28787/15), foi constituído o grupo de trabalho que procedeu à elaboração do relatório de dissolução que se anexa e que já foi objeto de aprovação em Assembleia Geral da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra de 5 de abril de 2016; 3) São poderes do liquidatário essencialmente a realização do ativo e o pagamento do passivo da entidade a liquidar, mas; 4) Não sendo a UAC detentora de qualquer ativo relevante possuindo apenas um credor, estando ainda perante uma liquidação por transmissão global do ativo e passivo para o município, não se justifica a nomeação de liquidatário; 5) Está assegurada a Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos e para os efeitos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme documento que se anexa; Ao abrigo do art. 25.º n.º 2 alínea a) e b) e art. 32 e 33.º n.º 1 alínea ccc) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se: 1) Que sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal determine a dissolução da UAC; 2) Que se proceda à transmissão global do ativo e passivo da UAC para o Município de Oliveira de Azeméis, devendo o município agilizar os procedimentos necessários para pagamento do único credor da UAC; 3) Que o município fique depositário dos livros e documentos da entidade liquidada e; 4) Encarregue de proceder aos respetivos atos de registo comercial.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a finalizar um processo que tem a ver com a UAC. Como sabem - a UAC foi criada: Na altura foi uma oportunidade que a legislação permitiu a da criação destas unidades de apoio ao comércio; Havia muitos fundos estruturais, fundos comunitários que estavam disponíveis e que as Câmaras Municipais e as Associações isoladamente estavam fora mas se criassem estas unidades podiam-se candidatar. Foi assim que ao longo de muitos anos se foi financiando esta estrutura até que, se chegou a uma altura, fruto das alterações dos apoios dos programas, a UAC bem se candidatou mas depois as candidaturas não foram aprovadas. Portanto, hoje, não se justifica a existência destas estruturas. Como sabem, nós, ainda recentemente aprovamos um apoio à Associação Comercial de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra para as suas atividades e para alguns projetos que estão a levar a curso, tendo em conta também as necessidades destas Associações. Mas a dissolução desta Unidade de Apoio ao Comércio do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis acarreta também uma despesa. Ou seja, com esta dissolução nós temos que pagar perto de 100.000,00€ de verbas que estavam por pagar, neste caso estamos a falar de iluminações de Natal que estão ainda por pagar. Com este ato de dissolução a Câmara Municipal terá que assumir esse pagamento, à empresa em questão, que a UAC não conseguiu pagar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Indústria Aroumadeiras, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento da atividade, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão; - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, anexos à presente proposta, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa Indústria Aroumadeiras, Lda., nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11, e para os fins aí previstos.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto enquadra-se naquelas autorizações especiais de regularização de situações que estão pendentes e tem que passar por esta tramitação burocrática para ser aprovado esse reconhecimento em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e um:** Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação da versão final; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando os documentos anexos ao I/12087/2016, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao

livro de atas, propõe-se: ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23/10, na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14/08, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, a aprovação por esta câmara municipal do relatório de ponderação apresentado, e o envio da versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis para aprovação pela Assembleia Municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é um projeto que tem que ser também aprovado pela Assembleia Municipal. Isto foi já discutido em reunião de executivo. Teve um período de discussão pública. O senhor vice-presidente teve inúmeras reuniões com agentes e com municípios interessados nesta matéria. É uma matéria interessante até porque, como sabem, vão estar em cima da mesa, fruto do Portugal 2020 muitos fundos estruturais para a requalificação e reabilitação, não tanto aqueles que nós desejávamos do ponto de vista do edificado municipal. Mas também oportunidades para privados através de vários fundos, agora mais recentemente do fundo da Segurança Social e outros fundos de investimento, que estarão disponíveis para que os privados possam também ter acesso a esses recursos estruturais para poderem fazer as suas requalificações. E portanto, há a necessidade, também, de em sede de Assembleia Municipal nós aprovarmos este documento. Como digo, ele já foi bastante discutido e já passou várias etapas até chegar a este ponto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, António Pinto Moreira, do CDS/PP; António Cruz, do PSD; e Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, como sabemos todos: são competências da Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a persecução das atribuições da Autarquia. No documento que nos foi entregue relativamente à participação - eu vou ler os dois parágrafos: “ Ao longo do período de discussão pública, receberam-se cinco participações entregues via correio eletrónico, carta e no Gabinete de Apoio ao Município. Recebemos igualmente a pronúncia do IRU a 17 de setembro 2015 e do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis a 25 janeiro de 2016.” Ora, o CDS/PP foi o primeiro partido nesta Assembleia a se pronunciar sobre os PEDUS para Oliveira de Azeméis. Foi na Assembleia*

Municipal de 29 de junho de 2015. Os membros da Assembleia apresentaram um documento com as nossas propostas para a elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do PEDU de Oliveira de Azeméis na sua componente de regeneração urbana; - O documento foi entregue ao Secretário da Mesa. Só posteriormente, o plano foi desenvolvido pela Câmara Municipal. A sessão de apresentação pública, neste espaço, foi marcada para o dia 22 de outubro. Estivemos presentes (CDS/PP). Mas não foi feita qualquer apresentação do referido plano. Foi apenas indicado a constituição da equipa técnica, que se apresentou, os seus contactos, e feito muito estímulo à participação dos presentes. Esse Plano, elaborado pela Câmara, esteve em discussão pública de 22 de setembro a 30 de novembro, inicialmente previsto em discussão pública até 22 outubro. O que acontece, é que, na última semana de novembro, portanto ainda no período de discussão pública, fizemos entrega de uma 2ª via da nossa proposta diretamente à equipa técnica do projeto. Pois, no gabinete da equipa podemos comprovar que o nosso documento era de desconhecimento total da equipa, ou seja, nem sequer havia sido entregue à consideração da equipa técnica da Câmara. Sobre, estes dados, esta constatação na Assembleia Municipal, aqui, em 29 de novembro, interpelamos o Senhor Presidente da Câmara nos termos que versão na ata. Interpelamos e o Senhor Presidente da Câmara o que é que responde? (Estranho.) – “Quanto à intervenção do senhor deputado Pinto Moreira, queria dizer o seguinte: Com todo o respeito pela intervenção de cada um dos membros da Assembleia Municipal mas, senhor deputado Pinto Moreira, vai-me perdoar, na sua intervenção há ali uma grande confusão. E o senhor deputado Pinto Moreira pode estar tranquilo que a equipa da Câmara Municipal, que está a fazer esse Plano, vai receber o documento do CDS”. (Ou seja, a partir daí vai receber o documento do CDS). - “Vai apreciá-lo e, se for caso disso, vai incluí-lo ou fazer parte da discussão pública”. Ora, aqui, ainda – “se for caso disso” - vai incluí-lo ou fazer parte da discussão pública; Cinco intervenções, o pronunciamento do IRU, mais o pronunciamento do Partido Socialista. Continuando: a Assembleia Municipal é constituída por 12 presidentes de Junta de Freguesia ou Associações de Freguesias e por 27 membros eleitos pelo Colégio Eleitoral do Município de Oliveira de Azeméis (eu sou deles, aqui). Para a Assembleia Municipal de hoje, está na Ordem de Trabalhos a ponderação da discussão pública e a aprovação do documento final do Plano estratégico, na parte referida à participação – volto a referir – foi completamente omitido. Ora vejamos: Os membros do CDS/PP foram, literalmente, ignorados na Assembleia Municipal e ainda acusados de fazer uma grande confusão. Um a zero (1-0). A equipa técnica da Câmara recebeu a 2ª via do documento e, ou tomou a iniciativa de o sonegar, ou foi instruída por alguém para o sonegar, ou, então, aquilo não tinha mesmo jeito algum. Nunca o soubemos. Dois a zero (2-0). Não teve qualquer sequência uma ação da Assembleia Municipal, nas suas competências, da entrega de proposta/ documento de um partido com assento nesta Assembleia. Pois, o Plano apresentado não discute, não aprecia, nem contempla diretamente qualquer um dos oito pontos da nossa proposta. Três a zero (3-0). Com este resultado que é uma derrota; - Por mim, tanto faz; Mas, atenção que estas atitudes não têm qualquer qualificação para cerca de 3.000 oliveirenses, adultos, que votaram no CDS/PP e que

aqui estou para os representar. E isto, já tem a ver comigo, é um desrespeito, antes de mais. Depois, é um mau serviço à democracia. É um incumprimento às competências da Assembleia Municipal. E em terceiro lugar – É um inqualificável desprezo por cerca de 3000 munícipes que sufragaram pelo voto os seus representantes legítimos. É muito estranho. Há aqui mistérios e coisas muito estranhas. Tal como, posso citar por exemplo: o subsídio que era pedido à Assembleia Municipal para o Centro de Línguas, também não havia problema nenhum e o que é certo, é que ele nunca mais cá voltou. Mistério. Afinal, não foi possível, ninguém conseguiu arranjar um parecer jurídico para validar o subsídio. Que era a única coisa que nós pedíamos – arranjem um parecer jurídico para dizer que a Assembleia Municipal tem competências para, fazer um donativo, entregar um subsídio ao Centro de Línguas. Portanto, é mais um mistério. E este aqui é mais um. Ainda que muitas dúvidas existam quanto a este assunto, ainda muita discussão; Veja-se o Presidente da Câmara do Porto, ainda recentemente nos jornais desta semana, sobre isto. Mas em termos do interesse de Oliveira de Azeméis, do interesse público o PEDUS não deverá ser parado apesar destas incongruências todas.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Boa noite Senhor Presidente em exercício e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes nesta sala. O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade está, quanto a nós, muito bem fundamentado e elaborado. Nota-se neste trabalho um diagnóstico bem sustentado e um projeto de intervenção municipal facilitador e normalizador, no sentido de resolver os principais constrangimentos e problemas da área de reabilitação do centro da Cidade. Para além disso, este programa, condiciona um forte incentivo fiscal de isenção de taxas aos particulares. Não temos dúvidas que a intervenção municipal será importante para promover a adesão dos privados à intervenção em parceria neste programa. O centro da Cidade, nas últimas décadas, tem sido colocado nem segundo plano em detrimento do investimento que o Município tem feito no resto do território do município. Este é um programa ambicioso, para quinze anos, mas obviamente que depende dos fundos comunitários para a área e, neste aspeto, há que salientar o antecipar: Ter o Programa pronto, para que quando as verbas estiverem disponíveis se poder trabalhar nesse sentido. Não há dúvida de que, a cidade de Oliveira de Azeméis, enquanto centralidade e motor de atratividade e imagem do concelho, carece de uma aposta maior por parte do Município. Uma aposta em investimento. É importante criar condições para que se fixem mais pessoas e, sobretudo, famílias jovens na cidade. É importante criar condições para que as diversas funcionalidades disponíveis no aglomerado urbano respondam com modernidade e eficácia também em áreas como o comércio, a cultura, o lazer, ou outros serviços. É importante criar condições para que as pessoas quando visitam ou passam pela nossa cidade divulguem ainda mais positivamente Azeméis e as suas gentes. Oliveira de Azeméis tornou-se nas últimas décadas um município de excelência graças à sua

pujança industrial, ao seu dinamismo cultural, á aposta no ensino universitário, á promoção do desporto e outros baluartes da nossa edilidade. Mas, a nossa Cidade, por opção política, não teve os mesmos meios e as mesmas ferramentas para poder acompanhar em pé de igualdade este crescimento. São opções. Este programa cria condições para que a nossa cidade se torne mais competitiva, mais funcional, e apetecível para quem a escolher, ou a escolhe, para viver, para estudar, para implementar o seu comércio ou outra atividade, ou, até, para ter a sede da sua atividade industrial. No nosso entender, este é o caminho. Bem hajam. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente pedia-lhe autorização para poder projetar um suporte gráfico. Após a discussão da execução financeira do Município, da capacidade de investimento, do planeamento, da promoção do desenvolvimento, da atração de investimento privado, de criação de condições para esse investimento, vamos então a um exemplo de realidade. Infelizmente para nós oliveirenses, como repetidamente temos dito, as dívidas e a falta de horizontes representam um atraso significativo para o Concelho. Podemos discutir agora, um exemplo claro, de como essa coisa de excelência, como vossas excelências tanto falam, é mesmo ilusão e que a falta de investimento que nós sempre denunciámos é bem real. Há muito que referimos um conjunto alargado de obras e intervenções necessárias, há muito que dizemos que estão adiadas, que o concelho se ressent e que vai sendo ultrapassado por outros concelhos mas que sobretudo não tem oferecido aos oliveirenses a qualidade de vida que pode e deveria oferecer. Em muito momentos, e ainda mais nesta Assembleia, voltamos a demonstrar como precisamos urgentemente de promover desenvolvimento e crescimento e devolver ao Concelho o brilho que foi perdendo e o encanto com que muitos sonhamos. Temos de facto problemas sérios que nos tornam e têm tornado, em muitas matérias, cinzentos. A cidade, com povoamento disperso. O edificado com potencial, devoluto e em mau estado de conservação. A dispersão e o abandono desse edificado. A ausência de equipamentos importantes. Um terminal rodoviário atualmente sem condições adequadas ao acolhimento de utentes. As principais vias de comunicação em médio ou mau estado de conservação. Os passeios estreitos, não acessíveis e com vários tipos de pavimento. A pouca oferta de espaços verdes urbanos públicos. Os espaços verdes desfragmentados, descaraterizados e com pouco utilização. A ausência de âncoras comerciais e funcionais na área do vestuário, do calçado, da restauração, da cultura. O encerramento de atividades económicas. A perda de população no centro. O espaço público descaraterizado. Já repetimos estes problemas dezenas de vezes. Fomos sempre acusados de não vermos o óbvio, de só dizermos mal, de não vermos a pujança do concelho em resultado de excelência da vossa gestão. A propósito da Área de Reabilitação do Centro da Cidade, vamos então ao diagnóstico a que chegou a Câmara Municipal: A Cidade com povoamento disperso; O edificado com potencial, devoluto e em mau estado de conservação; A dispersão e o abandono desse edificado;

A ausência de equipamentos; Um terminal rodoviário atualmente sem condições adequadas ao acolhimento de utentes; as principais vias de comunicação em médio ou mau estado de conservação; Os passeios estreitos, não acessíveis e com vários tipos de pavimento; A pouca oferta de espaços verdes urbanos públicos; Os espaços verdes desfragmentados, descaracterizados e com pouca utilização; A ausência de âncoras comerciais e funcionais na área do vestuário, do calçado, da restauração e da cultura; O encerramento de atividades económicas; A perda de população no centro; E o espaço público descaracterizado. Sem tirar nem pôr, exatamente igual ao diagnóstico bem sustentado que temos feito. Absolutamente contrário ao discurso da excelência e da gestão rigorosa. Senhor Presidente, O primeiro passo para a resolução de um problema é de facto o seu diagnóstico. Ainda que penosamente tarde, podemos agora sim avançar para a discussão da sua solução. Estamos pois todos, finalmente, de acordo quanto ao diagnóstico e certamente não dirão, pelo menos desta vez, que exageramos. Ainda só estamos no centro da cidade mas já estamos certos que, a partir deste momento, poderão chegar à mesma conclusão para o resto do concelho. Talvez possamos continuar, por exemplo, com as Zonas Industriais. Vamos então, finalmente, depois de tantos anos, ao que realmente interessa: pensar na dinamização da Zona Pedonal; na reconstrução do Cineteatro Caracas; antigo Centro de Saúde; Mercantil; antiga Biblioteca; do Salão Nobre; Mercado Municipal; Paços do Concelho; Centro Coordenador de Transportes; requalificação das vias de comunicação. Senhor Presidente, afinal parece que está tudo por fazer mas não podemos deixar de estar realmente entusiasmados. É realmente isto que importa discutir e pensar. É isto que nos faz verdadeiramente sonhar. Pensar o que faremos da Casa Sequeira Monterroso, que programação queremos no novo Cineteatro Caracas, em que Praça tomaremos um copo ao final da tarde, ao por do sol, ou numa noite quente de verão. Estar tudo por fazer tem sido realmente uma angústia e ainda mais porque incompreendida. Bem-vindos a si e ao PSD neste diagnóstico. Vamos ao trabalho: Oliveira de Azeméis conta com o Partido Socialista para aprovar o documento. Aliás, tivemos já oportunidade de fazer chegar no período de discussão pública. No entanto Senhor Presidente, como deve imaginar, no que toca a instrumentos deste tipo a Câmara Municipal não tem tido uma gestão nada interessante. Todos recordamos a experiência penosa do primeiro PDM. A experiência ainda mais penosa da sua revisão. E todos sabemos que estamos já quase a um terço da execução do segundo PDM, sem que isso seja ainda muito visível. Todos recordamos o plano para mobilidade. Aliás, todos recordamos o plano mobilidade para todos em 2004, que redundou em pouco ou nada. Recordamos também o Plano de Urbanização de Azeméis em 2007 que prometia muitas das coisas que, agora, nove anos depois, voltamos a falar. E recordamos ainda, mais recentemente, o Plano Municipal de Acessibilidades, de 2012, que pelo diagnóstico de agora não teve qualquer consequência prática. Para este Plano, só para o Centro da Cidade, estão previstos quase 35 milhões de euros, para quinze anos, dos quais, 18 milhões nos primeiros cinco anos. Senhor Presidente, uma questão simples para uma resposta simples: Como prevê financiar estes 35 milhões de

euros para que o atraso enorme que já sentimos não seja, no fim dos primeiros cinco anos, um atraso colossal? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Vou procurar ter algum cuidado nas palavras a serem utilizadas para não ferir suscetibilidades. Portanto, não vou falar em confusão. Senhor deputado Pinto Moreira, eu peço-lhe imensa desculpa mas o senhor deputado Pinto Moreira as três vezes que usou siglas no púlpito falou do PEDUS. Nós não estamos a falar do PEDUS. Nós estamos a falar do PERU. Só para perceberem – o Senhor Ministro, Pedro Marques, que tem esta tutela agora, caracteriza isto bem: É que nós andamos entretidos a discutir siglas. O Senhor Ministro, o próprio, com competência, com tutela, diz que - ele próprio se confunde e se baralha com as siglas: IDT, PDCT, PERU, PAMUS e PEDUS – isto são as siglas que estão criadas. E nós temos que saber estas coisas todas. PEDUS – Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável e o que nós estamos a discutir, hoje, é o PERU – Plano Estratégico Reabilitação Urbana do centro da cidade. Senhor deputado garanto-lhe que, na segunda-feira, os serviços que tratam desta matéria vão reunir comigo e vão ter que me explicar onde é que está o documento do CDS/PP. E o senhor não fica sem resposta, garanto-lhe que não fica sem resposta. O Partido Socialista entregou um documento fora de prazo e foi entregue aos serviços no mesmo dia. O argumentou que nos apresentou foi perfeitamente natural. Foi entregue fora do prazo? Não há problema nenhum, vai ser entregue, e naquele mesmo dia foi encaminhado para os serviços. Portanto, vou saber o que é que se passa com o documento do CDS. Não queira fazer disso um caso porque não é um caso. Aqui não há documentos na gaveta. E, quando estamos a falar de estratégia, quando estamos a falar de diagnóstico, como disse e bem o senhor deputado Bruno Aragão, parte da intervenção do senhor deputado Bruno Aragão é um diagnóstico está aqui nos documentos que os senhores têm nas vossas pastas de documentação. Diagnóstico feito. É preciso naturalmente encontrar a forma de passarmos do plano e do diagnóstico para ação. O que é que é preciso do outro lado? Instrumentos financeiros. Qual é o instrumento financeiro para o PERU? É através do PEDUS. Que esta a ser negociado verba a verba; que teve uma reunião “violentíssima”, faz hoje oito dias, o senhor ministro e os presidentes de Câmara do norte do País e que hoje foi alvo de outra discussão “brutal” em sede de Conselho Metropolitano durante toda a manhã, principio de tarde, e, que vai continuar a ser feita com a CCDRN. Estamos a falar do envelope financeiro que cada Município terá afeto para implementação dos seus planos em três prioridades fundamentais elencadas pelo Portugal 2020: Pi – para a Mobilidade; PI – para a Reabilitação e Regeneração Urbana; PI – para a Inclusão Social. O senhor Ministro Pedro Marques, na sexta-feira passada, anunciou um reforço e 20 milhões de euros para a PI- Inclusão Social a distribuir pelos Municípios do norte (não os da

Área Metropolitana) que têm acesso ao financiamento via PEDUS. Depois, há outras fontes de financiamento; - Como também tem vindo a ser dito e para responder diretamente ao senhor deputado Bruno Aragão. Porque: Plano feito: Estamos de acordo, é preciso depois priorizar a questão da implementação do próprio Plano. E a priorização do mesmo será feita com base no instrumento financeiro que tivermos disponível. Portanto, já lhe estou a responder senhor deputado. Através do PEDUS não vai chegar par tudo, certo? E depois há através da eficiência energética e outros programas que vão ser também ainda criados e definida a sua regulamentação para se adaptarem aquilo que são os nossos Planos. Resposta muito simples – não é para um milhão de dólares, senhor deputado – se não tivermos dinheiro para tudo não podemos fazer tudo, não é? Ou seja, não podemos criar dívida, não podemos nos endividar. Portanto: o plano está feito; está identificado; estão identificados os valores e temos a fonte de financiamento do outro lado através dos fundos estruturais. Ok? O que nós estamos ainda a negociar é mais fundos estruturais. O senhor deputado Pinto Moreira falou da entrevista desta semana do Doutor Rui Moreira: O doutor Rui Moreira o que diz é que não concorda com o PEDUS, não é com o PERU; Não concorda com o PEDUS – Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável, porque ele nesta distribuição que está em cima da mesa tem 28.4 milhões de euros e ele queria cento e não sei quantos milhões de euros – basicamente a discordância dele é essa. Ele teve, inclusive, uma reunião no dia 26 com o Senhor Primeiro Ministro onde falou sobre isso. Mas (só para os senhores deputados terem uma noção) o que está em cima da mesa para a região norte, no PEDUS, são 385 milhões de euros a distribuir por 17 Municípios da Área Metropolitana do Porto mais 12 da região norte, ou seja, é por 29 Municípios. Plano? - sim senhor, - estamos de acordo, - ok, - muito bem. Agora, temos de trabalhar todos. E eu acho que este esforço de concertação que o Partido Socialista aqui hoje anunciou se deve manter para o futuro também, logicamente também quando for a hierarquização das prioridades e a definição das prioridades com base nas fontes de financiamento. Portanto, não lhe posso dizer que tenho aqui o dinheiro agora na conta x, ou na conta y. Naturalmente temos de ajustar depois às prioridades financeiras. É assim que se faz. É assim o Plano Nacional de Reformas. O Primeiro-ministro António Costa apresentou o Plano Nacional de Reformas e apresentou uma expectativa de utilizar parte dos fundos estruturais para a implementação do Plano Nacional de Reformas e também de negociar com Bruxelas as outras fontes para fazer face a esse Plano. Aqui é evidente que temos um Plano, temos um diagnóstico feito pelos técnicos da Câmara, que teve a participação do público que quis participar, dos Partidos Políticos. E, senhor deputado Pinto Moreira, - não diga isso senhor deputado, - deixe-me dizer-lhe também com toda a franqueza, - o senhor está aí a fazer o sinal que não, - eu garanto-lhe que há de ter uma explicação para o seu documento. Senhor deputado desculpe dizer-lhe isto, eu fico profundamente irritado, tenha lá paciência. O senhor para algumas coisas sabe o meu número de telefone e telefona-me quando alguma coisa não está a correr bem. E se alguma coisa não estava a correr bem nessa matéria não lhe custava nada ter-me telefonado. Porque eu garanto-lhe que na segunda-feira o seu assunto é cabalmente esclarecido. E o senhor

nesse mesmo dia tem uma resposta para saber o que é que fizeram ao papel. Porque ninguém do executivo fez nada ao seu papel. O papel é entregue aos técnicos para os técnicos fazerem o trabalho e depois nós fazemos aqui a avaliação política. Aqui não mete na gaveta. Estou-lhe aqui a dar prova evidente que houve gente (no bom sentido da palavra gente) que entregaram fora do prazo e teve o tratamento que devia ter. Foi para a parte técnica para ser trabalhado. Portanto, aqui ninguém mete papeis num lado ou mete papeis no outro. Se alguém perdeu os papéis vai ter que explicar porque é que os perdeu. Olhe, quem não os perdeu sei eu quem foi. Fui eu. Eu não os perdi. E não perco nenhum papel nessa matéria. Portanto, quando o senhor diz que não. Não é verdade. Eu vou perceber o que é que se passou com os seus papéis e vou-lhe dizer. E desculpe dizer-lhe, nós estamos a falar do Centro Urbano da Cidade e do Plano Estratégico do Centro Urbano da Cidade não estamos a falar do Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável, isso não é o que está em cima da mesa, nem é o que está na Ordem de Trabalhos. Estamos a falar do Centro de Oliveira de Azeméis, Centro Urbano; é o Plano; é o diagnóstico que foi feito e foi bem lido pelo deputado Bruno Aragão e é o que estamos a falar. E o senhor deputado falou no PEDUS que é uma coisa diferente do que estamos aqui a falar. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== É uma questão rápida. Em primeiro lugar relativamente a essa questão, naturalmente Senhor Presidente, enfim, congratulamo-nos com o que acabou de dizer. Havendo uma questão com um documento: acho que sim, acho que faz sentido apurar isso porque todas as bancadas fazem um esforço enorme, para dentro da exigência desta documentação, para fazer propostas. E, portanto, acho que é importante, no seguimento do que disse, apurar o que aconteceu. E pedir desculpa porque, como devem imaginar, se me entusiasmo a falar dos problemas imaginem o entusiasmo que não fico quando temos de falar de soluções porque essa é parte mais interessante. Senhor Presidente, só, enfim, dar-lhe preocupação, no seguimento do que disse, de uma coisa que me angustia, enfim, pelo menos relativamente a esta matéria não tire já a esperança. Por aquilo que eu já consegui perceber, de acordo com as verbas que o Município tem no âmbito da Estratégia Integrado de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana do Porto para a reabilitação urbana, estão previstos cerca de 2.43 milhões de euros, que sejam 3 milhões de euros. Neste Plano, só o Caracas custa mais de 4 milhões. Isto significa que, se só tivéssemos esse fundo, todo o resto do Plano teria que ser suportado por verbas da Autarquia ao longo destes anos significando cerca de 95%. Ou seja, no seguimento da questão lhe fazia, se há algum tipo de planeamento mais substancial, ou, enfim, se para já ainda estamos apenas no plano de intenções? Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente creia e acredite que isto não é nenhuma obsessão, de maneira alguma. É o que está na ata. É o que está na ata da Assembleia Municipal. Senhor Presidente desculpe, mas eu tenho que ler o que está na ata municipal: “ E o senhor deputado Pinto Moreira pode estar tranquilo...” – como disse em 29 de novembro – “...pode estar tranquilo que a equipa da Câmara Municipal que está a fazer esse plano vai receber o documento do CDS...” - foi o senhor que se comprometeu a entrega-lo em 29 - “...vai apreciá-lo e, se for caso disso, vai inclui-lo para fazer parte da discussão pública.” E o que eu vim aqui dizer é que, no documento que nos é entregue hoje, não vem lá mencionado em parte alguma da participação. Isto foi o que eu vim dizer. Portanto, não há qualquer obsessão. É que, há um branqueamento total, há um branqueamento total de disposições que estão nas atas municipais. É um branqueamento total. E portanto, o que é que eu hei de fazer? O que é que quer que eu lhe faça? Eu sempre tenho acreditado em si. Mas o que é certo é que há um branqueamento total. São factos. E portanto é sobre esses factos que eu vou ter que decidir a minha votação.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente permita-me que dê uma explicação ao deputado Bruno Aragão. Para além do que disse: Isto é tudo muito evolutivo, esperemos para o lado bom; – O que acontece é que, na sexta-feira faz hoje oito dias, foi permitida a utilização até 50% do valor afeto à Mobilidade para a Regeneração Urbano. Portanto, nessas contas que o senhor deputado estava a fazer dos dois ponto que tinha aí (2.43) pode juntar aos seis ou sete que tínhamos da Mobilidade, até 50%. Portanto, já transforma esses dois em quase seis, está ver? Ou seja, nós temos 9.5 milhões de euros neste momento em cima da mesa. Há a possibilidade que até aqui não via de afetar até 50% do valor da Mobilidade à Regeneração Urbana. E vai haver um reforço também da Inclusão Social naqueles 20 milhões que lhe falei do pacote adicional. Certo? Portanto, eu ainda não estou em condições mas acho que na próxima Assembleia Municipal já estamos em condições de poder falar de valores concretos. Depois então, aí, já podemos ajustar um pouco. Porque vai haver - segundo as indicações que nós recebemos, depois aqui também de outros ministérios, - vai haver outros programas que não estes para fazer face às necessidades, nomeadamente na área da eficiência energética. Porque muitas destas coisas ligadas à regeneração e requalificação urbana vai para a eficiência energética, como muitas coisas ligadas à mobilidade vão à descarbonização. E aí temos que estar atentos. Agora, há uma coisa em que estamos todos de acordo, todos, é que, sem Plano não há direito a*

nada; *Quem não tiver Plano não tem direito a nada. Portanto, nós temos o Plano; Temos os Planos; têm vindo a ser sucessivamente aprovados, discutidos. Isto tem sido muito duro, muito, muito, muito duro. Porque o dinheiro é pouco, não é? O dinheiro é pouco e, em abono da verdade, nestas matérias acho que não devemos ficar pelas meias palavras, o dinheiro é pouco porque o governo anterior arranhou pouco dinheiro para isto (ponto final, paragrafo). E agora este governo está “atado” de pés e mãos, porque não pode chegar a Bruxelas...: porque só pode haver uma renegociação dos fundos estruturais em finais de 2017. E eu não tenho dúvidas nenhuma que vai haver. Não tenho dúvidas nenhuma. E depois anda-se a correr a fazer Overbookings e não sei quê porque está lá dinheiro e é preciso. Quando, se calhar isto, se isto tivesse sido feito de maneira diferente, se tivessem ouvido os senhores presidentes de câmara que às vezes são pouco ouvidos; Hoje, se calhar, estávamos aqui com outra folga e a falar de outra maneira. Portanto, isto é para que não fiquem dúvidas na cabeça de ninguém. Temos ainda um longo caminho a percorrer e logo que haja mais informação eu transmitirei à Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: - a favor: dezasseis votos do PSD, treze do PS e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: três do CDS/PP.* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Comissão de acompanhamento da concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis – Autorização de assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 5 de julho de 2013, foi celebrado Contrato de Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais no Município de Oliveira de Azeméis; - A necessidade de ser constituída uma comissão de acompanhamento da concessão, a qual deve integrar “... um representante designado pelo concedente, um representante designado pelo concessionário e um terceiro elemento co optado pelos anteriores, que preside (n.º 1 do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 190/2009, de 20 de agosto e posteriores alterações, conjugado com o disposto na alínea q) da cláusula 1ª, clausula 83 e 84 do Documento Complementar anexo à escritura); - Que o Presidente da comissão de acompanhamento - Eng.º António André da Silva Topa, foi eleito deputado pelo nas últimas eleições legislativas pelo circulo de Aveiro, tendo por isso manifestado indisponibilidade para exercer as funções de Presidente da Comissão de Acompanhamento, sendo necessário promover a sua substituição; - Que compete à comissão de acompanhamento: a) Emitir parecer sobre a*

conformidade com o contrato de concessão dos projetos de execução de investimentos submetidos pelo concessionário à prévia aprovação do concedente; b) Emitir relatório anual relativo ao cumprimento do contrato de concessão, a remeter igualmente à entidade reguladora, até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito; c) Emitir parecer sobre a aplicabilidade das sanções contratuais previstas para situações de incumprimento e respetivo montante; d) Emitir parecer sobre a efetiva verificação de riscos que permanecem na responsabilidade do concedente e quantificar as compensações devidas ao concessionário ou concedente, conforme o caso; e) Auscultar ambas as partes e recolher os respetivos contributos em sede de preparação de alterações do contrato de concessão; f) Emitir parecer sobre diferendos entre as partes, nomeadamente quanto à interpretação de cláusulas contratuais (n.º 2 da mesma disposição legal); os quais devem ser emitidos nos prazos estipulados por lei; - Que os encargos de funcionamento da Comissão serão repartidos em partes iguais, entre Concedente e Concessionária, sendo que os custos máximos a suportar, anualmente, pela Concessionária serão os previstos na Caso Base (conforme consta da cláusula 84º do Documento Complementar), propõe-se: A constituição da Comissão de Acompanhamento da Concessão, com a seguinte composição: Presidente: Arquiteto José Gomes Fernandes, contribuinte n.º 127567330 (cooptado pelas duas entidades); Eng.º Nuno Peixoto Maia Nabais (Designado pela Concessionária - Indaqua Oliveira de Azeméis - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, SA); Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira (Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, designado pela Concedente). Se submeta à Assembleia Municipal para autorização prévia autorização dos compromissos plurianuais até ao limite de 6.000euros/ ano nos termos da LPCA.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente e senhores deputados tem que vir à Assembleia esta questão da assunção dos compromissos plurianuais e também a constituição da comissão de acompanhamento. Como sabem, nós tínhamos uma comissão de acompanhamento que era presidida pelo engenheiro Antonio André da Silva Topa, que foi entretanto eleito deputado da assembleia da república, e portanto é incompatível o exercício das funções de deputado da assembleia da república com a comissão de acompanhamento da concessão da água e saneamento em Oliveira de Azeméis. Nós aprovamos em reunião de Câmara a constituição desta comissão, sendo que: o presidente é o conhecido senhor arquiteto, oliveirense e ex-membro desta assembleia municipal, José Gomes Fernandes; e depois é constituído pelo engenheiro Nuno Peixoto Maia Nabais, designado pela Indaqua - Oliveira de Azeméis; e o engenheiro António Pedro Ribeiro Valente Castanheira, que é diretor de departamento de obras municipais da Câmara Municipal, indicado pela Câmara Municipal. Portanto se a Assembleia

Municipal aprovar, a Comissão de Acompanhamento passa a ser constituído pelo senhor arquiteto Gomes Fernandes, pelo engenheiro Nuno Nabais e pelo engenheiro António Castanheira. =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedidos de inscrição de, Carlos Costa Gomes, do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.* =

===== *Só para dizer que a bancada do PSD concorda plenamente com a nomeação do arquiteto Gomes Fernandes e esta comissão que o acompanha para este trabalho. Dizer que de facto, demonstra também, e aquilo que eu disse há pouco até - não são só palavras, deputado Bruno Aragão, que a Câmara também mostra pelos factos de encontrar não os lugares para as pessoas mas as pessoas certas para os lugares. E certamente que o arquiteto Gomes Fernandes é a pessoa certa para este lugar. E, já agora, Senhor Presidente permita-me, só retribuir o elogio do deputado Bruno Aragão pelo poema e o autor citado. Sabe que a poesia é a forma mais elevada do pensamento humano. E obrigado por me ter em tão elevada consideração e retribuo também a si a forma.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Fornecimento de refeições e de fruta para alunos do 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho, para o ano letivo 2016/2017 e de 2017/2018 - Autorização de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por base o Despacho em anexo, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: I. o compromisso plurianual, de acordo com os valores indicados no mesmo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações; II. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados nele constantes, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós estamos já a prepara o inicio do próximo ano escolar. Como sabem, uma das razões de vir à Assembleia Municipal é efetivamente termos de dividir os encargos por vários anos e, portanto, estamos a falar de 2016/2017 e 2017/2018, tem a ver com o início dos procedimentos por causa do concurso das refeições e da fruta para os alunos do 1º ciclo e para os alunos dos jardins-de-infância.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Fornecimento de energia elétrica no mercado liberalizado – Aprovação de peças - Autorização de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1.º Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para “Fornecimento de Energia Elétrica (iluminação pública e instalações municipais)”, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos da solicitação apresentada através da RQI n.º 406/16 (I/12747/2016), uma vez que o anterior procedimento ficou deserto por todas as propostas terem sido excluídas; 2.º Que resultam para o Município novas atribuições/competências resultantes do Contrato interadministrativo de delegação de competências do Ministério da Educação Ciência (MEC) no Município, na área da educação e formação, relativamente aos Agrupamentos Escolares que integram a rede escolar pública, sendo possível aferir, só agora, os valores estimativos relativamente às instalações a incluir no âmbito da nova contratação de fornecimento de energia elétrica; 3.º Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de EUR 5.795.231,72 (cinco milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos), para um período de vigência de 36 (trinta e seis) meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 482.935,98 (quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco euros e noventa e oito cêntimos), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 1.931.743,91 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos), para o ano de 2018 prevê-se uma verba de EUR 1.931.743,91 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos)* =====

e, para o ano de 2019, prevê-se uma verba de EUR 1.448.807,92 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sete euros e noventa e dois cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 4.º O valor referente ao ano 2016 encontra-se cabimentado nas rubricas 02022510 e 0202010, pela Proposta de Cabimento n.º 618/16, possuindo os Registos de Enquadramento Financeiro n.º 967 e 970/16; 5.º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. 6.º Que, nos termos da alínea a), n.º 8, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015) ainda em vigor por força do disposto no artigo 12.º-H, da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, o serviço em questão não carece de parecer prévio vinculativo nem de aplicação da redução remuneratória, dado estarmos perante a aquisição de serviços essenciais (“serviços de fornecimento de energia elétrica”), nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 1.º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho com a redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e demais alterações); 7.º Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, propõe-se ao Órgão Executivo: 1) Que aprove a RQI n.º 406/2016 com a vigência de 36 meses e valores estimados; 2) Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do artigo 67.º, do C.C.P., sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente – Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira; 1.º Vogal – Técnico Superior, Eng.º Abílio Manuel Ribeiro da Silva Estrela; 2.º Vogal – Técnica Superior, Dr.ª Elsa Susana da Costa Félix; 1.º Suplente – Técnico Superior, Eng.º Luís Filipe Simões Arede; 2.º Suplente – Assistente Operacional, Agostinho Soares Sousa Lagoeiro; 3.º Suplente – Técnica Superior, Dr.ª Susana Cristina da Rocha Cruz; 3) Que seja delegada a competência para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no artigo 109.º, do C.C.P., com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69.º, do C.C.P., da competência para adjudicação; 4) Que autorize o envio de anúncio para publicação no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); 5) Que aprove as respetivas peças procedimentais: Programa do Concurso e Caderno de Encargos; 6) Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; Propõe-se ainda que Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: I. o referido compromisso plurianual, de acordo com os valores acima indicados, nos termos da

alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações; II. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta matéria já foi aqui discutida na Assembleia Municipal, nós já aprovamos aqui um caderno e um programa que ficou deserto. Ficou deserto porque os concorrentes apresentaram proposta acima do valor base e foram excluídos. Portanto, nós temos que relançar o procedimento e portanto vem aqui à Assembleia Municipal o concurso de fornecimento da energia elétrica no mercado liberalizado e esperemos com um desfecho bem mais positivo e bem mais favorável que o anterior. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Aquisição de serviços de seguros, pelo período de 36 meses - Autorização de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por base o Despacho em anexo, propõe-se que Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: I. o **compromisso plurianual**, de acordo com os valores indicados no mesmo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações; II. a **repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, de acordo com os valores estimados nele constantes, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Tem a ver também com um procedimento, que é a questão dos seguros para a Câmara Municipal e a necessidade de abrir um novo concurso. Porque efetivamente as companhias de seguros, no último procedimento concursal, informaram a Câmara Municipal que os preços pretendidos pela Câmara Municipal estavam abaixo daquilo que era expectável para as seguradoras. Mas como não havia alternativa, a análise das propostas que fizemos, tivemos que lançar um novo procedimento que é isso que estamos aqui a fazer com pequenos ajustamentos. Porque, efetivamente, nós se calhar estávamos a ser mais papistas que o próprio papa. E portanto precisamos naturalmente de fazer aqui alguma revisão. Os serviços estiveram a fazer esse estudo, a analisar, apólice a apólice, risco a risco, e, portanto, agora achamos que efetivamente já haverá bastantes interessados neste concurso para a Câmara Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Aquisição de combustíveis a granel – Gasóleo rodoviário e Gasolina Sem Chumbo 95 (36 meses) – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1.º A PAQ N.º 159/16, com referência I/12893/2016, com despacho por mim proferido em 06 de abril de 2016, que refere a necessidade de abertura de um procedimento para “Aquisição de Combustíveis a Granel – Gasóleo Rodoviário e Gasolina sem chumbo 95”; 2.º Que o valor total estimado deste fornecimento é de € 653.658,53 (seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos), para um período de vigência (estimado) de 36 (trinta e seis) meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de € 89.214,00 (oitenta e nove mil, duzentos e catorze euros), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de € 218.494,56 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), para o ano de 2018 prevê-se uma verba de € 218.494,56 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) e, para o ano de 2019, prevê-se uma verba de € 127.455,41 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor. 3.º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1.º, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros*

e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração; 4.º Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., propõe-se a adoção de um concurso público. Deste modo, propõe-se ao Órgão Executivo: a) nos termos da alínea c), do n.º 1 do art.º 6.º, conjugado com a alínea b) do art.º 3.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, submeta à autorização prévia do Órgão Deliberativo, o referido compromisso plurianual, de acordo com os valores (estimados) acima indicados, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar em cada ano económico em função do início da vigência do procedimento, das necessidades do serviço requisitante e das condições de pagamento propostas, o que implicará os ajustamentos respetivos nos compromissos de fundo disponível em cada momento, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual; b) submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.”=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente é a abertura do procedimento para o fornecimento de combustível. Uma das razões é de ordem legal que é a necessidade de repartir por mais do que um ano os encargos e carece de aprovação da Assembleia Municipal. Portanto, estamos a falar do combustível a granel para a Câmara Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e sete:** Proposta de sinalização vertical no estacionamento da Av. Comendador Ângelo da Silva Azevedo, Cesar – Aprovação;=====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete

“Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - A necessidade de ordenar o estacionamento de veículos pesados e evitar o estacionamento dos mesmos por longos períodos, como se verifica no pedido registado no E/2462/2016. Propõe-se: a. A colocação do sinal de zona de estacionamento (G1), com a inscrição “Tempo máximo 72h”, na entrada da via secundária de acesso às empresas paralela à Av. Comendador Ângelo da Silva Azevedo, na freguesia de Cesar; b. A colocação do sinal de estacionamento autorizado (H1a), com a inscrição, “só veículos ligeiros” e um painel adicional de indicação de extensão, (Mod. 4a) com a inscrição “100 m”, no início do estacionamento reservado a veículos ligeiros, nas duas baías de estacionamento frente às empresas PFR, SA. e NINCO. c. A marcação com linha contínua branca, no início e no final de cada área de estacionamento reservada a veículos ligeiros. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma proposta que já foi também discutida em sede de assembleia de freguesia de Cesar. Está ali o senhor presidente da Junta de Cesar que pode confirmar. Estamos a falar na Avenida Comendador Ângelo Azevedo, aquela avenida a seguir à Rotunda do Mergulhão, tem ali um espaço do lado direito que é para estacionamento que precisa de ser ordenado. O que é que acontece até agora sem este ordenamento? Há estacionamento abusivo de viaturas pesadas que ficam ali semanas, para não dizer mais do que semanas, não sei se posso dizer meses. Portanto há a necessidade de “restabelecer a ordem” naquele espaço. Mas para isso precisa de uma postura de trânsito. Já foi aprovado na Junta, na Câmara, na Comissão de Trânsito, mas também tem que ser em sede de Assembleia Municipal e por isso aqui a trazemos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de sinalização horizontal de proibição de estacionamento na Rua Nossa Senhora da Conceição, Cucujães – Aprovação, =====*

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - A necessidade de evitar o estacionamento em ruas com perfil insuficiente, onde impeça a livre circulação de veículos e a mobilidade dos residentes, como se verifica no pedido registado no E/1724/2016. Propõe-se: a. A marcação de linha contínua de cor amarela – M12, nos termos do nº 1 do Artigo 62º do D. Regulamentar 22-A/98 de 1 de outubro, no troço da Rua Nossa Senhora da Conceição, do lado Norte – Sul desde o Largo Padre Vaz até o entroncamento com a Rua Padre José Andrade, freguesia de Cucujães; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *É a marcação de uma linha amarela: Houve um pedido que foi feito à Câmara Municipal através do Portal do Cidadão; Foram ouvidos os serviços da Câmara Municipal e foi feito em concertação com a Junta de Freguesia; E aquela que nós encontramos como a melhor solução para resolver um problema e constrangimento que está identificado pela população e também pela Junta de Freguesia.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====
 ===== **Ponto vinte e nove:** *Proposta de atribuição de um lugar de estacionamento para deficientes motores na Rua Conselheiro Boaventura de Sousa, Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete*

“Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para motociclos, ciclomotores e velocípedes. - O pedido registado no E/26865/2015 de Mário Henriques da Costa Santos para um lugar de estacionamento para que tem problemas motores, frente à Clínica de Fisioterapia Dr. Dulcídio Bastos, propõe-se: a. Que seja criado: 1 lugar de estacionamento destinado a deficientes motores, na Rua Concelheiro Boaventura de Sousa, frente à Clínica Dr. Dulcídio em Oliveira de Azeméis. b. O lugar para deficientes motores deverá ser identificado através de sinal H1A "Estacionamento autorizado" e placa adicional 2.22 "Símbolo universal da Acessibilidade" juntamente com marcação horizontal do referido símbolo, conforme especificado no DL 163/2006. c. Que seja eliminada a linha amarela que existe no passeio frente a dois lugares de estacionamento existentes. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar de um pedido de um lugar de estacionamento para deficientes na Rua Conselheiro Boaventura de Sousa e também passou pelos trâmites todos e está em condições de ser aprovado e depois devidamente implementado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta:** *Proposta de colocação de lomba na Rua de Samil, S. Roque – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - O pedido registado no E/10060/2015 de Albano Jorge Teixeira da Rocha, de uma lomba na rua de Samil, frente à Padaria Doçuras de S.*

Roque. - O parecer favorável da Junta da mesma Freguesia com o E/3729/2016, com o estudo apresentado até à ponte. Propõe-se: a. Que seja aprovado o estudo de beneficiação da rua de Samil. Conforme estudo. b. Que seja aprovada uma passadeira sobrelevada (lomba) frente à padaria Doçuras de S. Roque, conforme estudo que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. c. Para a implementação do estudo serão necessários os seguintes sinais: - 4 sinais H7 “Passagem de peões” – 2 por cada passadeira; - 2 sinais A2a “Lomba” com o Modelo 1a – distância de 50 m e distância 70 m: - 2 sinais H6 “Velocidade recomendada – 30”; - Na Rua Ponte de Samil, no entroncamento com a Rua de Samil, um sinal B2 “STOP”; d. Todas as passadeiras terão rebaixamento no passeio exceto na sobrelevada, com a inclinação máxima de 10% e pavimento diferenciado no passeio em todas as passadeiras. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto também é uma proposta que passou pela tramitação da Junta de Freguesia, também é a população que pede. Nós neste momento temos que afinar a metodologia da implementação destas lombas porque começa a haver muita solicitação e está sempre relacionado com excesso de velocidade. E nós temos que uniformizar os procedimentos. Este foi um pedido, está todo normal, está em condições de ser aprovado e não tem nenhum problema. Mas já temos mais coisas destas pendentes. E, por isso, na reunião com os presidentes de Junta, na próxima reunião que tivermos durante a próxima semana, já vamos também acertar aqui o manual de procedimentos para esta matéria. E depois: nenhuma solução é perfeita; há os pareceres dos Bombeiros; há o parecer da GNR que tem que ser em linha de conta, depois dizem que estamos a fazer muitas coisas desta ali e acolá. Portanto temos que afinar aqui um bocadinho esta estratégia. Neste caso, não há nenhum problema, está tudo tratado, só falta mesmo a aprovação da Assembleia Municipal. E, podemos aprovar, na minha opinião. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== *Como o Senhor Presidente disse, isto foi um pedido das populações. Como toda a gente sabe, eu não sou adepto de lombas. De qualquer forma, dado o bom resultado que obteve a única lomba que nós promovemos, os resultados foram bons nunca mais houve acidentes, as pessoas pressionam-nos um bocado e neste sentido e pressionaram a Câmara, enfim, pediram e bem. Identifico-me. Agora, Senhor Presidente, isto é para fazer? Por administração direta ou por delegação de competências? É para fazer este ano? É para fazer.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto trinta e um:** Proposta de sinalização vertical na Rua Joaquim Pinho Costa, Santiago de Riba-Ul – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a. Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); b. A necessidade de prevenir acidentes no cruzamento da Rua Joaquim Pinho Costa com a Rua Aurélio Pinho Costa na Freguesia de Santiago de Riba-Ul. c. O pedido registado através do E/454/2016, que relata a perigosidade no entroncamento das referidas ruas. Propõe-se: 1. A colocação de um sinal vertical de cedência de passagem – sinal B1, na Rua Joaquim Pinho Costa, Freguesia de Santiago de Riba-Ul. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto também foi um pedido, foi analisado e registado o parecer da Junta de Freguesia. Estamos a falar de um sinal vertical de cedência de passagem na Rua Joaquim de Pinho Costa, em Santiago de Riba-Ul, carece também de ser aprovado em sede de Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e dois:** Proposta de sinalização na Calçada dos Cadavais, Nogueira do Cravo – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - A necessidade de melhorar e disciplinar a circulação de veículos motorizados no sentido de contribuir para encontrar soluções de mobilidade, regulamentar com critérios uniformes, a circulação, o estacionamento e as operações de cargas e descargas de mercadorias, atendendo aos objetivos de eficiência económica do comércio e dos serviços, mas também, tendo em consideração a circulação pedonal e a fluidez do trânsito. - O pedido registado através do E/35984/2015, que relata o excesso de velocidade na Rua dos Cadavais, da Freguesia de Nogueira do Cravo. Propõe-se: 1 – A mudança de localização do sinal B1 - cedência de passagem - existente na Rua Padre José Martins Ribeiro no entroncamento com a Calçada dos Cadavais, para a Calçada dos Cadavais no sentido descendente, no entroncamento com a rua anteriormente referida. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Por pedido do Senhor Presidente de Junta, professor Agostinho, que está a ter a esta hora Assembleia - a nossa prolongou-se e ele tinha assembleia de freguesia marcada - e teve que se ausentar mas ele pediu-nos para retirarmos o ponto porque carece de reanálise por parte da Junta (Nogueira do Cravo/ Pindelo). Portanto, se o Senhor Presidente estivesse de acordo retirava-se o ponto. =====

===== Este ponto foi retirado para melhor análise, após pedido do Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====

===== **Ponto trinta e três:** PI/3545/2014 – Maria Adélia Castro Neto Silva – Pedido de isenção de pagamento da compensação em numerário pelos lugares de estacionamento não criados – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção do pagamento da compensação em numerário pelos lugares de estacionamento não criados.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, o que está aqui em causa é que nós em situações semelhantes também já aprovamos. Estamos a falar de uma reabilitação feita no Centro da Cidade e que obriga a esta questão do pagamento da compensação dos lugares de estacionamento, neste caso, lugares de estacionamento não criados. Estamos a falar de uma reabilitação de uma regeneração que está feita, está bem-feita, respondeu a todas as situações. E, portanto, nós entendemos, e já o fizemos também na reunião de Câmara, que se devia aprovar este pedido de isenção de pagamento da compensação pelo lugar de estacionamento não criado também como um dos incentivos à regeneração e à requalificação que ainda há bocadinho tivemos aqui quando estávamos a discutir o PERU. Aqui fica também mais incentivo para que efetivamente as pessoas possam proceder às requalificações. Trata-se de um privado, trata-se de uma prerrogativa que é pedir esta isenção. Nós em reunião de Câmara entendemos que devíamos fazê-lo, mas compete agora à Assembleia Municipal aprovar ou não. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e quatro:** PI/270/2014 – Maria Luísa de Sousa Aleixo Duarte – Pedido de isenção de pagamento de taxa devida pela ocupação do espaço público com esplanada coberta – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A- A necessidade de estimular as atividades comerciais nas ruas e praças pedonais do concelho; B- que da dinamização das atividades comerciais e outras iniciativas resultará a promoção e animação do centro urbano da cidade; C- que na atual conjuntura económica do país, o

pagamento de taxas desincentiva a instalação de esplanadas e outras iniciativas dinamizadoras das atividades económicas; D- que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais relativamente às taxas aplicadas pelo município, nos termos do art.º 6º do regulamento e tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais, propõe-se: 1º Propor à Assembleia Municipal que, com os fundamentos e ao abrigo das disposições legais referidas nos considerando que antecedem, e sem prejuízo do licenciamento ou outros procedimentos legais exigíveis, delibere conceder a isenção de taxa pela ocupação do espaço público com esplanada coberta, objeto do licenciamento ao abrigo do processo acima identificado (nos meses em que tal isenção não decorre do atual regulamento municipal de ocupação do espaço público - 6 meses).”=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como sabem, nós tomamos uma deliberação que mantemos e é importante até no fomento e na dinamização do comércio que é a isenção do pagamento de taxas das esplanadas. E esta é uma esplanada. E porque é que vem à Assembleia Municipal e as outras não vêm? Porque esta é uma esplanada coberta. Estamos a falar na zona pedonal. Estamos a falar naquela esplanada que está ali, – os nomes estão sempre a mudar - “Sexto Sentido”, em frente à papelaria do senhor Júlio. E portanto tem que vir à Assembleia Municipal. Como sabem, a esplanada é coberta, é uma esplanada amovível, ela no verão fica aberta mas no inverno funciona também como esplanada e portanto tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal. Se não tivesse esta questão da cobertura, nem sequer tinha que vir cá, porque nós não cobramos taxas às esplanadas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: a favor: dezasseis votos do PSD, três votos do CDS/PP e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções: treze do PS. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Antes de entrarmos no Período do Público, eu vou dizer os tempos utilizados nas intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia de cada uma das bancadas: O PSD gastou

24 minutos e 04 segundos, tinha direito a 26 minutos e 30 segundos; O PS gastou 24 minutos e 24 segundos, tinha direito a 27 minutos e 30 segundos; O CDS/PP gastou 5 minutos e 15 segundos e tinha direito a 4 minutos e 30 segundos. =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos senhores Manuel Roma Resende e Fernando Guedes Costa. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Manuel Roma Resende, residente em Rua Professor António Costeira, nº 330, Oliveira de Azeméis. =====

===== Cumprimento todo o auditório, na pessoa do Senhor Presidente em exercício. Eu não sei se é muito curial a forma como eu vou intervir, vou ser curto, mas eu convivo mal com as inverdades. E o deputado Nuno Pires fez aqui uma afirmação que eu preciso de ser esclarecido e depois na segunda parte também quero fazer uma pergunta ao Senhor Presidente. O deputado Nuno Pires afirmou que, no investimento, parte do investimento foi executado em saneamento na freguesia de S. Roque. É verdade não é? Desconheço que haja lá saneamento. Sabe porquê? Eu estou a perguntar ao deputado, não estou a perguntar a mais ninguém. É porque eu vejo cisternas. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Senhor Manuel Resende, o senhor só tem que se dirigir à Mesa da Assembleia. ==

===== Seguidamente, o senhor Manuel Resende continuou a sua intervenção. =====

===== Então, eu dirijo-me ao Senhor Presidente. Senhor Presidente, o senhor deputado Nuno Pires afirmou que na rubrica investimento aparece saneamento na freguesia de S. Roque. Eu como vejo constantemente: ontem eram 4 tratores cisternas a despejar que são do nordeste, não é só de S. Roque. Porque eu também poluo aquela zona, pego no meu fâisca que é um lavrador e vou para aquela zona e solto-o e ele também faz as suas necessidades. E pergunto aos motoristas, dizendo que eles estão a cumprir a sua função de trabalhadores, de onde eram de onde não eram. Pela cadência ontem devem ter sido mais de 20. Por isso, Senhor Presidente as freguesias do nordeste têm saneamento? Por que razão o Senhor Presidente, na qualidade de presidente do executivo, permitiu que um dos pontos de descarga fosse aquele? Eu sei que é como os caixotes do lixo: Todos nós queremos caixotes do lixo mas ninguém os quer à sua

porta. É um facto. Mas temos uma estação de tratamento. Se calhar não temos estação de tratamento; A razão por que tiveram de ser encontrados ponto para a descarga. Que me perdoem os presidentes de Junta do nordeste, se não têm onde colocar a merda não a ponham nas freguesias dos outros. Resolvam. A estação de tratamento não suporta? Resolvam. Despejem em S. João da Madeira, porque eles também são utilizadores da mesma ETAR. Ó Roma incomoda-te? – Não me incomoda. Incomoda-me o ato em si, que em pleno Século XXI ainda estejamos a ter este tipo de trabalhos, tarefas. Peço desculpa pela inconveniência. Eu não era para vir e estou arrependido de ter vindo porque quem cala consente e se eu não tivesse vindo não me indisponha porque eu enervo-me. Isto mexe comigo. Não posso ver que em pleno Século XXI se esteja a fazer dessas coisas. Eu pergunto a mim próprio, (a minha mente é um bocado suja) – Como é que é possível junto a uma clinica de hemodialise se permita esse tipo de coisas. Eu se tivesse um aparelho de soldar eu ia lá e soldava as tampas. Ia preso? Comia de borla. Peço desculpa. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Fernando Guedes da Costa, residente na Rua José Moreira Dias, nº 79, Oliveira de Azeméis. =====

===== Era por uma carta que eu enviei ao Senhor Presidente e até hoje não recebi resposta. Isto já foi em novembro de 2015. Era se o Senhor Presidente via como é que estava isso que eu queria saber a resposta. A propósito disso se quiser ver uns vídeos sobre esse tema que está aí temos aqui uma pen. Por acaso eu nunca tinha vindo cá e até acho um bocado chata. Acho que até ia animar agora a reunião no final (são fotografias e vídeos). =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Com a promessa de devolver, deixa a pen para se visionar. Permite que mande uma cópia para a Dr^a Helena Santos? Eu vou mandar. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado. Um bom fim-de-semana. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da

qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.=====